

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

**PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO FEMINISTA EM UNIVERSIDADES
BRASILEIRAS**

Elismênnia Aparecida Oliveira

Goiania, 2015

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR AS TESES E DISSERTAÇÕES ELETRÔNICAS NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: **Dissertação** **Tese**

2. Identificação da Tese ou Dissertação

Nome completo do autor: Elismênnia Aparecida Oliveira

Título do trabalho: Produção de conhecimento feminista em universidades brasileiras

3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.



Assinatura da autora

Data: 19 / 10 / 2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

Elismênnia Aparecida Oliveira

PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO FEMINISTA EM UNIVERSIDADES
BRASILEIRAS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Sociologia da Universidade Federal de Goiás, na linha de pesquisa Violência, Direitos Humanos, Diferença e Violência, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Sociologia, sob a orientação da Profa. Dra. Eliane Gonçalves.

Goiânia, 2015

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do
Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Aparecida Oliviera, Elismênnia
Produção de conhecimento feminista em universidades brasileiras
[manuscrito] / Elismênnia Aparecida Oliviera. - 2015.
CLXXIII, 173 f.

Orientador: Profa. Dra. Eliane Gonçalves.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás,
Faculdade de Ciências Sociais (FCS), Programa de Pós-Graduação em
Sociologia, Goiânia, 2015.

Bibliografia. Anexos.

Inclui siglas, abreviaturas, gráfico, tabelas, lista de tabelas.

1. Epistemologia feminista. 2. Núcleos e grupos de pesquisa. 3.
CNPq-Brasil. 4. Produção de conhecimento. 5. Ciência. I. Gonçalves,
Eliane, orient. II. Título.

CDU 316.74:001

ELISMÊNIA APARECIDA OLIVEIRA

**PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO FEMINISTA EM UNIVERSIDADES
BRASILEIRAS**

Dissertação defendida e aprovada em _____ de _____ de 2014, pela banca examinadora composta pelos (as) seguintes professores (as):

Banca examinadora:

Profa. Dra. Eliane Gonçalves – Universidade Federal de Goiás/ FCS

(Orientadora)

Profa. Dra. Márcia dos Santos Macêdo – Universidade Federal da Bahia/ NEIM

Prof. Dr. Jordão Horta Nunes – Universidade Federal de Goiás/ FCS

Profa. Dra. Telma Ferreira do Nascimento Durães – Universidade Federal de Goiás/ FCS

Goiânia, 2015



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

ATA DA SESSÃO DE JULGAMENTO DO TRABALHO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

ELISMENNIA APARECIDA DE OLIVEIRA

Aos dez dias do mês de abril de 2015, às 9 horas, no mini-auditório da faculdade de Ciências Sociais, realizou-se a sessão de julgamento de dissertação da mestranda **ELISMENNIA APARECIDA DE OLIVEIRA**, intitulada “*Produção de Conhecimento Feminista em Universidades Brasileiras*”. A Banca Examinadora foi composta, conforme Portaria nº 08/2015-PPGS, de 06 de março de 2015, pelos seguintes Professores/as Doutores/as: Eliane Gonçalves (UFG-presidente), Jordão Horta Nunes (UFG), Márcia dos Santos Macêdo (UFBA). Suplente: Telma Ferreira do Nascimento Durães (UFG). A mestranda apresentou o trabalho, os examinadores a arguíram e ela respondeu às arguições. Às 11:25 horas, a Banca Examinadora passou a julgamento em sessão secreta, atribuindo à mestranda os seguintes resultados:

Aprovado Reprovado
Eliane Gonçalves 30 Eliane Gonçalves

Aprovado Reprovado
Jordão Horta Nunes Jordão H. N.

Aprovado Reprovado
Márcia dos Santos Macêdo M. S. Macêdo

Resultado Final Aprovada

Reaberta a sessão pública, o Presidente da Banca Examinadora proclamou os resultados e encerrou a sessão, da qual foi lavrada a presente ata que vai assinada por mim, Ana Raquel Aires Ribeiro, Secretária da Faculdade de Ciências Sociais, e pelos membros da Banca Examinadora.

Ana Raquel Aires Ribeiro Ana Raquel A. Ribeiro

Escrevo para registrar o que os outros apagam quando falo, para reescrever as histórias mal escritas sobre mim, sobre você (ANZALDÚA, 2000, p. 232).

Eu, feminista.

Nas desculpas, faço minhas as palavras de Glória Anzaldúa: “ainda não desaprendi as tolices esotéricas e pseudo-intelectualizadas que a lavagem cerebral da escola – e da universidade – forçaram em minha escrita” (ANZALDÚA, 2000, p. 229). Sobre a proposta de pesquisa nesta dissertação faço minhas as palavras de bell hooks: “para cicatrizar a fissura da mente e do corpo, nós, povo marginalizado e oprimido, tentamos retomar nós mesmos e nossas experiências na linguagem” (hooks, 2008, p. 863). Na escrita deste trabalho considero nossas marginalizações originárias ao processo colonial, diariamente retomadas por nós, onde quer que exista produção de conhecimento.

Sobre minhas pretensões nessa pesquisa, faço, novamente, das palavras de Glória Anzaldúa as minhas:

Quando você vier bater em nossas portas e carimbar nossas faces com ESTÚPIDA, HISTÉRICA, PUTA PASSIVA, PERVERTIDA, quando você chegar com seus ferretes e marcar PROPRIEDADE PRIVADA em nossas nádegas, nós vomitaremos de volta na sua boca a culpa, a auto-recusa e o ódio racial que você nos fez engolir à força. Não seremos mais suporte para seus medos projetados. Estamos cansadas do papel de cordeiros sacrificais e bodes expiatórios (ANZLADÚA, 2000, p. 231).

Não somos só pesquisadas, só autoras vivendo em tetos de vidro, que não podem mais subir de postos de trabalho, aumentar ganhos em suas carreiras, porque são mulheres; não somos só tradutoras de obras de outros países; não somos só leitoras, consumidoras de clássicos ocidentais; não somos, juntas, uma vertente de feminismo periférico, ou feministas burguesas brancas falando sobre si. Somos, sim, maiores e mais fortes que o ódio e a hierarquia presentes na produção de conhecimento que, em nossas vidas, possam ter-nos privado de ser e de ir.

Por fim, sou grata por realizar essa pesquisa, porque ainda que as palavras e as práticas não deem conta, como aponta Chandra Mohanty (2003, p. 506): “uma vez que nossa linguagem é na realidade tão imprecisa, prefiro evitar que fique estática”, e apostar que nessa realidade de signos e símbolos podemos desconstruir para reinventar os sistemas de hierarquia em que as mulheres são subjugadas, e assim deixar de subjugar o mundo a processos de violência.

AGRADECIMENTOS

Escrevo os agradecimentos como parte importante dessa dissertação. Aqui são colocados alguns dos estímulos e interesses que a levaram a existir. Começo pontuando que boa parte de minha trajetória na universidade e nessa pesquisa de mestrado está presente no trabalho que se segue porque é parte da pesquisa de maneira fundamental, referenciando um contexto sociopolítico que encadeou a escolha por um tema e as possibilidades teórico-metodológicas a partir de interesses e demandas vivenciadas nos últimos seis anos desde a graduação.

No entanto, há também, nesse meu agradecer, um espaço para apresentar alguns pontos não tocados, tão caros à minha trajetória de escrita universitária. Sou uma jovem branca de periferia, e este é um ponto crucial no meu interesse por produção de conhecimento levando em conta os processos de imposição e resistência. Venho de uma família, e de bairros inteiros, em que as pessoas, aglomeradas em municípios satélites e bairros periféricos de Goiânia, vieram de periferias do Brasil, são de zonas rurais, como minha família, seja do interior de Goiás, ou do interior do Maranhão, Bahia, Ceará e Piauí. São bairros de maioria negra que não frequentou universidades nem escolas, até o momento, mas que sabe desde plantar algodão até costurar roupas de algodão tingido, que sabe dirigir sem ter habilitação, que sabe construir casas da estrutura ao acabamento em paisagismo, que é raizeira e benzedeira, que sabe desde criar gesso para partes quebradas do corpo até fazer garrafadas de álcool com arnica, e tantas outras coisas que se desfazem quando chegam nas cidades e passam a aprender que o que sabem não vale, assim como não tem valor sua própria corporalidade e veem suas crenças, seus conhecimentos e suas formas de pensar sendo desconsideradas por um sistema formal de conhecimento que somente os legitimaria frente a testes e certificados que não pedem em si o domínio de maneiras de trabalhar, mas uma maneira de certificar que sabem exercer certas funções.

Nesse contexto das cidades, não há carteira de habilitação sem prova escrita, não há entrevista sem currículo e certificação em cursos, não há cidadania e respeito sem acesso ao sistema formal de ensino e a um arsenal de bens que só se acessa graças a redes e posses a que boa parte dessas pessoas não está incluída. Elas aprendem que precisam ter tais requisitos e valorizar quem os tem. As pessoas dos bairros em que morei começaram a ter filhas e filhos

que cursam universidade agora, a partir de sua quarta geração, e sou um dos exemplos. Eu e muitas jovens somos a quarta geração do sistema-mundo-moderno-colonial de gênero e repetimos cotidianamente o apagamento de várias histórias, trajetórias e epistemologias quando reconhecemos que precisamos de um sistema formal de ensino que, junto ao certificado, nos conceda ‘o saber’, muitas vezes sem reconhecer que esse 'saber' virá pela homogeneização, apagamento, morte e silenciamento de tantas outras formas de conhecimento.

Nesse complexo e hierárquico sistema de produção de conhecimento formal e nacional, minha percepção foi sendo construída em contradições nas escolas de periferia que estudei e na escola federal em que fiz os últimos anos do ensino médio, onde era interpelada como ‘filha de professor’, porque só isso explicaria como eu ‘sabia tantas coisas’ e falava tanto nas aulas. Meu histórico de nenhuma reprovação na escola, terminando aos 17 anos o ensino médio, prestando vestibular e passando de primeira, não mostra os livros que o irmão trouxe do lixo que a ‘patroa da mãe’ jogava fora, nem aqueles que ele pegava na escola, ou ganhava. Não mostra que ter continuado a estudar, fazer universidades, bem diferente de meu irmão que começou a trabalhar fora de casa aos 12, é por ser menina. Não mostra que o pai frequentou apenas duas séries de ensino fundamental e que a mãe nunca foi em uma escola. Essa trajetória é apagada quando ingresso na Universidade Federal de Goiás, em 2008, mas as contradições e enfrentamentos sobre produção de conhecimento continuaram e me interessei pela revista *Senso Comum*, uma revista feita por estudantes da graduação para graduação com o objetivo maior de discutir relações de poder na produção de artigos, textos e eventos dentro das universidades.

Mas a guinada para o interesse pelo tema ‘produção de conhecimento em relação a suas hierarquias’, aconteceu em 2009, quando passei a participar como monitora do curso de Educação Intercultural do Núcleo Takinahakỹ de Formação Superior Indígena, da Faculdade de Letras da UFG. Nesse momento, minha convivência com graduandas e graduandos indígenas possibilitou uma maior reflexão sobre os sistemas de hierarquia e imposição de conhecimento que eram evidentes entre populações indígenas e não-indígenas, mas também acontecia entre não-indígenas e não-indígenas.

Por um percurso de participação e interesse em eventos e seminários que me levaram a vertentes feministas e do movimento negro, meu interesse por produção de conhecimento

aumentou e se traduziu no presente trabalho, que antes era realizado sobre autoras e autores indígenas no Brasil. Mudados os sujeitos da produção de conhecimento, não mudei o foco de interesse: os contextos e relações de hierarquias, subordinações e resistências.

Os caminhos de estudos e interesses ao feminismo em si são melhor considerados no texto da dissertação. Por isso, não os intensifico aqui, mas agradeço a parceria de militância dos grupos feministas que me têm sido referência no estado: Transas do Corpo, Mulheres Negras Dandaras no Cerrado, Malunga, Fórum Goiano de Mulheres, AMB, Colcha de Retalhos, Coturno de Vênus, Tambores de Safo e as amigas feministas autônomas que fizeram do feminismo uma prática de fortalecimento e ajuda ao vivenciar o mundo: Luara Flor, Carolina Rodrigues, Débora Melo, Sandra Regina, Albineiar Plaza, Pollyana Marques, Fátima Regina, Enoe Isabela, Daruska Isabela, Myllane Medonça, Marcella Arantes, Maria de Lurdes, Priscila Marília, Rosa Flor, Camila Mandu, Lídia Freitas, Ariana Silva, Carmen de Carvalho, Iara Brito, Paola Gomes.

Elegidos alguns aspectos importantes, ressalto agradecimentos e referências para essa pesquisa a várias pessoas em todo esse processo de escrita. Agradeço em especial à Eliane Gonçalves, minha orientadora, à Joana Plaza Pinto e ao Jordão Horta Nunes. Sem a presença de Eliane na universidade os caminhos desta pesquisa seriam outros. Agradeço por compartilhar tempo, desconstruções e vontade. Também agradeço o acesso à bolsa no mestrado, concedida enquanto direito pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), e a formação na graduação e mestrado na Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás que possibilitou o contato com docentes de extrema importância à minha formação: Maria Luíza Rodrigues, Roberto Lima, Isabela Tamaso, Jordão Horta Nunes, Francisco Chagas Rabelo, Ricardo Lima, Eliane Gonçalves, Luiz Mello, Ana Raquel e Alex Rats. Também sou grata as parcerias de sala, corredores e vida de disciplinas a: Narrira Lemos, Matheus Guimarães, Flávio Santos Silva, Francy Eide Leal e Eduardo Mosse.

Sou grata por ter participado da Revista Senso Comum, do Colcha de Retalhos, por ter conhecido e participado tantas vezes de atividades da ONG Transas do Corpo, da Coletiva Feminista UFG e da Rede de Lésbicas e Mulheres Bissexuais de Goiás, e sou grata pelo contato e monitoria no Curso de Educação Intercultural da UFG – Núcleo Takinahakỹ de Formação Superior Indígena.

Sou grata a Eliza de Oliveira, minha mãe, a Wagno Justino, irmão, e a Braz Justino de Oliveira pelos meios materiais de existência, companhia e força. Pela presença constante de amigas, amigos e amores que ajudaram com suas casas, companhias, conhecimentos compartilhados e parcerias: Mario Meesbali Anikulapo, Matheus Guimarães, Enoe Isabela, Sandra Regina, Ariel David e Marcella Arantes. Agradeço a Marcella e ao Jackson da Silva pelo olhar atento na escrita. Agradeço ao Mario pela convivência em vivências e compartilhamentos. Agradeço por fim a banca da defesa de dissertação, Márcia Macedo e Jordão Horta Nunes, pelo aceite em compartilhar e avaliar as escritas desse trabalho.

RESUMO

Nesta dissertação abordo e analiso a inserção da produção de conhecimento feminista em universidades brasileiras por feministas brasileiras. Atentando-me para os desafios, recorrências e influências feministas nas universidades realizei, por metodologia qualitativa, uma pesquisa reflexiva a partir dos caminhos possíveis para estudar o tema que, após um árduo trajeto, resultou no uso de três métodos: 1) análise curricular de líderes de grupos e núcleos de pesquisa mapeados no Diretório de Grupos de Pesquisado CNPq, tendo em conta os grupos cadastrados; 2) mapeamento e análise das produções bibliográficas de feministas brasileiras sobre a inserção do feminismo nas universidades do país e; 3) análise de entrevistas com líderes de sete núcleos de pesquisa mapeados. Tendo em vista os métodos, as análises foram realizadas a partir da teoria social contemporânea, com ênfase em: teorias e epistemologias feministas, destacando-se: epistemologia feminista e estudos descoloniais, incluindo a produção de feministas ‘terceiro-mundistas’, estudos subalternos e pós-estruturalismo. Da junção dessas escolhas são tratadas problemáticas em relação à criação das universidades e ao acesso a elas junto ao emergir do feminismo nas universidades brasileiras. As análises apontam para a permanência de influências do processo de colonização, ainda vigente e cuja consequência, entre outras, é a invisibilidade da produção de conhecimento feminista nas universidades brasileiras. Este processo se expressa também na dificuldade de ascensão tanto de mulheres pesquisadoras em geral quanto de pesquisadoras feministas e pesquisadoras feministas negras em particular às posições de mais alto prestígio nas diversas áreas das ciências, fato que ocorre tanto no Brasil quanto em outros países. Por fim, a pesquisa mostra que há uma homogeneização na produção do conhecimento, dificultando a disseminação diversificada de olhares e epistemologias.

Palavras- chave: Epistemologia feminista; Núcleos e grupos de pesquisa; CNPq; Brasil; Produção de conhecimento, Ciência.

ABSTRACT

In this thesis is discussed and examined the introducing of the feminist production of knowledge in Brazilian University. I am concerned about the challenges, frequency and feminist influences in universities. I achieved, by a qualitative methodology, a reflective research based on possible ways to study the issue which, after a laborious path, led up to the use of three procedures: 1) the analysis of the study group leaders programs and research centers found on the Diretório de Grupos e Núcleos CNPq research centers, taking into account the registered groups; 2) the arrangement and analysis of Brazilian feminist literary production concerning to the introduction of feminism in the universities of the country; 3) the analysis of interviews with leaders of seven research centers already scanned. Taking into account the methods, the analyzes were conducted from contemporary social theory, with emphasis on: the feminist theory and epistemology, especially: post-structuralist, including the production of the 'Third World' feminists and post and decolonial thought and Subaltern Studies Group and post-structuralism. The union of these options are discussed issues concerning the creation of universities and access to them by the rise of feminism in Brazilian universities. The analysis points out the influences of the permanence of the colonization process, still in force and the consequence that, among others, is the invisibility of feminist knowledge production in Brazilian universities. Also, this process exhibit the difficulty of the rise of both women researchers in general and feminist researchers in particular until the most prestigious positions in various areas of science, this event occurs in Brazil and other countries. Finally, the research shows that there is a homogenization in the production of knowledge which hinders the spread of new looks and new epistemologies.

KEYWORDS: Feminist epistemology; Centers and research groups: CNPq; Brazil: Production of knowledge, Science.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Distribuição dos Núcleos e Grupos de Pesquisa por sexo/liderança e tema central da nomeação	68
Gráfico 2: Temas recorrentes nos trabalhos finais de formação das lideranças dos grupos e núcleos de pesquisa	72
Gráfico 3: Distribuição de orientação, orientadora ou orientador, a partir das palavras-chave em dissertações e teses	74
Gráfico 4: Distribuição de temas por produção de eventos a partir da análise do Currículo Lattes de líderes dos grupos e núcleos de pesquisa	77
Gráfico 5: Distribuição dos Núcleos e Grupos de Pesquisa por região em 1980/1990	79
Gráfico 6: Distribuição dos Núcleos e Grupos de Pesquisa por região em 2014	80
Gráfico 7: Distribuição de doutoras e doutores por região cadastrados no CNPq em 2014	81
Gráfico 8: Distribuição de líderes por conclusão de curso de 1900/ 2010	123

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Mapeamento por busca das palavras-chave ‘feminismo/feministas’ no Currículo Lattes	59
Tabela 2: Grupos e Núcleos de pesquisa feministas distribuídos por sexo/liderança e tema central da nomeação	68
Tabela 3: Distribuição de temas dos trabalhos finais durante a formação acadêmica	71
Tabela 4: Distribuição por orientação a partir das palavras-chave em teses e dissertações	73
Tabela 5: Grupos e Núcleos de pesquisa divididos por região nos estados, em 1980/1990	79
Tabela 6: Grupos e Núcleos de pesquisa divididos por região nos estados em 2014	80

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Núcleos e grupos de pesquisa universitários em 1980	62
Quadro 2 – Núcleos e grupos de pesquisa universitários em 1980/1990	62
Quadro 3 – Núcleos de pesquisa universitários e pessoas entrevistadas	90

LISTA DE ABREVIATURAS

ABA: Associação Brasileira de Antropologia

ABEP: Associação Brasileira de Estudos Populacionais

ABET: Associação Brasileira de Estudos do Trabalho

ABRALIC: Associação Brasileira de Literatura Comparada

ABRAPSO: Associação Brasileira de Psicologia Social

AMB: Articulação de Mulheres Brasileiras

ANPOLL: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Letras e Linguística

ANPUH: Associação Nacional de Pesquisa em História

CAPES: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CFEMEA: Centro Feminista de Estudos e Assessoria

CMB: Centro da Mulher Brasileira

CNPq: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

FAGES: Núcleo de Família, Gênero e Sexualidade

FCS: Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás

FGM: Fórum Goiano de Mulheres

FGV: Fundação Getúlio Vargas

FL: Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás

FORD: Fundação Ford

GEMA: Núcleo de Pesquisa em Gênero e Masculinidade

IEG: Instituto de Estudos de Gênero

Lab-ESHU: Laboratório de Estudos da Sexualidade Humana

MEC: Ministério da Educação e Cultura

NEG: Núcleos de Estudo em Gênero

NEIM: Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher

NEM: Núcleo de Estudos da Mulher

NEMGE: Núcleo de Estudos da Mulher e Relações Sociais de Gênero

NIEM: Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre a Mulher e Gênero,

NIGS: Núcleo de Identidade Gênero e Subjetividade

ONU: Organização das Nações Unidas

PAGU: Núcleo de Estudos de Gênero

PAPAI: Instituto Papai

PIBIC: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

PUC: Pontifícia Universidade Católica

REDE SAÚDE: Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos

REDEFEM: Rede Brasileira de Estudos e Pesquisas Feministas

REDOR: Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos sobre a Mulher e Relações de Gênero

REF: Revista Estudos Feministas

SBPC: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

SEPPIR: Secretária de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Ser-tão: Núcleo de Estudos e Pesquisa em Gênero e Sexualidade

SPM: Secretaria de Políticas para as Mulheres

UFBA: Universidade Federal da Bahia

UFG: Universidade Federal de Goiás

UFSC: Universidade Federal de Santa Catarina

ULF: Universidade Livre Feminista

UNICAMP: Universidade Estadual de Campinas

SUMÁRIO

1. Feministas nas terras vazias das pessoas de mentes vazias (2)

1.1. Apresentação e Justificativa (2)

1.2. Percursos e (de) limitações da pesquisa (5)

1.3. Trajetória das reinvenções teórico-metodológicas (6)

1.4. Produção de conhecimento multifacetada: a Universidade Livre Feminista (8)

1.5. O caminho percorrido: a Plataforma Lattes e as limitações dos bancos de dados (10)

1.6. Objetivos da pesquisa por um viés possível: pesquisando feminismo a partir dos grupos de pesquisa do Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq (13)

2. Feministas, sim senhora! O encontro entre o gênero, o androcentrismo na ciência e os excessos do feminismo (19)

2.1. Feminismo na produção de conhecimento no Brasil: esse pessoal é político na universidade? (21)

2.2. Produção de conhecimento feministas a partir dos circuitos coloniais locais: o sistema-mundo-moderno-colonial de gênero (27)

2.3. Os estudos descoloniais da cidade letrada no gênero (31)

2.4. A construção do estado-nação e das cidades letradas em universidades (33)

3. Feminismo nas universidades no Brasil: a história do feminismo nos trópicos (38)

3.1. Gênero, ciência, mulher: caminhos do feminismo no Brasil via produções bibliográficas (41)

3.2. Formação de núcleos e grupos de pesquisa (46)

3.3. A ampliação do arsenal feminista: mais sujeitos ou a adesão ao gênero? (51)

4. Os sistemas de organização da produção de conhecimento e o Diretório de Grupos de Pesquisas do CNPq (58)

4.1. Grupos e Núcleos de pesquisa cadastrados no CNPq: adentrando temas e interesses das pesquisadoras e pesquisadores (60)

4.2. Grupos e Núcleos de pesquisa: a produção de conhecimento feminista desde o metafemismo (62)

4.3. A cor do endereço e o sexo (67)

4.4. Sobre sexo (69)

4.5. Formação docente e circulação da produção de eventos (73)

4.6. A construção do lugar: região e representação na produção de conhecimento feminista (81)

4.7. O processo de racialização e a colonialidade do poder-saber (88)

5. Conversas e controvérsias: as entrevistas como espelho da Plataforma Lattes (93)

5.1. Militantes desde a graduação: feministas gestadas pela resistência (96)

5.2. Disciplinas, orientações curriculares e o reconhecimento de parcerias (102)

5.3. Limites e resistências da institucionalização dos grupos: atuação docente e financiamento (106)

5.4. Feminismo negro e representação nos núcleos (113)

6. Feminismo brasileiro a construção de redes e confluências (120)

6.1 Trajetórias da pesquisa e considerações sobre o ideário feminista (120)

6.2. Formas de narrar: epistemologia feminista e epistemologia na ciência (122)

6.3. A trama feminista em redes (124)

6.4. Tramas, redes e ampliações da produção de conhecimento feminista (128)

6.5. Um lugar no mapa também é um lugar na história (130)

Referências (134)

Anexos (149)

Onde estão as mulheres brasileiras nas ciências? Mais especificamente, onde estão as mulheres feministas brasileiras nas ciências? Ou seja, quem são as mulheres cientistas brasileiras que têm um enfoque pró-feminismo? Preocupa-me sinceramente, após 30 anos de redemocratização, entender melhor por que não somos / fomos igualmente competentes em difundir as ideias e valores feministas no Brasil (MATOS, 2006, p.92).

(..) ao desenvolver os argumentos propostos, levei em consideração que tanto as grandes obras que marcaram as origens e a consolidação do feminismo, quanto as publicações feministas em geral, que fazemos no cotidiano das instituições, constituem agenciamentos políticos emancipatórios, e resultam da luta pela visibilidade da escrita das mulheres, através da organização de edições feitas e divulgadas por mulheres e lidas principalmente por mulheres (MINELLA, 2010, p. 132).

Feministas nas terras vazias das pessoas de mentes vazias¹

1.1. Apresentação e Justificativa

Em 2008 entrei na universidade para cursar Ciências Sociais. Até então, havia estudado em escolas públicas de bairros periféricos, e fiquei sabendo que universidades públicas existiam por amigas. Prestei vestibular para Ciências Sociais e passei. No segundo semestre de 2008, na disciplina *Língua, escrita e identidade*, conheci autoras e autores dos campos de estudos descoloniais e feministas em discussões sobre estado, modernidade, identidade, representação social e linguagem, vinculadas à produção de conhecimento. Interessei-me por essas vertentes de estudo e me voluntariei a desenvolver pesquisas com a docente que ministrou a disciplina, Joana Plaza Pinto, na Faculdade de Letras da UFG. Sob sua orientação, desenvolvi três projetos de iniciação científica (PIBIC/CAPES), de 2009 a 2012, sobre linguagem e produção de conhecimento indígena e linguagem e produção de conhecimento descolonial e pós-colonial.

Entre em 2009 no grupo de estudos Práticas Identitárias (FL/UFG) e também passei a participar como monitora no Curso de Educação Intercultural da UFG, Núcleo Takinahakỹ de Formação Superior Indígena, em diferentes temas contextuais com diferentes etnias², e em 2011 entrei no Grupo de Pesquisa Ser-Tão (FCS/UFG). Em todos esses espaços discutimos textos dos campos de estudos feministas, pós-coloniais, pós-estruturalistas, descolonial, presentes também em minhas pesquisas de iniciação científica. Essas vertentes de estudo, em especial a descolonial e feminista, ofereciam interpretações comuns às concepções das autoras e autores indígenas em relação à subalternização de conhecimentos e epistemologias coexistentes.

As leituras de autoras e autores indígenas, tais como Daniel Munduruku (2009), Huanacuni (2009) e Fabíola Mareromyo Tapirapé (2009), assim como de autoras e autores descoloniais, Walter Mignolo (2003), Anibal Quijano (2005), Maria Lugones (2008), e

¹ Título criado a partir da citação de entrevista à Walter Mignolo; “a terra vazia dos primeiros momentos da conquista e das mentes vazias que habitavam as terras vazias” (MIGNOLO, 2007, p. 192).

² A Licenciatura Intercultural indígena conta atualmente com mais de 15 etnias, e os 'temas contextuais' fazem referência ao que corresponderia a disciplinas dos cursos de graduação, no entanto por sua proposta transdisciplinar são nomeados de 'temas contextuais'. Mais informações no site: <<http://intercultural.lettras.ufg.br/>>.

feministas, Albertina Costa e Eva Blay (1991), Donna Haraway (1995), Cecília Sardenberg (2002), apontaram que a produção de conhecimento é um elemento importante nas relações políticas entre diversos e distintos grupos. Esses apontamentos, por sua vez, me fizeram repensar a postura não-indígena em relação ao conhecimento.

Assim, minha inquietação, sobre produção e legitimação de conhecimento, surgiu e aumentou a partir da participação como monitora no Curso de Educação Intercultural da UFG, Núcleo Takinahakỹ de Formação Superior Indígena, e de uma série de eventos e discussões nas universidades e em movimentos sociais sobre feminismo que foram organizados por feministas e me levaram a alguns questionamentos. Por que a produção de conhecimento parecia tão separada da vida das pessoas, como se as universidades e a ciência fossem apenas privilégio de algumas? Onde estavam as mulheres que faziam ciência? Por que eram pouco citadas? Por que mulheres sequer eram consideradas na maior parte das teorias e pesquisas?

As inquietações aumentaram quando em 2009, durante o Seminário Internacional Fazendo Gênero 9 (UFSC), participei da audiência sobre Mulheres e Ciência, que discuti o acesso das mulheres à universidade. O tema ainda me rondava em 2011, no XXVIII Congresso Internacional da Alas, Associação Latino Americana de Sociologia (UFPE), quando durante uma mesa redonda que propunha a discussão de autores e autoras usados na graduação de Ciências Sociais, no Brasil, Paulo Martins³ apresentou um *ranking* de 45 nomes das autoras e autores mais ensinados nas grades disciplinares da graduação. Apenas na 35ª posição aparecia um autor brasileiro, e nenhuma autora na lista de 45 nomes. A ausência completa de autoras não foi em nenhum momento ao menos percebida ou citada pelos participantes da mesa.

Intrigada com a invisibilização de autoras e mulheres pesquisadas nas universidades, quando participei de eventos, fossem automeados como acadêmicos ou não acadêmicos, tais como o Vozes Plurais, em 2009⁴, o II Encontro Nacional de Articulação de Mulheres

³ ALBUQUERQUE, Paulo Henrique Martins de. Palestra na Mesa Redonda: “La sociologia européa y las sociologías no européas: límites del universalismo y del relativismo”, XXVIII Congresso Internacional Da Alas/Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Convenções, UFPE, 2011.

⁴ Evento co-organizado pelo Ser-Tão/UFG, Grupo Transas do Corpo (ONG feminista) e PIMEP/PUC-GO.

Brasileiras, em 2010, e a Marcha das Margaridas⁵, em 2011, além de vários eventos em Goiânia a partir de 2010, Marchas das Mulheres, 8 de março, Marcha das Vadias, passei a pensar a relação da militância feminista nas universidades, conjunta a autoras do campo de estudos feministas. Um campo que vêm pensando e debatendo a relação entre conhecimento produzido nas universidades e sua relação com a militância. Essas reflexões me conduziram a outros questionamentos. Por que alguns espaços estariam mais identificados como militantes e outros, por oposição, considerados como acadêmicos? Como acontece a ordenação desta separação? Como acontece sua legitimação? Passei a me interessar, então, pela relação entre produção de conhecimento e militância, a partir das hierarquias que estão relacionadas a tal separação.

Mediante essas participações, inquietações, leituras e militâncias, decidi estudar o feminismo dentro das universidades brasileiras, tendo em vista como se deu o processo e quais aspectos são relevantes partindo de dois pontos: o da imposição/ silenciamento e o da resistência. O primeiro, da imposição, se transfigura em legitimação pela exclusão, como aponta Ilana Löwy (2000, p. 24) “a ciência é um empreendimento de caráter cumulativo e seu passado – do qual as mulheres foram excluídas – continua pesando sobre seu presente”; o segundo, o da resistência, diz sobre a ampliação da ciência, pois como apontam Londa Schiebinger (2001), Cecília Sardenberg (2002) e Walter Mignolo (2003), o feminismo mudou a ciência pela inserção de mulheres como pesquisadoras e pessoas a serem pesquisadas e por inserir novas propostas de conhecimento em várias esferas sociais.

Tendo em conta a minha trajetória narrada até aqui, a proposta é problematizar como o feminismo tem sido pensado e produzido dentro das universidades no Brasil por feministas brasileiras, considerando como parte da pesquisa meu próprio acesso a essa produção. Fazer desse interesse uma pesquisa viável me trouxe, mais que a preocupação com a delimitação, a problematização sobre formas possíveis de pesquisar feminismo no Brasil. Nesse sentido, ao longo do percurso de formulação e delimitação da pesquisa, três aspectos foram fundamentais e indissociáveis à ela: 1) tempo de execução; 2) sistematização e acesso a informações; 3) delimitação de proposta.

⁵ Evento co-organizado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, Articulação Nacional das Mulheres, Marcha Mundial das Mulheres, Fóruns Estaduais de Mulheres e mais entidades feministas e de mulheres.

Ponto adiante esse percurso de delimitações e possibilidades, pois, como aponta Mignolo (2007, p.193), “as teorias estão onde podem ser encontradas” e é esse trajeto, de 'encontrar', que demonstra as possibilidades dessa pesquisa, suas reduções, demandas e interesses assim como os posicionamentos da pesquisadora e algumas implicações e limitações.

1.2. Percursos e (de) limitações da pesquisa

A partir desse contexto de trajetória de estudo em produção de conhecimentos subalternizados, nesta dissertação foi adotada uma perspectiva teórico-metodológica qualitativa, considerando: a) a postura situada da pesquisadora e das produções mapeadas, por meio da auto-reflexão e reconstrução da pesquisa a partir de demandas do campo (HARAWAY, 1995; LINTON, 1997; LÖWY, 2000; HARDING, 2002; MIES, 2002; FONOW; COOK, 1991); e a b) geopolítica do conhecimento, ou de como a produção do conhecimento é reorganizada em corpos e regiões, a partir do processo colonial no qual o Brasil foi e ainda é constituído (RAMA, 1985; STEPHAN, 1996; MIGNOLO, 2003; 2004).

Situo demandas do campo, como: participações e vivências em eventos, seminários, simpósios, encontros e marchas, antes e durante a pesquisa; a análise de produções textuais diversas, sejam blogs, artigos, pesquisas, relatórios, falas e palestras sobre produção de conhecimento feminista; e o processo de construção de atividades feministas das quais participo enquanto militante da AMB (Articulação Nacional de Mulheres Brasileiras), da Coletiva Feminista, do Colcha de Retalho/Coletivo Todaxs, Transas do Corpo, Fórum Goiano de Mulheres e da Rede de Lésbica e Mulheres Bissexuais de Goiás. Todo o percurso de execução da pesquisa eu participei de seminários, simpósios, cursos de formação, planejando e executando ou como ouvinte. Acredito que esses momentos de formação e participação refletem na pesquisa pela interação com pesquisadoras, militantes e participantes de encontros e atividades feministas e proporcionou acesso a diversos debates sobre produção de conhecimento feminista por olhares distintos.

Apresento minha atuação e militância feminista como importantes para a pesquisa porque foi somente a partir desse vínculo que tive acesso a informações, discussões,

produções textuais e de eventos, assim como a possibilidade e interesse de escrever sobre o tema 'produção de conhecimento feminista no Brasil' de forma autocrítica e situada.

1.3. Trajetória das reinvenções teórico-metodológicas

Várias pesquisas foram realizadas no Brasil sobre o tema 'feminismo nas universidades brasileiras' desde a década de 1980, apontando distintas possibilidades de interpretação e maneiras teórico-metodológicas de pesquisar. Para descrever o percurso teórico-metodológico que culminou nesta dissertação de mestrado, é necessário reconstruí-lo desde os primeiros passos, tentando revelar as descontinuidades e mudanças face às limitações impostas pelo trabalho empírico. Assim a proposta, inspirada em Sandra Harding (1993), Guacira Louro (1997) e Sharlene Hesse-Biber (2012), é expor o que constituem meus erros e acertos rumo a um posicionamento feminista sociológico reflexivo, partindo da instabilidade de conceitos e métodos e de minha própria localização.

Minha proposta tinha, no início, por base mapear produções sobre o tema, pesquisar o Currículo Lattes e, por último, analisar a Universidade Livre Feminista (ULF), uma nova proposta de universidade criada em 2009 pela organização não governamental CFEMEA. Essa proposta de atuar por três vias era fruto das experiências anteriores com produção de conhecimento feminista e de minha participação na pesquisa "Estratégias de transmissão intergeracional no feminismo brasileiro (1980-2010)" coordenada por Eliane Gonçalves, financiada pelo CNPq.

Os objetivos estavam, no início, assim sistematizados: 1) busca e revisão de bibliografia sobre produção de conhecimento e feminismo de autoras e autores feministas, dentre mais vertentes que tratassem sobre produção de conhecimento, considerando a colonização, com ênfase na vertente descolonial; 2) mapeamento no Diretório de Grupos de Pesquisado CNPq, por buscas com as palavras-chave *feminismo/feministas*; 3) mapear atividades realizadas pelos grupos de pesquisa que tenham por tema feminismo/feminista/gênero/mulheres; 4) mapear participantes dos grupos, suas produções e orientações sobre feminismo/feministas; 5) mapear atividades realizadas pelos grupos de pesquisa – quando possível; 6) analisar o mapeamento e as entrevistas realizadas com Grupos

de Pesquisa do Diretório de Grupos e Núcleos de Pesquisas do CNPq⁶; 7) analisar a construção e execução de cursos e atividades da Universidade Livre feminista para por fim; 8) comparar os indicativos da pesquisa por meio de um ponto de vista feminista e descolonial.

Mediante esses objetivos, as propostas teórico-metodológicas eram: 1) buscar e revisar a bibliografia sobre produção de conhecimento e feminismo de autoras e autores feministas e descolonialistas; 2) mapear núcleos de pesquisa que tinham por nome e tema feminismo/feminista na Plataforma Lattes; 3) selecionar pesquisadoras e pesquisadores dentre aquelas que não estivessem em grupos de pesquisa, que trabalhassem feminismo em suas produções nos últimos cinco anos; 4) levantar e analisar quais atividades, seminários, colóquios, simpósios, produções de artigos, haviam sido realizadas pelos grupos de pesquisa e pelas pessoas selecionadas; 5) mapear atividades, mesas redondas, grupos de trabalho dentre mais atividades que tinham por tema feminismo/feminista/gênero/mulheres em sites de associações acadêmicas que promovem congressos e seminários na área de Sociologia; 6) elaborar roteiro de entrevista com base nas informações anteriores; 7) realizar entrevistas abertas aplicadas via e-mail, *skype* e *in loco*, participando de atividades realizadas pelos grupos de pesquisa; 8) analisar as entrevistas e o mapeamento para construção da dissertação.

No início, problemas começaram a acontecer em relação ao acesso e a sistematização a ponto de desistir da busca por currículos individuais, o objetivo 3, e delimitar analisar apenas o Currículo Lattes de líderes dos grupos e não de todos participantes, objetivo 2, pois caso continuasse com ambos teria que analisar informações curriculares de mais de 3.000 pessoas sendo que o CNPq não disponibiliza o acesso aos currículos. O estudo das atividades minuciosas dos grupos e núcleos também não foi possível, pois poucos grupos e núcleos têm páginas próprias em que publicam suas atividades, e a descrição do que realizam no Diretório de Grupos do CNPq não têm boa parte das informações que eu pretendia usar. Por último, em relação ao tempo e ao acesso, não foi possível estudar a Universidade Livre Feminista.

Uma das maiores limitações se tornava evidente: a comparação entre produções feministas paralelas à universidade institucional, representada pela Universidade Livre Feminista (ULF), ficava cada vez mais distante. Não seria mais possível comparar como os sistemas de ensino e produção fora das universidades por vezes são permeados por práticas na

⁶ As entrevistas foram realizadas entre 2012 e 2014, durante a pesquisa Estratégias de Transmissão intergeracional no Feminismo Brasileiro, por uma equipe comanda por Eliane Gonçalves, da qual fiz parte.

forma de escrever e apresentar as produções, tendo até sistemas de citação idênticos, mas completamente independentes das universidades formais. Os problemas em relação à delimitação e o tempo da pesquisa se tornavam limitações relacionadas à delimitação da escrita e formulação da dissertação. O estudo de grupos e núcleos de pesquisa, por sua baixa quantidade, passou a ser a possibilidade mais viável, estando em jogo a multifacetada produção feminista.

1.4. Produção de conhecimento multifacetada: a Universidade Livre Feminista

Delimitar um único aspecto para estudo da produção de conhecimento feminista nas universidades no Brasil é um trabalho complicado em relação à amplitude dessa produção. Várias são as formas de produção e divulgação de conhecimento feminista que desencadeiam no acesso a outros circuitos de armazenamento, produção e circulação de conhecimento distribuídos em blogs, festivais, fanzines, rádios, marchas, encontros, simpósios, cartilhas, criação de bandas e grupos de intervenção por arte, música e várias outras propostas, apontando para uma correlação entre formas de conhecimentos nas universidades e formas de conhecimento em espaços diversificados.

No entanto, essa diversificação não é pensada em trabalhos que avaliam os circuitos acadêmicos de produção. Ocorre, ao contrário, a centralização nas práticas acadêmicas sem considerar a correlação dessas com mais espaços, o que corresponde narrar as universidades como único espaço de produção e distribuição de conhecimento, consolidando hierarquias sociais entre 'os que conhecem e os que não conhecem', em um percurso colonial de acesso e legitimidade de conhecimento.

Nas produções feministas que avaliam a história do feminismo no Brasil são apontados circuitos de grupos de encontro e mais tarde grupos de estudos antes da entrada das mulheres nas universidades (GROSSI; MIGUEL, 1995; COSTA, 2008; FIGUEIREDO, 2008). Também é possível localizar a produção de fanzines, boletins, manifestos e mais textos que formavam movimentos solitários e coexistentes e uma imprensa feminista a todo o vapor desde o surgimento dos primeiros grupos feministas no Brasil no século XIX (PINTO, 2003; TELES e ROSALINDA, 2013) e que perduram até hoje (CORRÊA, 2001; SIMÕES, 2010).

A importância da imprensa feminista e da produção de textos e saberes fora dos circuitos universitários pelos movimentos sociais antecipa e antecede a produção universitária, como na tradução e divulgação de textos de autoras feministas por ONGs. Nesse contexto estão textos amplamente reconhecidos e citados em trabalhos diversos, tais como *Tráfico de Mulheres*, de Gayle Rubin, e *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*, de Joan Scott, ambos traduzidos no Brasil pelo SOS Corpo de Recife, para uso exclusivo de atividades e oficinas nas ONGs, e que só depois tiveram a tradução publicada na revista *Cadernos Pagu*, UNICAMP, e na Revista Educação e Realidade da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Nesse cenário de produção ampla, a Universidade Livre Feminista é um dos exemplos atuais de reinvenção, ampliação e alternativa feminista às universidades e saberes institucionais, e por isso seria estudada. Criada em 2009, pelo Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA), seu estudo se fazia possível graças a alguns marcadores comuns ao sistema de ensino em universidades: sistema autoral de ensino, são usados textos, artigos, livros, apresentações de autoras e autores; cursos oferecidos com tutoria de docentes; certificação dos cursos. Mas conta também com diferenças via outros marcadores: ausência de pré-requisitos para cursar os cursos; cursos de curta duração, 80 ou 64 horas; cursos predominantemente voltados para o empoderamento e participação social das cursistas. Desde 2009 a 2013 foram ofertados 8 cursos com etapas presenciais e a distância ou totalmente a distância (FEMINISTA, 2014).

Os cursos ofertados foram sobre pedagogia feminista, empoderamento feminista via sistema de eleição, participação social e gestão pública feminista (FEMINISTA, 2014). De forma ampla, os cursos refletem as ONGs feministas que compõem a Universidade Livre Feminista, o CEFEMA, e as ONGs associadas a ela como o SOS Corpo de Recife. O CFEMEA é uma ONG fundada em 1989, sediada em Brasília, que trabalha com os eixos de “*advocacy*, articulação política, comunicação política, produção de conhecimento, educação e formação política” (CEFEMEA, 2014, s.p). O SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia, fundada em 1981, tem por atuação áreas de educação, comunicação, pesquisa e assessoria (SOS Corpo, 2014) e propôs cursos de formação feminista política a mulheres do nordeste via Universidade Livre Feminista, sendo o último em 2014, Jornada de Educadoras Feministas do SOS Corpo (FEMINISTA, 2014).

A participação e atuação do CEFEMEA e do SOS Corpo, que já foram também sedes dos encontros presenciais de formação dos cursos, mostra, ao contrário de uma vinculação exclusiva a essas duas ONGs, a proposta de uma universidade coletiva que como aponta a descrição do site tem por objetivo “catalisar e fomentar ações educativas, culturais, artísticas; de produção de conhecimento e compartilhamento de saberes acadêmicos, populares e ancestrais, numa perspectiva contracultural feminista, antirracista e anticapitalista” (FEMINISTA, 2014). A Biblioteca virtual e a TV Feminista, que contam com milhares de produções textuais, entre livros, artigos e vídeos em várias línguas, demonstram a amplitude da proposta de catalisação de conhecimento na produção do acervo da Universidade Livre Feminista sobre os diversos temas feministas.

No entanto, mesmo com todo o encantamento e novidade para realizar a pesquisa também sobre a Universidade Livre Feminista, a dificuldade em estudá-la, pela amplitude dos acervos e cursos, conseguiu trazer nesse breve apresentar o quanto a produção feminista nas universidades é ampla, não restrita aos grupos e núcleos de pesquisa, mesmo quando estão em universidades, apontando, portanto, que ao estudar somente os núcleos e grupos de pesquisa incorre o risco de uma produção que só reflete a si mesma, um estudo de comunidades acadêmicas que demonstrará a comunidade acadêmica e não as demais redes que a compõem. Esse aspecto, tratado mais adiante, é recorrente na análise dos grupos de pesquisa via Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq e mostra um processo de homogeneização dos grupos e núcleos de pesquisa a partir da identificação da universidade como lugar do saber ora mais legítimo, ora mais afastado da vida das pessoas, o que por vezes aponta a relação de divisão hierárquica entre: universidade, saber neutro e objetivo x comunidade, militância, saber político interessado.

1.5. O caminho percorrido: a Plataforma Lattes e as limitações nos bancos de dados

Uma vez limitada a pesquisa ao estudo dos núcleos e grupos de pesquisa, a busca por currículos, na Plataforma Lattes, por pesquisadoras e pesquisadores, era preferível por dar conta de atividades e membros que não estão em grupos de pesquisas identificados, mas trabalham com feminismo. No entanto, pesquisar os currículos via Plataforma Lattes foi um trabalho demorado graças ao acesso restrito aos bancos de dados.

Jorge Machado (2013) aponta as dificuldades que teve ao intencionar estudar produção de conhecimento via currículos da Plataforma Lattes, pois ainda que seja um site aberto para acessos e armazenado em formato de planilha, não é possível acessar os currículos e baixá-los nesse formato, baixar a partir de algum programa, ou pedir que assim seja fornecido, porque os currículos são entendidos como pessoais e restritos (MACHADO, 2013). A única forma de acesso é por mineração de dados, copiar e colar um por um dos campos de preenchimento do currículo (MACHADO, 2013). Esse foi o caminho encontrado por mim na busca dos currículos de 161 pesquisadoras e pesquisadores, com adequações para ter acesso a informações como raça e sexo. A categoria 'idade' acabou sendo descartada, porque não contém um campo de acesso para esta autodeclaração na plataforma, e não há maneiras de identificar as pesquisadoras e pesquisadores a partir de suas fotografias disponibilizadas ou de suas trajetórias de formação dadas nas publicações. Isso seria um trabalho minucioso, por uma informação que poderia ser facilmente adquirida, caso a Plataforma fosse aberta.

Ao fim de novembro de 2014, durante minha participação no 18º Encontro Nacional da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher e Relações de Gênero (REDOR), na Mesa Redonda Mulher e Ciência, conversei com Hildete Pereira de Melo Hermes de Araújo e com Maria Lúcia Santana Braga, que trabalha no CNPq, pois ambas apresentavam dados de pesquisa com o banco de dados da Plataforma Lattes. Perguntei-lhes, então, sobre o acesso restrito à Plataforma, ao que responderam que ao máximo o CNPq tinha as divulgações para público mais amplo, mas que pesquisas fora do próprio CNPq eram realmente restritas e não seria o caso de 'não saber pesquisar, mas de 'não poder ter acesso'.

Conjunto aos problemas para acessar as informações via currículos, existem problemas relacionados à Plataforma Lattes comuns também ao Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq e a vários bancos de dados: pesquisadoras e pesquisadores que têm produções ou pesquisam o tema mapeado, assim como grupos e núcleos não aparecem nas buscas por palavras-chave; o preenchimento das produções e informações pode estar desatualizado ou incompleto; as buscas sofrem variações diversas a partir do local ou do login de acesso; dentre mais problemas comuns que interferem nos mapeamentos e direcionam os resultados.

Uma vez assumidas as dificuldades para pesquisa, as palavras-chave foram ampliadas. A proposta de realizar as buscas por produções somente com ‘feminismo/feminista’ em 2013 resultou em apenas 05 grupos, além do que as produções sobre o tema consideram inseparável a categoria ‘gênero’, e em alguns casos também consideram a ‘mulher’. Ao fim, o termo feminista foi usado segundo sua amplitude histórica a partir das palavras-chave: feminismo, feminista, mulher, gênero e também raça e negra para dar conta dos grupos e núcleos negros feministas, que poderiam não aparecer nos resultados.

Com a ampliação das palavras-chave e mudanças no banco de dados do CNPq, foram mapeados de início 286 grupos, sendo que apenas 8 deles apresentavam a categoria raça na nomeação e o que parecia ser um problema da institucionalização dos grupos, vinculado à democracia racial, foi um problema no levantamento do Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq, porque no fim de 2014 tive acesso a uma lista ‘com links dos sites de Núcleos de estudo de gênero e raça no Brasil’, publicada no site do Senado Federal. A busca faz parte de uma pesquisa do Programa de Equidade de Gênero e Raça⁷, porém o interessante é que os Núcleos, publicados nessa lista, estão cadastrados no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq, mas não apareceram nas buscas, com exceção de cinco: o Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM); o Núcleo de Estudos de Gênero Pagu; o Ser-tão, Núcleo de Estudos e Pesquisas em gênero e sexualidade; o Laboratório de Estudos da Sexualidade Humana (Lab-ESHU); o Núcleo de Família, Gênero e Sexualidade (FAGES).

Encontrar essa lista com os links foi importante para mostrar as lacunas do levantamento dos grupos e núcleos no Diretório do CNPq e um problema em relação ao tempo de realização da pesquisa, pois os links renderam mais núcleos, 320 pesquisadoras e pesquisadores, que teriam itens dos seus Currículos Lattes copiados e colados manualmente, tal como foi realizado com os 161 anteriores. Alguns programas foram pensados para tabular as informações. Cheguei, por exemplo, a usar o Import.IO⁸, apresentado por Jordão Horta

⁷ O Programa de Equidade de Gênero e Raça era uma iniciativa da Secretária Interministerial de Políticas para Mulheres, a SPM, criada em 2003 e fundida às Secretarias de Direitos Humanos e Secretaria de Políticas da Promoção da Igualdade Racial em 2015. O programa teve por proposta oferecer um selo para organizações que buscassem aderir a ele promovendo ações voltadas para equidade de gênero e raça em suas estruturas.

⁸ O Import.IO é uma Plataforma online com ferramentas como '*crawler*' e outros de buscas e formação automática de planilhas com informações de bancos de dados. Mais informações podem ser obtidas no site:<<https://import.io/>>. Acessado de agosto de 2014 a janeiro de 2015.

Nunes durante a banca de qualificação, mas o programa falhou durante o processo ao não considerar alguns campos ao exportar para planilha. O resultado foi construir uma planilha manualmente com ajuda de Mylanne Mendonça e Isabela Daruska Iglesias. É a partir dela que construí boa parte dos gráficos e tabelas desta dissertação.

A escolha de pesquisar a entrada do feminismo nas universidades do Brasil rendeu a princípio contradições e problemas em relação a temas, conceitos e tempo de execução, mas também em como e onde tenho acesso ao que pesquisar, pois a pesquisa a partir dos Grupos de Pesquisa do Diretório de Pesquisas do CNPq é também sobre a história do próprio Diretório e das universidades no Brasil.

1.6. Objetivos da pesquisa por um viés possível: pesquisando feminismo a partir dos grupos de pesquisa do Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq

Conforme apresentado, mediante a quantidade de objetivos, levantamentos e possibilidade de análises, foram reelaboradas e sistematizadas três propostas de pesquisa e três formas distintas de lidar com impossibilidades até que a pesquisa chegasse a proposta final: a primeira, estudar pesquisadoras e pesquisadores individuais que estudam feminismo e feministas via Currículos da Plataforma Lattes; a segunda, estudar a Universidade Livre Feminista e os Grupos de Pesquisa que se identificam como feminista / feminismos via Diretório de Pesquisa dos Grupos de Pesquisa do CNPq; e a proposta realizada por fim: pesquisar as lideranças dos Grupos de Pesquisa automeados como feministas / feminismos, via Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq.

O recorte somente por 145 núcleos e grupos de pesquisa do Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq contou com a análise individual de currículos de líderes dos grupos, com entrevistas de algumas e alguns deles e com a análise de produções feministas sobre estudos feministas nas universidades do Brasil, um estudo sobre o metafeminismo brasileiro, ou seja, um estudo sobre os estudos feministas brasileiros sobre si mesmo.

Foram analisados os Currículos Lattes individuais de todas as líderes e líderes dos núcleos e grupos, mapeando os campos: 1) endereço, cor, sexo; 2) áreas e temas de formação na graduação, mestrado, doutorado, pós-doutorado e formação complementar; 3) realização

de eventos; 4) área de atuação e; 5) orientadora/orientador durante a formação na graduação, mestrado, doutorado e pós-doutorado.

Junto aos resultados desses campos foram analisadas entrevistas com líderes dos núcleos; Núcleo de Pesquisa em Gênero e Sexualidade (GEMA/UFPE); Núcleo Família, Gênero e Sexualidade (FAGES/UFPE); Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher ((NEIM/UFBA); Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre a Mulher e Gênero (NIEM/UFRGS); Núcleo de Estudos de Gênero Pagu (PAGU/UNICAMP); Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS/UFSC) e; Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade (SER-TÃO/UFG). Foram entrevistadas nove pesquisadoras e dois pesquisadores⁹. Por fim, o mapeamento de produções levantou desde pesquisas que estudam a produção feminista brasileira a partir do século XIX, como os livros de Celi Regina Pinto (2003) e Maria Amélia Teles (1993), até pesquisas direcionadas aos grupos e núcleos de pesquisa que são realizadas desde a década de 1980, como as produções de Albertina Costa, Cinthya Sarti e Carmen Barroso (1985), Eva Blay e Albertina Costa (1991) e Miriam Grossi e Sônia Miguel (1995), indo até 2014, com pesquisas mais recentes como a de Eliane Gonçalves (2014).

Delimitada, essa proposta possibilitou estudar pesquisadoras e pesquisadores tendo em vista sua formação, sua participação e criação de eventos e interesses em temas específicos em suas atuações acadêmicas e mapear a distribuição e acesso ao conhecimento via os itens no Currículo Lattes: região; interesses por temática; área de formação e atuação; financiamento de pesquisas; participação e promoção de eventos. No entanto, a ausência de algumas dessas informações no Currículo Lattes foram complicadores para a realização da pesquisa. Marcadores como idade, raça e gênero foram intencionados, mas o acesso a essas declarações via Currículo Lattes estavam fechadas ao público nos anos de realização da pesquisa 2012 até 2014.

As entrevistas e o mapeamento de produções sobre o tema complementaram as análises sobre a recorrência de informações e pontuaram a existência de um ‘metafeminismo

⁹ As entrevistas aqui utilizadas fazem parte do acervo empírico do projeto de pesquisa mencionado anteriormente: “Estratégias de transmissão intergeracional no feminismo brasileiro (1980-2010)” (GONÇALVES, 2014), das nove entrevistas três foram realizadas por mim, e quatro por Fátima Regina e Eliane Gonçalves, algumas entrevistas contaram com a participação de três pesquisadoras além da líder do grupo.

nas universidades' como uma tendência do feminismo brasileiro universitário de analisar a si mesmo em sua inserção nas universidades, isso muitas vezes pelo estudo dos núcleos e grupos de pesquisa, outras pelo estudo da produção e distribuição de revistas, textos, eventos, ou produção e uso de categorias e metodologias e, por fim, sobre estudos de como o 'auto-narrar-se' é coberto por olhares estrangeiros e institucionais sobre como 'deveríamos ser e não somos'.

A partir da descrição deste primeiro capítulo, “Feministas nas terras vazias das pessoas de mentes vazias”, sobre a trajetória da pesquisa que vão desde a inquietação pela invisibilização e silenciamento de mulheres nas universidades até a guetização e o afastamento de vertentes epistêmicas feminismo, o capítulo dois, intitulado de “Feministas, sim senhora! O encontro entre o gênero, o androcentrismo na ciência e os excessos do feminismo”, é sobre a produção de conhecimento feminista considerando o processo de colonização do qual tratam autoras feministas e autoras e autores dos estudos subalternos, terceiro-mundistas e descoloniais. Pontuo a formação do sistema-mundo-moderno-colonial de gênero pela conceituação de Beatriz Stephan González (1996), Anibal Quijano (2005), Walter D. Mignolo (2003) e Maria Lugones (2008) como sistema complexo em que se localiza a produção de conhecimento no mundo numa reorganização global/colonial fundamentada em hierarquias de raça, classe, etnia e sexualidade.

Aponto que as universidades fazem parte do processo colonial, enquanto instituição de governabilidade (RAMA, 1985; CASTRO-GOMEZ, 2005), servindo como aparato para homogeneização, controle social e gerenciamento de participação por ser a única a legitimar 'cidadanias' e formas de saber, resultando na construção de um sujeito social que detém o status de cidadão modelo: homem-branco-heterossexual-cristão-letrado-com posses (GONZALEZ, 1996). Apresento a atualidade do sistema colonial perpetuado durante a formação dos estados-nação fundados na transferência e implantação de sistemas que se pretendiam universais: ciência, capitalismo, democracia, cristianismo e modernidade (MIGNOLO, 2009), discorrendo sobre a geopolítica do conhecimento de 'subordinação e hierarquia' entre países e regiões que resultam em universidades, também no Brasil, como espaços formados pela e para exclusão de mulheres, populações negras, quilombolas e indígenas.

Dadas algumas considerações sobre o feminismo brasileiro durante o capítulo dois, no capítulo três, ‘Feminismo nas universidades no Brasil: a história do feminismo nos trópicos’, aponto referências feministas brasileiras sobre o tema e a análise das produções mapeadas. Analisando essa produção, também a partir do sistema-mundo-moderno-colonial de gênero atreladas as principais discussões abordadas por elas, as localizando no tempo, espaço e lugar em que são produzidas. Nesse sentido, são abordados temas referentes ao surgimento dos grupos e núcleos de pesquisa, como nas obras de Eva Blay e Albertina Costa (1991), Miriam Grossi e Sônia Miguel (1995), Lucila Scavone (2011) e Eliane Gonçalves (2014). A seguir, pelas análises de Marlise Matos (2006) e Gema Esmeraldo (2010), aponto o desenrolar dos Núcleos que culminou na formação de redes feministas que construíram e encabeçaram: eventos, encontros e redes feministas nacionais, produção e circulação de textos e pesquisas feministas. Por fim trato da formação e manutenção de disciplinas de pós-graduação, institutos e cursos de pós-graduação e de graduação a partir de artigos de Albertina Costa (2006) e Fanny Tabak (2006) Ana Alice Costa, Cecília Sardenberg e Iole Vanin (2010).

Depois de concluída a importância dos grupos e núcleos de pesquisa como a base de sustentação e rede feminista nas universidades brasileiras no capítulo três, descrevo considerações em gráficos, tabelas e discussões sobre os Currículos Lattes de líderes dos grupos e núcleos de pesquisa mapeados, no capítulo quatro, ‘Os sistemas de organização da produção de conhecimento e o Diretório de Grupos de Pesquisas do CNPq’, onde também são consideradas as diversas relações de hierarquia entre regiões do Brasil identificadas a partir da produção de Selma Sena (2003), sobre as construções nacionais de dois brasis separados e hierarquizados entre o sul e sudeste litorâneos e um nordeste, centro-oeste e norte, identificados de ‘sertão’. Pontuo também problemas em relação ao acesso de informações sobre a autodeclaração de ‘sexo e étnico-racial de cor’, as localizando junto ao apagamento de feminismo negro como consequência da ‘democracia racial heteropatriarcal brasileira’ a partir das autoras Jurema Werneck (2003, 2010, 2013), Nilma Lino Gomes (2010, 2011), Fabiana Moraes (2013), Sueli Carneiro (2001) e Jacques D’Adesky (2006).

Consideradas algumas complexidades, contradições e impossibilidades de análise dos Currículos Lattes, o capítulo cinco, ‘Conversas e controvérsias: a realização de entrevistas e o espelho da Plataforma Lattes’, é sobre o fechamento dos capítulos anteriores, ao analisar brevemente a história e atuação de sete núcleos de pesquisa por meio de entrevistas com suas

lideranças e participantes, conforme já citados acima: NEIM/UFBA, NIEM/UFRGS, PAGU/CAMPINAS, Ser-tão/UFG, FAGES/UFPE, GEMA/UFPE e NIGS/UFSC. A análise das entrevistas fortalece as discussões do capítulo quatro e aponta para os seguintes pontos: o surgimento do feminismo nas universidades a partir da inserção de disciplinas e atividades conjuntas que demonstraram a construção de redes feministas de apoio por todo o Brasil; as dificuldades de estruturação e legitimação dos grupos e núcleos, enquanto consequência do processo colonial e; o estabelecimento efetivo dos grupos e núcleos em seu potencial de desconstrução da ciência e das hierarquias da produção de conhecimento universitário, mas também de reedificação em relação a invisibilização de feministas negras, indígenas e quilombolas.

Por fim, no capítulo seis, ‘Feminismo brasileiro na construção de redes e confluências’, são apontadas considerações inquietantes sobre a realização da pesquisa em indicações sobre o caminho percorrido, sobre as possibilidades de abordar como são formadas as redes feministas no Brasil em suas potencialidades e repetições, e sobre como são produzidas a partir do sistema-mundo-moderno colonial de gênero.

Na verdade, há uma história da ciência que ganhou legitimidade e universalidade. Esta Ciência, escrita com maiúsculas, fala por todos e de todos, já que foi pensada, conduzida e instituída a partir dos interesses e das questões daqueles cujas vozes pretenderam (e pretendem) representar toda a humanidade. Mas essa Ciência também foi feita — é indispensável reconhecer isso — por um grupo ou uma parte da humanidade. Ela foi feita pelos homens — os homens brancos ocidentais da classe dominante — os quais, supostamente, fizeram as perguntas e deram as respostas que interessavam a todas as pessoas. Possuidores de alguma capacidade “extraordinária”, eles sempre “souberam” o que era importante em geral. (GUACIRA, 1997, p. 143)

2. Feministas, sim senhora! O encontro entre o gênero, o androcentrismo na ciência e os excessos do feminismo

Seja uma teoria política ou uma ética, o conhecimento feminista passa a ser produzido em universidades, em grande escala, a partir de 1960 (VALCÁRCEL, 1995), não por acaso, momento de maior visibilidade dos movimentos indígenas, de populações negras, movimentos de mulheres e feministas e fim da colonização a partir do século XVIII e XIX em alguns países da África, América e Ásia¹⁰. O feminismo insurge em grande escala em um momento de fervor social. Sendo reconhecido como um movimento social, passava a ser representado em vertentes de conhecimento de várias universidades, o que também acontece com os demais movimentos sociais, em menor escala de indígenas e quilombolas.

As vertentes feministas estão agrupadas com várias outras vertentes que analisam e criticam duramente a produção científica, a identificando como interessada, localizada, imposta em larga escala global e construída em bases hierárquicas e subalternizantes das relações entre grupos sociais distintos (HARDING, 1995; MIGNOLO, 2004).

A partir dos estudos sobre paradigmas científicos de Yvonna Lincoln e Egon Guba (2006), as vertentes feministas estariam vinculadas a paradigmas de teorias críticas, ao construtivismo e ao paradigma participativo (LINCON; GUBA, 2006) passando, portanto, ao longo de séculos e décadas pelos paradigmas que tem em comum uma produção de conhecimento vinculada a diferentes corporalidades e formas de conhecer o mundo. Como aponta Mignolo (2004) no surgimento e construção da ‘ciência’, passando por misérias e esplendores, as vertentes feministas e étnico-raciais são as maiores responsáveis pela crítica a partir da própria ciência, a identificando como um saber fundamentado em hierarquias subalternizantes de populações (MIGNOLO, 2004) e na construção de pontes para um processo de maior abertura de pesquisas com mais corporalidades, regiões e demandas.

Os estudos sobre produção de conhecimento feminista apontam teorias feministas ora como contestadoras e ampliadoras da produção científica, ora como invisibilizadas, ora como singulares (GROSSI, 1995, HARAWAY, 1995; SCHIEBINGER, 2001; LÖWY, 2000;

¹⁰ Alguns países de África, Ásia e Antilhas ainda são colônias, ou seja, o processo colonial ainda atua na forma de protetorados, e na manutenção de colônias até hoje sendo uma das faces do sistema colonial que passa a assumir novas configurações em todo o globo formando o mundo-moderno-colonial de gênero.

MAFFIA, 2002; TABAK, 2002) ao mesmo tempo em que críticas internas a própria produção feminista são realizadas com a entrada de autoras feministas de países colonizados, desestabilizando uma produção que por muitos anos foi majoritariamente e hierarquicamente referenciada a autoras norte-americanas, francesas e inglesas (MOHANTY; 1997; SPIVAK, 2002; ANZALDÚA 2000; hooks, 2008; CURIEL, 2007). No entanto, pensar movimento feminista, assim como vertentes feministas de conhecimento, é escolher algumas dentre as várias e distintas possibilidades teórico-metodológicas e possibilitar a existência de um sistema de autoria, ou seja, lidar com a construção de redes de citações, amizades e trabalhos construídos conjuntamente entre algumas mulheres.

Para cada área de conhecimento seria possível averiguar o legado do feminismo ou de vertentes feministas, tal como apontam os trabalhos sobre a sociologia feminista no Brasil de Silvana Mariano (2008), e o legado do feminismo para as teorias feministas no Brasil de Lucila Scavone (2008). Isso também acontece em distintas áreas como na biologia, filosofia, linguística, artes, física, como apontam os trabalhos de Nye Andrea (1988) e Londa Shiebinger (2001). A partir das últimas décadas passam a surgir vertentes feministas que mostram a importância das mulheres nas engenharias também no Brasil.

Nesse sentido, as produções feministas adentram áreas de conhecimento em distintos lugares do mundo, seja de pesquisadoras que se declaram feministas em suas produções ou que dizem fazer parte de uma vertente feminista, seja ela uma sociologia, antropologia, ciência política, teologia, matemática, ecologia, história ou linguística feminista, citando apenas algumas de um vasto campo.

A produção feminista em larga escala faz parte, portanto, de um processo social mais amplo sobre a produção de conhecimento que perpassa décadas, paradigmas, países e a construção da ciência frente a diversas formas de saber e ser. Entendo que várias discussões travadas por autoras feministas foram levantadas ao mesmo tempo ou de formas e temas distintos nos estudos pós-estruturalistas, pós-coloniais, descoloniais, estudos subalternos e mais vertentes, assim como a centralidade em discussões sobre ‘opressões e hierarquias via corporalidade’ foi feita especificamente no feminismo de forma que não importa para essa pesquisa mapear quem veio primeiro, ou se filiar há alguma autora que ‘seja amplamente reconhecida no tema’, ou ter uma filiação precisa, mas partir, como aponta Mignolo (2003), da coexistência de produção de conhecimento e da confluência de conhecimento, tal como

partem Lincoln e Guba (2006). Parto da coexistência e confluência para averiguar o quanto a produção de conhecimento tem sido pensada a partir de relações de poder e hierarquizações e como a produção de conhecimento feminista a partir dessas relações amplas esta presente na produção de conhecimento feminista nas universidades no Brasil.

2.1. Feminismo na produção de conhecimento no Brasil: esse pessoal é político na universidade?

Tido como um dos movimentos bem-sucedidos do século XX, o movimento feminista, entendido como plural em propostas, metodologias, interesses e grupos (HEMMINGS, 2009; NAVARRO, 2009), contraditoriamente tem sido na última década apontado como superado, seja pelo *back-last*, seja por discussões sobre pós-feminismo levantado em algumas referências dos estudos *queer*. Mas no campo de produções e áreas de estudo sobre pós-feminismo e morte do feminismo, muitas produções nas vertentes feministas, como Márcia Navarro (2009) e Clare Hemmings (2009), apontam para o enfrentamento atual de mais um processo de negativização do feminismo, ao mesmo tempo em que campos de estudos do feminismo ganham maior visibilidade.

Dentro das universidades a diversidade da produção feminista se mostra a partir de várias vertentes, áreas de conhecimento, metodologias e categorias que desconstruíram algumas práticas epistêmicas, ampliando a produção de conhecimento científica e evidenciando seu caráter político (VARGAS, 2002; MINGOLO, 2003; CURIEL, 2007). Mas entrar nas universidades a ponto de provocar mudanças nas formas do fazer ciência, influenciando também várias vertentes que não feministas, é resultado de um processo contraditório e complexo em cada país e região e, até, em cada universidade.

Por muitos séculos de existência das universidades, a sua produção de conhecimento institucional não era feita por mulheres, não representava suas experiências, não eram sequer espaços que pudessem ser frequentados por mulheres (MAFFIA, 2002; SCHIEBINGER, 2001).

Thomas Laqueur (1994), ao estudar sexualidade e as relações de gênero, aponta que até o século XIII era encontrado em manuais médicos descrições em que mulheres eram homens invertidos, subdesenvolvidos, e pelo passar dos séculos ainda que tenham atingido o

status de gente, várias são as referências filosóficas, psicológicas e teóricas sociais que contém ‘provas’ e descrições sobre a diferença e a inferioridade das mulheres em relação aos homens, como levanta Andrea Nye (1988) e Londa Schienbinger (2001) nos estudos sobre a importância da ‘descoberta da existência das mulheres e das relações de gênero’ nas áreas de psicologia, biologia, primatologia, matemática e medicina.

Em grande parte da Europa a entrada das mulheres nas universidades só acontece por volta no século XIX. A luta sufragista já a partir do século XVIII na Europa e América do Norte e no Brasil bem como a luta por universidades são semelhantes em um tema central mais ‘espaço de representação e participação social para mulheres’. Segundo Celi Pinto (2003), a partir do século XIX no Brasil passam a existir movimento feminista sufragista que dizem respeito ao *status* da mulher enquanto inferior aos ‘cidadãos’, ainda que fossem brancas letradas e com posses, tal como os homens que podiam votar da época. Existiam até campanhas contra os votos das mulheres, que intensificavam o quanto elas eram ‘incapazes de tomar decisões por conta própria’ (PINTO, 2003).

As lutas por autorrepresentação, incluindo o acesso às universidades, por vezes foram lutas contra o *status* de inferiorização e tutelamento impostos pelo estado ou homens da família a mulheres, populações negras, indígenas e quilombolas. Mas por mais que muitas dessas concepções sobre as mulheres como seres inferiores estivessem presentes em várias sociedades e tempos, como apontaram Michelle Rosaldo (1995) e Sherry Ortner (1979) sobre a recorrência das relações de ‘gênero’ com a inferiorização das mulheres, esses discursos passam a ter maior peso em instituições como as próprias universidades e circuitos de produção de conhecimento institucionais durante a ‘modernidade’, ou seja, a partir da formação do estado-nação colonial, já que em várias sociedades não coloniais, e até mesmo classes e segmentos sociais, as relações de gênero aconteciam de outras formas, com maior representatividade de mulheres (LUGONES, 2008).

A construção do estado-nação nas cidades letradas, cidades ordenadas por documentos em escrita alfabética que eram construídos por ‘conhecimentos especializados e legitimados’ resultam na intensificação de espaços de sub-representação das populações colonizadas e de mulheres (RAMA, 1985; GONZALEZ, 1996) a ponto da relação das mulheres com a ciência ainda não ser equitativa por vários fatores atuantes, tais como os que indicam Dianna Maffia

(2002) e Fanny Tabak (2002): baixos salários, pouco acesso a cargos de maior representação, pouca autonomia e baixa representação em redes de citação e indicação.

Nesse contexto, se as mulheres hoje têm um acesso às universidades que possibilita criticar a produção e a reprodução do conhecimento, as universidades, enquanto instituições privadas e estatais, ainda estão imersas em pressupostos hierarquizantes em relação às mulheres (SARDENBERG, 2002). Como aponta Diana Maffia (2002), elas ainda são minoria em postos de chefia e as que menos comandam pesquisas e isso ocorre porque o ambiente universitário tem barreiras ideológicas, como a crença de que mulheres são menos aptas para funções de comando, e barreiras informais, a maior parte de citações e de convites para apresentações de trabalho são entre homens. A intensificação de políticas para mulheres a partir de 2002 ocasionou mudanças significativas nas posições de representação social nas universidades, em cargos políticos e em todas as áreas de representação social, mas ainda é baixa e de alta oscilação em relação ao percentual da população e quando comparada aos demais países (BLAY, 2006).

As barreiras formais, ideológicas e informais que afastam as mulheres da ciência e da produção de conhecimento foram construídas socialmente por séculos de exclusão das mulheres de espaços de participação social (TABAK, 2002), passando por discussões políticas sobre o reconhecimento do racismo e do sexismo impregnadas nas instituições e nas pessoas. Como apontam Lugones (2008) Jurema Werneck (2010) e Sueli Carneiro (2001), esse sistema de violência e descrença às mulheres enquanto sujeitos, principalmente às mulheres negras e indígenas, se estabeleceu dos países colonizadores às colônias como uma das bases da produção do conhecimento em si, fazendo parte dos pressupostos teórico-metodológicos científicos. Sustentada pela neutralidade, objetividade e universalidade, a produção de conhecimento científica não foi identificada como produzida por homens europeus brancos heterossexuais de altas classes sociais, tal como apontam Stephan (1996), Mignolo (2003) e Zulma Palermo (2007), mas vista como ‘produção de conhecimento neutra, interessada na verdade’, de forma que os estudos feministas e étnico-raciais pautados na crítica de corporalização do conhecimento emergiram taxados como o complemento inferior, ou seja, sendo pontuados como estudos interessados, de menor importância social, mais específicos, e mais ‘locais’ frente a um conhecimento que poderia ser localizado como neutro, ao interesse de todos e global. Não é por acaso que essas vertentes estejam concentradas em

poucas vertentes e não, ao contrário, estejam presentes de forma temática na maior parte dos paradigmas científicos, ou seja, são guetizadas.

Essa ‘especificidade de estudos menores’, colonialmente construída, aconteceu pela inserção das mulheres nas universidades e pela inserção de suas pesquisas e estudos, que consideravam mulheres não apenas como sujeitos de pesquisa, mas como pesquisadoras e parceiras de citação. No Brasil, Cecília Sardenberg (1994), Lia Zanota (1998) e Mariza Corrêa (2001) apontam que o feminismo é inserido nas universidades como “estudos da mulher” para mais tarde se tornar “estudos de gênero”, sendo, portanto, a categoria mulher usada na inserção feminista às universidades, mas, também era usada ‘feminina’, como aparece nos trabalhos de Heleieth Saffioti (1969) e Fanny Tabak (1979), seguida do uso do conceito ‘relações de sexo’, já na década de 1980 até meados de 1990, como no trabalho de Elizabeth Lobo (1991), por ser comum em pesquisas sobre trabalho e mulher em algumas vertentes feministas da França. Por fim, foi agregada a categoria gênero, amplamente reconhecida como categoria feminista em países da Europa, nos EUA, no Brasil e maior parte de países da América Latina. No Brasil essa categoria tem grande influência de Joan Scott (1990), sendo dela um dos textos mais referenciados nas produções brasileiras sobre ‘gênero enquanto uma categoria útil’.

Por vezes, afirmar e pesquisar mulher eram vistos como ‘processos específicos menores’, identificados como ‘diferentes’ quando comparados a produção científica sem rosto e corpo na produção do ‘conhecimento em favor da verdade’, no entanto a questão não era a ausência de corpos e rostos dos pesquisadores, mas a hegemonia de homens brancos europeus. Amélia Valcárcel (1995) e Avtar Brah (2006) apontam o processo de diferenciação e da política de identidades como uma das bases do feminismo, um resultado das vertentes feministas que pode ser visto mais especificamente nas discussões sobre epistemologia feminista e seu *lôcus* de enunciação resultando na ampliação de valores científicos. Ao passo em que essa discussão sobre a ‘diferença’ é recorrente como tema feminista na ‘década de 1980’ como bandeira de feministas negras, lésbicas e transexuais, ela também atende nesta dissertação as diferenças hierárquicas sócio-historicamente construídas entre mulheres e homens.

A ‘localização’ da pesquisa e dos sujeitos é apontada por Haraway (1995) e Löwy (2000) na proposta de realizarmos uma ciência situada, que, em vez de um olhar ‘objetivo’,

invisibilizador de pessoas, tenha um olhar identitário que localize posições políticas de interesse, que demonstre que qualquer produção de conhecimento é situada e apta a inserir inter-relações entre sujeitos e interesses políticos econômico-sociais.

A ‘especificidade da produção’ é dada, portanto, tanto pela própria corporalidade de sujeitos, que não eram ‘aptas a participar dos espaços de poder’, quanto pela discussão da política epistêmica sobre ‘quem tem voz e representação na produção de conhecimento’, realizada nas vertentes feministas. Mas essa mesma discussão é feita mudando os sujeitos nos Estudos Subalternos e Indígenas em outras vertentes com pesquisadoras e pesquisadores de pertencimento a países colonizados e que tenham marcas étnico-raciais, mostrando que a corporalidade importa na produção de pesquisas, a ponto da primeira categoria de identificação feminista ser ‘mulher’, depois ‘gênero’ com o discurso de maior inclusão de sujeitos, agora homens, lésbicas, gays, travestis, transexuais, ou seja, as categorias que usamos nas pesquisas indicam corporalidades em representação social e epistêmica.

Mas mesmo que na intenção de ampliar o uso das categorias feministas, dada a instabilidade da produção feminista e da própria ciência (HARDING, 1993), o uso da categoria gênero acarretou em problemas ao seu próprio uso. Cecília Sardenberg (1994) aponta que acontece uma simples ‘substituição’ do termo ‘mulher’ por ‘gênero’, que acaba por invisibilizar pesquisas que eram apenas sobre mulheres, e que gênero também foi usado, contraditoriamente, como categoria neutra, em relação a pesquisas que eram sobre mulheres ou feminismo, de forma que o uso da categoria gênero desse a pesquisa um aspecto de maior amplitude e não vinculação ideológica a ponto de pesquisas de extensão “passarem e ser motivos de crítica e acusações de pouca seriedade acadêmica” caso não usassem gênero como categoria de suporte ou usassem as categorias feminismo ou mulheres (COSTA; SARDENBERG, 1994, 369).

Sardenberg (2010, p. 60) pontua ainda que o discurso de neutralidade sobre a categoria gênero teve por “consequência uma espécie de despolitização do feminismo na academia, na medida em que tornava invisível uma série de demandas e ações que tinham por objetivo a transformação na condição feminina e uma melhoria no estatuto de mulheres”. Ainda hoje a produção feminista sofre consequências do discurso de neutralidade da categoria gênero em contraposição a mulher ou feminista.

Esse breve levantamento da complexa construção de citações e usos dessas categorias, historicamente vinculadas à produção feminista, demonstra a homogeneização dentro das universidades e o apagamento de produções declaradamente localizadas, numa proposta de 'neutralidade acadêmica separada de 'questões políticas'. A questão é, portanto, a suposta origem da epistemologia feminista: o movimento social feminista. Depois de 'feminismo', mulher e gênero são conceitos, nomes, que também sofrem críticas em relação a sua 'especificidade'. Como aponta Albertina Costa (2006), Fanny Tabak (2006), Silvana Mariano (2008) e Lucila Scavone (2008), existe na sociologia, e se repete em todas as ciências humanas, uma guetização de quem estuda mulheres que ainda não foi superada, e que dificulta, segundo Albertina Costa (1994), Bila Sorj e Maria Luiza Heilborn (1999), uma institucionalização maior na formação de institutos e cursos feministas.

Silvana Mariano (2008) mostra, a partir de uma pesquisa sobre a sociologia e as vertentes feministas, que as contribuições feministas não são reconhecidas, ganham visibilidade mais por área temática que por categorias analíticas e que o uso de feminismo/feminista, ao invés de gênero, já é suficiente para produzir uma guetização das produções e atividades dentro das universidades. Como aponta Sardenberg (2014), gênero tem uma relação de 'neutralidade' que 'feminismo' não tem nas produções graças a um processo de hierarquização científica, de forma que gênero, atualmente, é uma categoria analítica para qualquer uso e pessoa, feminismo, não.

Se, por um lado, a entrada do feminismo nas universidades no Brasil se fez via movimento feminista, por outro essa delimitação política explícita do feminismo nas universidades com o feminismo dos movimentos sociais sempre foi criticada e usada para a invisibilização das vertentes feministas (MARIANO, 2008; SARDENBERG, 2014) graças à polarização entre: neutralidade e universalidade x interesse e envolvimento; neutralidade x política, que também estão presentes nos discursos feministas sobre produção de conhecimento na forma das polarizações entre rua/ação x teoria; movimento social x instituições governamentais; movimento social x universidades, de tal forma que os usos das categorias 'mulheres ou gênero' ou 'feminismo/feminista' tem implicações políticas de invisibilidade ou legitimação.

Parecem acontecer 'excessos' do feminismo que não o vinculam às próprias categorias que foram criadas durante seu processo de inserção nas universidades, um processo que

retifica a aversão ao feminismo e a representação de mulheres nesse espaço, trazendo à tona as bases sólidas em que a produção de conhecimento no Brasil é cunhada: o androcentrismo solidificado por discursos de neutralidade e objetividade coloniais.

2.2. Produção de conhecimento feministas a partir dos circuitos coloniais locais: o sistema-mundo-moderno colonial de gênero

A vertente descolonial, recente nos campos de estudos das ciências humanas, é diferente e até oposta às vertentes pós-moderna e pós-colonial porque, segundo Mignolo (2003) e Ramón Grosfoguel (2007), as autoras e autores dessas duas vertentes, pós-colonial e pós-moderna – são eurocentradas – usam autores europeus conhecidos – e fundamentam suas propostas em uma temporalidade, o processo colonial teria acabado. No entanto, a vertente descolonial, também nomeada por Arturo Escobar (2003) de grupo de Estudos da Modernidade-colonialidade, e por Castro-Gomez (2005) de Estudos Culturais Latinoamericanos, se aproxima dos Estudos Subalternos e Sudoasiáticos, pois essas vertentes também consideram a colonização como um processo com implicações atuais e adotam estratégias teóricas e metodológicas semelhantes – leitura reversa, identificação da lógica das distorções na representação dos subalternos, por parte da cultura oficial, desvelamento das estratégias de resistência (GRUPO LATINOAMERICANO DE ESTUDIOS SUBALTERNOS, 1998) e ainda: ouvir a pequena voz, evidenciar narrativas e produções de pessoas historicamente silenciadas (RODRÍGUEZ, 1998), propostas utilizadas também na vertente descolonial (GRUPO LATINOAMERICANO DE ESTUDIOS SUBALTERNOS, 1998).

Essas estratégias são importantes neste estudo sobre grupos feministas que produzem discursos sobre feminismo, pois, como aponta Shannon Sampert¹¹ (2011) os temas e as pessoas vinculadas a feminismo e feministas são desprestigiados em várias esferas sociais, fazendo necessária a leitura reversa, a busca por estratégias de resistência e a evidenciação das narrativas e produções silenciadas. A vertente descolonial é adotada nesse projeto, portanto, porque nela se problematizam questões políticas na produção de conhecimento que vão da

¹¹ SAMPERT, Shannon. Palestra: “Third wave feminism and the new media backlash: A North American perspective”. Núcleo de Estudos Canadenses /Faculdade de Letras, Campus Samambaia, UFG, 2011.

subalternização e construção de hierarquia até os processos de resistência que provocam e evidenciam coexistentes perspectivas de vida e conhecimento (SANTOS, 1988; MIGNOLO, 2003; LUGONES, 2008).

É preciso, no entanto, reiterar o quanto existe de continuidade de outras vertentes na vertentes descolonial, ou seja, suas confluências com outras propostas, dentre elas estão as vertentes feministas. Estratégias teórico-metodológicas muito semelhantes às das vertentes descoloniais e sudoasiática estão presentes em produções de autoras feministas que estudam e mapeiam epistemologias feministas apontando propostas teórico-metodológicas, como o situar-se na pesquisa, o localizar a experiência (HARAWAY, 1995; SCOTT, 1998) o *locus* de enunciação (BROOKS, 2007) a política de citações de teorias e autorias desvalorizadas e silenciadas e o processo da autocrítica reflexiva de suas próprias análises (LÖWY, 2000; HARDING, 2002; SPIVAK, 2002; MOHANTY, 2013). Além de um arsenal próprio para lidar com questões de subalternidade e crítica epistêmica a ciência, existem vários textos-base sobre produção de conhecimento e relação com a colonização, publicados por feministas latino-americanas, mesmo antes das discussões descoloniais serem formuladas, tais como textos manifestos das décadas de 1960 e 1970, e o texto de Beatriz Stephan Gonzalez (1996) sobre a construção da cidadania e representação social no estado-nação e toda a discussão de epistemologia feminista situada que podem ser consideradas as primeiras cartografias de estudos geopolíticos sobre produção de conhecimento.

Além disso, autoras feministas descoloniais, como Ochy Curiel (2007) e Lugones (2008) e autoras brasileiras, Sueli Carneiro (2001) e Jurema Werneck (2010) trazem apontamentos relevantes acerca da junção de marcadores, como a intersecção entre gênero, raça e colonização, e as influências dessas categorias na produção de conhecimento legitimada que, autores reconhecidos na vertente descolonial, tais como Aníbal Quijano (2005), não fazem menção (LUGONES, 2008). Dito de forma mais explícita, o que acontece com os estudos descoloniais acontece com boa parte da produção de conhecimento em relação aos apagamentos das produções de mulheres seja na forma de não referenciar as autoras feministas, seja em não referenciar categorias cunhadas no feminismo.

Tendo em vista essas relações de hierarquia, mas também de recorrências em relação a política de citações, neste trabalho procurei adotar uma postura que considera o feminismo e a produção de conhecimento em confluências sejam dentro das vertentes feministas (HESSE-

BIBER, 2012), seja entre vertentes distintas que se aproximam em posturas teórico-metodológicas (MIGNOLO, 1993; LINCON, GUBA, 2006), tal como os estudos subalternos, descoloniais, suldoasiáticos e feministas.

Yvonna Lincoln e Egon Guba (2006) consideram que a produção de conhecimento é paradigmática e perpassada por contradições e confluências. Consideram como paradigmas: positivismo; pós-positivismo; teoria crítica e outras; construtivismo; e participativo, uma proposta distinta da divisão hegemônica que considera apenas os paradigmas positivismo, funcionalismo, estruturalismo, pós-estruturalismo e pós-moderno. No entanto vale ressaltar que existem, e são usadas, várias outras divisões e classificações dos paradigmas, escolas e vertentes ao longo dos séculos. Mas, partindo da divisão de Lincoln e Guba (2006) as teorias com discussões sobre raça, gênero, etnia e classe começam a emergir no paradigma de 'teoria crítica e outras', com uma guinada de crescimento na década de 60, aumentando no fim do século XX, início do XXI, momento de expansão dos movimentos sociais feministas, por reforma agrária e representação político-econômica étnico-racial. Nesse sentido, Walter Mignolo (2004) aponta que as vertentes feministas e étnico-raciais são as maiores responsáveis pela crítica interna à ciência em dois sentidos, sendo o primeiro identificar a ciência como um saber fundamentado em hierarquias subalternizantes entre populações, e o segundo, promover a ampliação da produção de conhecimento com a visibilização de saberes coexistentes.

Ainda que várias vertentes e várias autoras e autores tenham pautado a 'produção de conhecimento' numa crítica epistemológica em suas obras, algumas partem dessa questão como seu objetivo principal, como é o caso dos estudos subalternos, pós-coloniais, descoloniais e feministas, tendo em comum considerações sobre: a) a produção de conhecimento científica coexistiu e coexiste com várias outras formas de produzir conhecimento no mundo pois foi construída e; b) influenciada por interesses e aspectos políticos, econômicos diversos a ponto de; c) ter sua maior expansão a partir do processo de colonização iniciado no século XVIII; d) em que passou a ser, junto ao cristianismo, estado-nação e capitalismo um sinônimo de desenvolvimento imposto como necessário às sociedades (HARAWAY, 1995; LOWY, 2000; MIGNOLO, 2003; QUIJANO, 2005; CASTRO-GOMEZ, 2005).

Desse ponto de vista, alguns conceitos das produções descoloniais podem ser usados e entendidos como releituras de conceitos feministas e dos estudos subalternos, culturais e pós-culturais, tais como: a colonialidade do poder saber, o sistema-mundo-moderno-colonial de gênero, a diferença colonial e a geopolítica do conhecimento. A ‘colonialidade do poder saber’ (QUIJANO, 2005; MIGNOLO, 2003) e o ‘sistema-mundo-moderno-colonial de gênero’ (LUGONES, 2008) fazem referência a conceitos-chave da vertente descolonial que foram modificados após releituras de autoras e autores, incluindo o sociólogo Immanuel Wallerstein (1990), autor do conceito *sistema-mundo*, ‘traduzido’ na releitura descolonial como o processo de reorganização mundial a partir de hierarquias construídas por critérios de raça e gênero nos distintos campos de governabilidade social, originando por fim o estado-nação e o sistema-mundo-moderno colonial de gênero, como um resultado da colonização.

O sistema-mundo-moderno colonial de gênero é cunhado por Maria Lugones após leituras e críticas à obra de Anibal Quijano (2005), que até então tinha elaborado a arquitetura de ação do sistema-mundo-moderno colonial. Segundo Quijano (2005), a partir da colonização acontece o processo de formação do sistema-mundo-moderno-colonial via reorganização das relações de trabalho através da: 1) classificação e reclassificação de sujeitos – via racialização das identidades étnicas construídas em discursos políticos/científicos como pertencentes a sociedades distintas hierarquicamente; 2) criação de estruturas institucionais que articulam e administram essa classificação hierárquica étnico-racial – estado, governos, escolas, igrejas, universidades, dentre outras; 3) ocorre a interdependência de países e de narrativas culturais, provocando interferências nas subjetividades/intersubjetividades, autoridades locais, recursos e produtos, relações de trabalho e, como aponta Lugones (2008), também de gênero e sexualidade; 4) acarretando na formulação de novas perspectivas epistemológicas que canalizam uma nova matriz de poder e saber eurocêntrica (QUIJANO, 2005).

Com a leitura de Maria Lugones (2008), o sistema-mundo-moderno colonial passa a ser também de gênero, uma vez que de acordo com ela, Quijano (2005) teria invisibilizado parte importante do processo: a divisão sexual. Outro conceito fundamental e mais amplo é ‘geopolítica do conhecimento’, uma proposta de ‘contextualização de obras, autores, conceitos e teorias’, considerando relações econômicas, sociais e políticas ao incluir questões de raça, classe, língua, etnia, sexualidade e gênero em arranjos internos e externos que

envolvem a produção de conhecimento científica (MIGNOLO, 2003). A partir da geopolítica do conhecimento, faz diferença analisar as produções em suas relações internas, que podem ser regionais, como no Brasil em que existe um centro de produção no eixo Rio de Janeiro-São Paulo, e externas, como a maior parte de autores lidos serem localizados no eixo Europa-América do Norte e são também homens brancos, além da maior parte da produção de conhecimento, como aponta Mignolo (2004), ao qual temos tido acesso, estar escrita apenas em cinco línguas, não por acaso línguas dos países colonizadores: inglês, alemão, francês, espanhol e por último o português.

Pensar os conceitos de colonialidade do poder-saber, diferença colonial, e formação do sistemam-mundo-moderno-colonial de gênero juntos resultam na: 1) crítica à ciência enquanto saber localizado e interessado, e 2) crítica ao processo de governabilidade global, colocando em questão o caráter de participação social e representação de diversos grupos, seja em seus países, seja no processo de globalização mais amplo. Nesse contexto, o paradigma ‘participativo’ ao qual Lincoln e Guba (2006) se referem diz respeito não só a diferentes grupos realizando pesquisas e sendo pesquisados, mas também uma definição de ciência vinculada à construção de sistemas políticos e do conhecimento com maior participação e representação social de mulheres, grupos étnicos e populações negras.

A partir da apresentação desses breves questionamentos é possível problematizar a produção de conhecimento brasileira e feminista junto aos conceitos classe, raça e etnia como ‘categorias’ que têm sido reapropriadas e pontuadas em sua relevância para o pensamento social inserido na discussão política e econômica do conhecimento.

2.3. Os estudos descoloniais da cidade letrada no gênero

Como aponta Sthefan (1996), Palermo (2007) e Lugones (2008) as universidades nos países fora da Europa, dois terços dos continentes, fazem parte do projeto de colonização, de forma que são estabelecidas a partir da narrativa de estado-nação, impondo maneiras de viver através da hierarquização de muitos grupos que não tinham o mesmo gerenciamento de suas vidas que os colonizadores tinham. Mignolo (1993) aponta que uma das etapas resultantes da colonização é a imposição das práticas culturais e educativas dos países que colonizaram, de

forma que a construção da ciência se dá na subalternização de epistemologias e saberes de outras populações como um processo formador de seus paradigmas teórico-metodológicos.

Partindo desse ponto de vista, os conceitos e categorias que usamos, até mesmo na relação entre gênero, mulher e feminismo precisam ser constantemente repensadas para não cairmos em armadilhas de hierarquizações sobre as quais os conceitos estão fundamentados. Pelas leituras de Sueli Carneiro (2001), Gayatri Spivak (2002), Glória Anzaldúa (2000), Chandra Mohanty (2008), Zulma Palermo (2007), Ochy Curiel (2007), Maria Lugones (2008) e Jurema Werneck (2010) é possível dialogar com propostas de desconstrução da produção de conhecimento, desconstruindo conceitos como tradução e língua neutra (ANZALDÚA, 2000; SPIVAK 2002), gênero, matriarcado, patriarcado e colonialidade (LUGONES, 2008), universidade e institucionalização (PALERMO, 2007), colonização e feminismo (CURIEL, 2007; LUGONES, 2008; MOHANTY 2008).

Nesse processo de desconstrução, suas produções apontam para práticas coexistentes e para vivências construídas em novas possibilidades simbólicas de existir que estão, portanto, mudando realidades. A produção escrita dessas autoras aponta mudanças significativas em processos de subalternização, já que a escrita divulgada em universidades também representa seus corpos e suas presenças nesse lugar de fala que a universidade é.

Nesse sentido é preciso ter em mãos uma teoria que considera as mulheres em suas experiências como parte estrutural da construção das cidades letradas também pelo gênero, construídas para o acesso de algumas pessoas e detrimento de outras (GONZALEZ, 1996), sendo indispensável a presença e uso de vertentes feministas sobre produção de conhecimento, que ainda são, portanto, um dos poucos campos de estudos científicos, se não o único, que considera mulheres e a produção feminista (LOURO, 1997).

2.4. A construção do estado-nação e das cidades letradas em universidades

O surgimento das universidades no Brasil é pensado, nesse trabalho, a partir do processo colonial. A produção de conhecimento legitimada em escolas e universidades é amplamente valorizada, se transformando em um dos alicerces de hierarquização entre populações e grupos sociais na construção da cidadania que legitima e torna desejada essa produção (STEPHAN, 1996; CASTRO-GOMÉZ, 2005). Como aponta Beatriz Stephan

(1996) e Quijano (2005), a formação dos estados-nação se faz via processos de imposição de corporalidades e formas de pensar o mundo a partir de uma mudança radical nas formas simbólicas na produção da cultura e do conhecimento. A colonização é antes de tudo um empreendimento político-cultural, por isso sua força.

Durante o processo de colonização das América Latina e Insular, Ásia e África, os países colonizadores estabeleceram suas instituições nas colônias. Instituições como igrejas, escolas, indústrias, prisões e universidades, também raras em seus próprios países, mas que foram construídas e implantadas durante o processo colonial e quando, por volta de 1960, mulheres passam a frequentar as universidades em massa, essas instituições já existem por todos os continentes como parte de um sistema maior de gerenciamento social: os estados-nação.

Quijano (2005), Mignolo (2003) e Lugones (2008) entendem que a colonização provoca uma reorganização mundial, o sistema-mundo-moderno-colonial de gênero em que alguns processos, antes localizados, passam a se formar e ser fomentados como globais: o capitalismo, a ciência, a democracia, o cristianismo e a modernidade. Esse sistema-mundo-moderno-colonial de gênero (LUGONES, 2008) é possível graças a transferências de instituições dos países colonizadores para as colônias e responsável por sedimentar hierarquia entre populações, ao promover a homogeneização de histórias culturais em um 'único mundo', ocidental europeu, acarretando, como aponta Quijano (2005) e Lugones (2008), no controle da subjetividade e da cultura por meio da produção de conhecimento pautada na diferença colonial, ou seja, na diferença hierárquica entre colônia e colonizador.

Por essa análise, a produção de conhecimento é um dos recursos primordiais no processo de subordinação e participação social e, como apontam Mignolo (1993; 2003; 2007) e Lugones (2008), a formação e expansão da produção de conhecimento científica nesse sistema-mundo-moderno-colonial de gênero precisa ser pensada do ponto de vista das hierarquias subalternizantes em que se formou e em que 'forma pessoas'. Por séculos entendemos por 'ciência' não 'um' dos vários tipos de produção de conhecimento, mas como 'o único', assim como não consideramos os interesses político-econômicos, não só os das empresas que financiam pesquisas, mas também os que estavam presentes na expansão e formação da ciência durante o processo de construção da ciência e da modernidade (MIGNOLO, 2004). Nesse sentido, uma das estratégias nas produções descoloniais é

'visibilizar' o lado oculto da modernidade e da globalização (MIGNOLO, 2009), visibilizar como estão fundamentados no que Mignolo (2003) nomeou de diferença colonial, a inferiorização das populações colonizadas em relação aos colonizadores.

A noção de 'descoberta de um novo mundo' nas terras para além da Europa exemplifica que os continentes colonizados foram representados como tabulas rasas (RAMA, 1985), povos de mentes vazias das terras vazias (MIGNOLO, 2007), que poderiam e deveriam ser construídos ou reconstruídos, salvos, ensinados, civilizados, tornados cidadãos, atingir o status de homem (STHEFAN, 1996). A modernidade é o ponto máximo da produção epistêmica de inferiorização das colônias via colonizadores (MIGNOLO 2003), assegurada nas dualidades entre barbárie e civilização, natureza e cultura, subdesenvolvidos e desenvolvidos, primitivos e modernos, primordiais e modernos, dentre tantas narrativas conceituais político-econômicas. A diferença mediante o etnocentrismo eurocentrado foi, portanto, construída ora como inferioridade, incapacidade, ora como ameaça fundamentando o sistema-mundo-moderno colonial de gênero em desigualdades justificadas e necessárias à manutenção do próprio sistema.

A construção dos estados-nação com uma legislação, instituições de ensino e indústrias em línguas oficiais, todos assegurados por documentos em escrita alfabética tem início com a formação das cidades-porto, que tinham por função principal estabelecer e gerenciar a exploração nos países que eram colônias (RAMA, 1985). Quando surgem os estados-nação na proposta de 'independência' das colônias, a configuração de dependência e exploração entre continentes já estava arraigada globalmente. A segurança nas leis, a segurança de expressar-se em uma língua e o pertencimento a um território, garantidos pelo rótulo de cidadão, mascaram o processo de violência que populações negras, indígenas e mulheres passaram e continuam enfrentando porque não têm o corpo, a escrita e a língua para serem considerados cidadãos (STEPHAN, 1996). A construção dos estados-nação está vinculada, portanto, ao processo de governabilidade de regiões (CASTRO-GOMEZ, 2005), um processo de quem pode e quem não pode ter representação social assegurada por critérios como corporalidades e acesso a bens, ou seja, o 'pertencimento a um estrato social'.

Como apontam Rama (1985) e Stephan (1996), algumas pessoas são "agentes autorizados para assegurar o cumprimento de leis pela escrita normativa" (STEPHAN, 1996, p.33), pois "as leis escritas e as normas estabelecem um campo que autoriza a voz do sujeito

masculino, branco, católico, casado, letrado, proprietário e, ou, comerciante ao mesmo tempo em que inscreve o silenciamento de sujeitos subalternos, os que constituem o inverso do passaporte para a cidadania” (STEPHAN, 1996, p. 34). Essa identificação de ‘quem pode falar’ nos estados-nação em países colonizados beneficiou e perpetuou privilégios de participação social aos corpos e práticas discursivas dos colonizadores e construiu, expandiu e mantém a modernidade, a ciência, a democracia e o capitalismo como necessidades e desejos para um mundo melhor, sem evidenciar o lado oculto: a exploração, violência, morte e inferiorização de outras tantas populações e corporalidades que os criaram e sustentam (MIGNOLO, 2007; 2009).

Como apontaram Boaventura de Sousa Santos (1988) e Mignolo (2007), a transformação técnica e social esplendorosa do conhecimento científico, em meio ao discurso de racionalidade, se tornou um modelo totalitário que, em nome de suas regras, deslegitima o direito de existência a distintas epistemologias, graças à sacralização do status científico de 'autoridade' única. Esse status é ensinado nas escolas e universidades, sendo a última o templo do saber legítimo.

Para Nelly Richard (1996), até o século XX existia uma unidade do conhecimento e ele era instituído em universidades, era produzido com pressuposto de totalidade e de universalidade. Mas a partir da metade do século XX passam a insurgir novas posturas teórico-metodológicas, como é o caso dos estudos culturais, em que a universalidade e a totalidade passam a ser questionadas (RICHARD, 1996). No entanto, ainda que a maior parte da crítica à ciência seja em relação à neutralidade, universalidade, totalidade e a invisibilidade da geopolítica eurocentrada, para a qual produzimos pesquisas e somos pesquisadas, essa crítica se converte em produções feministas sob a discussão de ‘quais corpos podem ocupar posições de ensino, quais línguas falam e quais redes de citações são formadas’.

No Brasil, a maior parte das produções de referências feministas é europeia e estadunidense, assim como as relações com esse 'feminismo do exterior' são avaliadas na forma que Spivak (2002) aponta: de inferiorização de nossas publicações e histórias internas, sempre comparadas a experiências desses países, que 'começaram primeiro', ou já desenvolveram aquilo que ainda não tínhamos de forma tão 'estruturada'. Spivak (2002) chama atenção para o 'processo de tradução' enquanto um processo político de 'trazer explicações mais confiáveis que as que temos em nossas línguas e produções' e, portanto, 'colonizar

nossas formas de produzir pesquisas' com produções de fora, atuando sobre uma falsa 'maioria' que falaria e pensaria em inglês.

Os problemas com as redes de citações, as teorias engolidas goela abaixo, e a invisibilização das mulheres enquanto sujeitos é resultado do sistema-colonial de gênero que precisa ser enfrentado e considerado. As universidades brasileiras não só surgem durante o processo de colonização como nascem como espaços de exclusão ao mesmo tempo em que são construídas como templos de pesquisa e da postulação de valores sociais. O resultado desse processo são as dificuldades de estabelecer mudanças em instituições de ensino provocando mudanças efetivas.

Como apontam Harding (1993) e Carneiro (2001) mesmo as teorias que usamos precisam ser repensadas o tempo todo dada a sua construção colonial patriarcal, assim está em jogo uma localização tripla: da produção científica brasileira frente ao ocidente; da produção de conhecimento feminista frente à produção de conhecimento brasileira; e a produção de conhecimento feminista brasileira frente à própria produção de conhecimento feminista brasileira. Essa tripla roda de construção colonial da produção de conhecimento será tratada a seguir na análise da produção feminista sobre os núcleos e grupos de pesquisa acompanhando a construção discursiva desta dissertação.

Com a chegada dos anos 80, podemos dizer que as mulheres militantes, sejam feministas radicais como partidárias, liberais e tantas outras, amadureceram na expressão da sua luta. Descobriram o que nos parecia óbvio desde o início: que num país de dimensão do nosso, onde há carência de tudo, a começar da informação, da saúde e da alimentação básica, havia e haverá sempre espaço para todas as reivindicações e lutas por parte das mulheres (FIGUEIREDO, 2002, p. 67).

Foi o movimento social das mulheres que forneceu as bases de legitimação para a construção de uma problemática científica, concernente à mulher e, posteriormente, ao gênero, ou seja, as relações sociais entre os sexos, o emergir de uma nova área de estudos tem no feminismo seu parâmetro simbólico (COSTA, 2002, pag. 69).

A proposição gênero representa o avanço epistemológico crucial na construção desse campo de conhecimento (se construiu, por fim, um objeto formal) e também uma possibilidade, um caminho, ou até mesmo um desafio no sentido de derrubada dos muros do “gueto” para conquistar um espaço de reflexão em outro nível, mais abrangente, que atravesse outros campos do conhecimento e incorpore não só as mulheres, mas a comunidade científica como um todo. (SARDENBERG, 2010, p. 59)

Para além da relevância cognitiva, a adoção do conceito de gênero em substituição aos termos mulher e feminismo favoreceu a aceitação acadêmica desta área de pesquisa, na medida em que despolitizou uma problemática que, tendo se originado no movimento feminista, mobilizava preconceitos estabelecidos (SORJ; HEILBORN, 1999, p.136).

3. Feminismo nas universidades no Brasil: a história do feminismo nos trópicos

Nesse capítulo serão apontadas análises e interpretações das produções feministas mapeadas sobre o tema “produção de conhecimento feminista no Brasil”. É preciso ressaltar que se trata de considerações sobre pesquisas, apresentações e inquietações narradas sobre o ‘fazer feminismo’ de autoras feministas via publicações amplamente citadas. São produções na ancestralidade e resistência de mulheres negras presentes nas teses de Jurema Werneck e Cláudia Pons Cardoso ou por produção de fanzines e manifestações em mídia de jovens feministas citadas no trabalho de Michelle Camargo (2011) e no relatório de pesquisa de Eliane Gonçalves (2014). Minha intenção é apontar alguns circuitos interseccionados construídos a partir de um mesmo tema ou de temas semelhantes revelando o reconhecimento das mulheres, mas também hierarquias, resistências e circuitos próprios de produção e de circulação de conhecimento.

A partir do mapeamento bibliográfico sobre o tema é possível apontar que “como o feminismo adentrou nas universidades brasileiras” é recorrente em produções de autoras feministas que estudam e produzem sobre: 1) história do feminismo no Brasil, epistemologia e metodologia feminista e; 2) gênero e mulheres na ciência e tecnologia. A primeira é identificada por produções que analisam a construção, recepção e mudanças de categorias, metodologias e epistemologia feminista. A segunda apresenta produções marcadas por pensar e investigar ‘como e onde as mulheres estão posicionadas nas universidades’, comparando cargos, salários e sua presença e gestão em áreas de estudo e pesquisa.

Por essas duas vias centrais de pesquisa sobre feminismo nas universidades, existe um vasto número de publicações, realizadas a partir de 1970 e 1980, e publicadas em maior escala em meados de 1990, 10 anos depois da entrada de mais mulheres e do tema feminismo, com maior fôlego, nas universidades. Da década de 1980, as pesquisas mais amplas sobre o tema são de Albertina Costa, Carmen Barroso e Cynthia Sarti (1985). Da década de 90, as pesquisas mais amplas são organizações de encontros e pesquisas de Albertina Costa e Eva Blay (1991) e a pesquisa de Sonia Miguel e Miriam Grossi (1995). Várias outras pesquisas são realizadas ao final dos anos 1990, mas as anteriores se destacam por terem sido realizadas com maior quantidade de grupos e terem maior divulgação de informações.

Mas existem também publicações sobre o tema relevantes e anteriores, como o texto de *Pesquisa sobre a mulher no Brasil: do limbo ao gueto?* de Carmen Barroso, Cynthia Sarti e Albertina Costa (1985), *Feminismo no Brasil contemporâneo: o percurso intelectual de um ideário político*, de Anette Golberg (1989), *Os estudos da Mulher no Brasil ou a estratégia da corda bamba*, também de Albertina Costa (1994); *Teoria e práxis feministas na academia*, de Ana Alice Alcântara Costa e Cecília Sardenberg (1994), e outros tantos textos.

A primeira pesquisa mais vasta sobre o tema é realizada por Albertina Costa e Eva Blay e se intitula *Gênero e Universidade* (1991) e é a publicação do I Encontro Nacional de Núcleos Universitários de Estudos sobre relações Sociais de Gênero. O livro gerado do encontro traz apresentações e as intervenções das pesquisadoras e grupos presentes no evento realizado em São Paulo. Boa parte das feministas que compuseram o encontro é, ainda hoje, dos grupos de pesquisa autodeclarados como feministas e registrados no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq.

A segunda pesquisa é publicada em 1995, coordenada por Miriam Grossi e Sônia Miguel (1995), tendo por proposta o mapeamento de Grupos de Pesquisa e organizações de gênero/mulheres/feministas dos anos 90. A publicação traz a análise dos grupos feministas no Brasil, incluindo instituições governamentais, associações e ONGs. O trabalho é sobre uma pesquisa com movimento social, universidades e sistema político que tenham grupos e representações feministas, sob a ótica das 'ações e crises' que o movimento feminista apresenta em função do processo de 'institucionalização' correspondente a entrada de feministas em universidades, partidos, igrejas, delegacias, sindicatos e secretarias, dentre outras instituições (GROSSI; MIGUEL, 1995).

Os dois trabalhos, de 1991 e 1995, são importantes em especial porque Eva Blay, editora conjunta a Albertina Costa (1991) do livro gerado pelo seminário, aponta a necessidade de sistematizar informações sobre os caminhos e perspectivas futuras dos núcleos de pesquisa de mulher, gênero e feminismo, enquanto Miriam Grossi e Sônia Miguel (1995) ampliam a discussão sobre os núcleos, incluindo também instituições partidárias, religiosas, estatais e autônomas.

As duas publicações reúnem quatro aspectos ainda atuais; 1) as reflexões dos grupos sobre suas práticas de militância; 2) a reflexão sobre quem são as pessoas que formam os grupos – de qual classe social são, onde atuam, quais os temas de maior interesse; 3) a

reflexão sobre o crescimento e aceitação do feminismo ao longo dos anos, nas universidades e na sociedade como um todo; e a 4) participação de diferentes sujeitos, incluindo homens (COSTA; BLAY, 1991; GROSSI; MIGUEL, 1995).

Publicações semelhantes a essas e com o mesmo tema, mulheres, feminismo, gênero e universidade, voltam a ser publicadas a partir de 2002, mas na forma de coletâneas. As três principais referências sobre o tema vêm de publicações do Núcleo de Estudos Interdisciplinar sobre a Mulher da FFCH/UFBA (Neim): *Gênero Ciência e Tecnologia* (2002), *O feminismo no Brasil: perspectivas teóricas e reflexivas* (2008) e *Gênero, Mulheres e Feminismos* (2011).

As revistas *Revista Estudos Feministas* (REF) e os *Cadernos Pagu*, periódicos feministas brasileiros de grande circulação no meio acadêmico, têm algumas publicações de artigos sobre o tema que aparecem com destaque na REF nos números especiais de aniversário em 2004, 10 anos, e em 2009, o especial de 15 anos, (IEG, 2014). Nos *Cadernos Pagu*, a edição mais voltada à produção de conhecimento feminista é de 2006, com editorial de Gênero e Ciências (IEG, 2014). Mas, além dessas políticas editoriais de publicação das revistas feministas, a produção de conhecimento feminista brasileira é discutida de forma mais ampla em várias produções de números que não são ‘especiais’ ou voltados a essa temática.

Publicações importantes acontecem em 2000 como resultado do I Encontro Nacional Pensando Gênero e Ciências (2006), realizado em 2006, e do II Encontro Nacional Pensando Gênero e Ciências: Núcleos e Grupos de Pesquisa (2010), realizado 2008, ambos foram planejados e executados pela Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres (SPM). Além das publicações trazerem pesquisas sobre o tema, mesas redondas que aconteceram durante os encontros, elas são um marco na relação entre feminismo e universidades, resultante de um longo processo político de angariar posições e espaços de poder em distintas esferas sociais. A partir de 2002, o Brasil passa por incentivos federais de apoio governamental e financeiro a questões relacionadas a mulheres e a população negra, indígena e quilombola em algumas esferas sociais. Uma das ações é a criação das secretarias ministeriais Secretária de Políticas Públicas para as Mulheres (SPM) e da Secretária de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), ambas criadas em 2003 e responsáveis por ações de promoção de direitos e combate a violências contra os grupos sociais em questão (SPM; SEPPIR, 2014).

Militantes dos movimentos feministas e de populações negras foram não só os agentes que incentivaram a criação das Secretarias Ministeriais, mas também fizeram e fazem parte dos cargos e da elaboração de políticas públicas diversas, dentre elas políticas de paridade em espaços de representação social, a política de vagas afirmativas, e incentivos a projetos em escolas e universidades que incluem de acordo com o site do CNPq (2014): 1) edital bianual de pesquisas na temática Relações de Gênero, Mulheres e Feminismos; 2) Prêmio para estudantes de Ensino Médio, Graduação, Pós-Graduação e Escolas da Educação Básica denominado Construindo a Igualdade de Gênero; 3) Encontro trianual Pensando Gênero e Ciências, com núcleos de pesquisa de Gênero das Universidades, realizado pela SPM e outras iniciativas com o Programa Mulher na Ciência, que tem por proposta a visibilização de mulheres pioneiras para discussões de mulheres, feminismo e mais pesquisas no Brasil (CNPQ, 2014).

3.1. Gênero, ciência, mulher: caminhos do feminismo no Brasil via produções bibliográficas

As preocupações e demandas do feminismo com as universidades têm um caminho complexo, multifacetado e amplamente influenciado por aspectos políticos e socioeconômicos desde o processo colonial, a exemplo da maior parte de publicações feministas analisadas serem publicações desde 1970, com aumento significativo nos últimos vinte anos, fator que demonstra, por um lado o silenciamento de produções, que segundo várias feministas acontecem desde o século XIX, mas demonstram também os processos políticos do país, de colônia a país independente, do século XVIII ao XIX, de ditaduras para regime democrático em vários momentos do XIX ao XX, sendo a mais recente a Ditadura Militar, que durou de 1964 até 1985, quando, por fim, é estabelecido o regime democrático. Por último, todos esses aspectos dizem respeito a estruturação do sistema de ensino no Brasil, sendo o ensino superior, que é ampliado e reestruturado num sistema nacional de avaliação, produção e distribuição de bolsas, financiamentos e publicações a partir da década de 1980, de forma que a entrada do feminismo nas universidades, segundo Sardenberg e Costa (2002) também cresce e se solidifica nesse mesmo período.

Não perpasso pela história dos grupos de mulheres e grupos feministas nas mais diversas atuações políticas que tiveram no Brasil, tal como traz Amélia Teles (1993), ao abordar grupos desde o começo do século XIX. Mas é preciso frisar que a Ditadura Militar, de 1964 até 1978, foi importante para exílio e migração de mulheres que se fizeram doutoras fora do país e intercambiaram influências feministas de distintas formações com o país até então marcado fortemente pela presença de mulheres atuantes em grupos anarquistas e da esquerda política partidária.

Em várias produções, a atuação das pesquisadoras formadas no exterior é apontada como crucial para o crescimento do movimento feminista brasileiro. Mariza Figueiredo (2002) e Celi Pinto (2003) apontam que os grupos de 70 e começo de 80, pós-anistia de pessoas perseguidas politicamente na Ditadura Militar, tinham encontros realizados nas casas de algumas das participantes, quase às escondidas e com poucas mulheres. Primeiro funcionando como grupos de conscientização sobre as relações autoritárias e práticas opressoras entre o público e privado até passarem por um processo de identificação com mais grupos e questionamentos socioculturais com reivindicações políticas estritamente vinculadas a mulheres (FIGUEIREDO, 2002, p. 62).

Albertina Costa, Carmen Barroso e Cynthia Sarti (1985) apontam que poucos eram os trabalhos e pesquisas publicados sobre mulheres de 1970 até 1978. Mas a partir de 1975 ‘mulher’ passa a ser tema de preocupação mundial: ocorre a instituição do oito de março, pela Organização das Nações Unidas (ONU), como o dia internacional da mulher, sendo ainda hoje uma das datas mais importantes para movimentos de mulheres, principalmente os de cunho político-partidário e de sindicatos (GROSSI; MIGUEL, 1995), e a criação da ONU Mulher.

A partir do fim de 1970, começo de 1980, passam a existir também reuniões abertas, marcadas pela presença forte de mulheres que atuavam em sindicatos, partidos políticos, e docentes de universidades (COSTA, 2002; FIGUEIREDO, 2002). Passam a surgir também grupos públicos como o Coletivo de Mulheres do Rio, o SOS Violência Mulher e o Centro da Mulher Brasileira (CMB), com feministas autônomas (FIGUEIREDO, 2002), de forma que a crescente discussão das mulheres na esquerda, em partidos e sindicatos, refletiu num movimento maior pelo movimento autônomo de mulheres.

Esse período é marcado pela forte participação de mulheres que lutavam na esquerda de forma mais geral, em movimentos sociais diversos, movimento negro, indígena, por moradia e sexualidade (CORREA, 1998), é marcado também por mulheres anarquistas, vinculadas a sindicatos, partidos políticos, que tinham grande atuação na manutenção de uma imprensa feminista que perpassava produção de zines, jornais, boletins e revistas (TELES, 1993; ROSALINDA e TELES, 2013; CORREA, 1998; FIGUEIREDO, 2002, COSTA, 2002; PINTO, 2003). Algumas dessas mulheres eram universitárias ou docentes formadas que junto a militantes de esquerda impulsionam especialmente a criação dos núcleos de estudos, depois grupos de pesquisa de uma atuação feminista impactante nas universidades brasileiras (CORRÊA, 2001; BLAY, COSTA, 1991).

Nacionalmente os primeiros encontros feministas em universidades acontecem durante as reuniões da Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência (SBPC), com mesa-redonda em 1975, e temas sobre mulheres para exposição de trabalhos já em 1972 (COSTA, BARROSO, SARTI, 1985). A partir de 1980 o tema ‘mulher/movimento social feminista’ está presente em vários grupos de trabalho de distintos eventos e seminários de grandes áreas das ciências humanas e da saúde. Em 1978 outro encontro importante e marcante para o feminismo que adentra as universidades nessas três primeiras décadas acontece: A Mulher na Força de Trabalho na América Latina (COSTA, BLAY, SARTI, 1985). É um evento importante especialmente por sua vinculação com o tema trabalho, pois por muitas décadas a produção de conhecimento feminista no Brasil esteve vinculada à temática trabalho, ora porque boa parte das organizações de mulheres, com mulheres militantes, era da esquerda, anarquistas, político-partidária sindical, ora porque muitas docentes feministas vinculadas à década de 70 e 80 são marxistas, tendo ‘trabalho’ como segunda categoria de peso a qual vinculam ‘mulher’.

A maior parte de obras e referências feministas dessa época, ainda até metade da década de 1980, são sobre a mulher na classe trabalhadora, sendo as feministas mais conhecidas Heleieth Saffioti e Elizabeth Souza Lobo. A mudança de tema, de trabalho para saúde, sexualidade, representação política, também passa pela discussão de classe social, é gestada nos eventos e grupo de trabalhos sobre mulher e trabalho. O trabalho de Fanny Tabak (1979), publicado na ANPOCS, demonstra esse processo. Ao falar sobre a ‘pressão política por representação social de mulheres’, a autora usa as ‘associações femininas’ como grupo a ser pesquisado.

Os primeiros Grupos de Trabalho que recebem artigos e pesquisas para apresentação sobre o tema mulher são sobre ‘trabalho’, assim como alguns poucos artigos da época publicados. A Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS) é apontada por Cecília Sardenberg e Ana Alice Costa (2005) como um dos primeiros espaços nas ciências humanas de inserção de pautas feministas, ainda em 1970, nos grupos de trabalho sobre Mulher e trabalho, tais como podem ser vistos no site da ANPOCS na parte dos anais do evento.

Cecilia Sardenberg e Ana Alice Costa (2005, p.113) citam ainda junto à ANPOCS, a importância de várias associações que realizam seminários com grupos de estudos feministas. Desses grupos de trabalhos sugeriram alguns dos grupos de pesquisa e das redes feministas. São eventos anuais e bianuais, como os encontros de Pesquisa em Educação (ANPED) e da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP), Associação Nacional de Pesquisa em História (ANPUH), Associação Brasileira de Literatura Comparada (ABRALIC), Associação Brasileira de Estudos do Trabalho (ABET), em Psicologia Social (ABRAPSO) e na pesquisa em Letras e Literatura na Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Letras e Linguística (ANPOLL).

Mas a relação entre ‘mulher e trabalho’, ‘mulher e marxismo’ não é só no Brasil, tem reflexos nos movimentos brasileiros feitos pelas pessoas exiladas fora do país. Celi Pinto (2003) aponta que a Frente de brasileiros no Exílio chegou a cortar financiamento das mulheres que ‘participavam de reuniões feministas’, enquanto por outro lado os grupos mais importantes, o Grupo Latino Americano de Mulheres, fundado por Danda Prado, e o Círculo de Mulheres Brasileiras, ambos em Paris, faziam referência a outras demandas e temas feministas, mantendo contato com militantes de movimentos feministas aqui no país, enviando material e se comunicando em ideias por cartas.

É relevante pontuar desse processo que as críticas sociais para lidar com a desigualdade do país, ainda no século XX, eram centralizadas em movimentos sociais de cunho marxista, sem concepções que considerassem o processo colonial importante para formação de identidades e participação de sujeitos nas diversas áreas sociais. As exceções são produções de pesquisadoras e pesquisadores negras, negros e feministas que criticavam a falta de intersecção com mais categorias sociais e de ‘corporalidade’, mas ainda assim as mais conhecidas ainda atuam com a descrição do ‘trabalhador’. Elizabeth Lobo (1991) faz o livro

“A classe operária tem dois sexos”, fechando um ciclo de produções que Heleieth Saffioti (1969) iniciou, discutindo nas universidades com maior visibilidade a junção das duas temáticas ‘mulher e trabalho’ e dando início a discussão feminista acadêmica mais reconhecida nessas décadas.

Nesse contexto de apontamentos, algumas características podem ser evidenciadas sobre como acontece a entrada do feminismo nesse espaço: todas as associações e encontros apontados são das ciências humanas, diferente do feminismo do século XIX e começo do XX, em que segundo pesquisa de Celi Pinto (2003) as precursoras eram cientistas, engenheiras e médicas. Existe também, o predomínio de feministas do Sudeste, Rio de Janeiro e São Paulo, na ‘história’ sobre como é narrado esse feminismo inicial de 1970 até 1990, acarretando numa sequência de ocupação de espaços ‘dos grupos em casa para a realização de eventos e então para formação de disciplinas e depois grupos e núcleos de pesquisa’, que poderia ser na verdade, uma das narrativas particulares sobre o processo em algumas regiões do país.

No entanto, esse mesmo processo pode ser pensando nacionalmente por dois aspectos: a formação de uma rede nacional feminista que passa a se estabelecer pelo próprio caráter ‘institucional nacional das universidades’, com a formação de associações e eventos construídos em várias partes do país; e a criação e formação de ONGS, grupos e núcleos de pesquisa por volta da década de 1980 estão espalhados em todas as regiões do Brasil. Por fim esse processo indica ainda, que se o feminismo tem distintas filiações, a atuação dos núcleos, de acordo com as pesquisas, aumenta em todo país a partir da década de 1980, com crescimento em 1990, sendo entendidos como a base de sustentação dos estudos feministas e sua ascensão ainda hoje por dois processos: 1) a construção informal de uma rede de conversas e influências entre mulheres, feministas e amigas e a; 2) autonomia e independência do feminismo nas universidades em relação a escolha de temas específicos sobre mulheres.

3.2. Formação de núcleos e grupos de pesquisa

O processo individual do surgimento dos grupos e núcleos não está presente nas produções, é apontado apenas seu surgimento a partir da década de 1980, sendo o primeiro de 1979, com validação em 1980, o Núcleo de Estudos sobre a Mulher (NEM) (PUC/RJ), com a liderança de Fanny Tabak (COSTA, BARROSO, SARTI, 1985). Mais grupos passam a surgir

a partir de então com o contato de feministas de diferentes lugares com outras que participavam de outros grupos. Alda Brito em entrevista cita a visita de Tabak como importante ao criarem o Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM) em 1983 e Miriam Grossi cita aulas com feministas sobre estudos de gênero em sua formação no Brasil e participação de outros grupos na França, enquanto cursava o doutorado. Aos poucos os núcleos de pesquisa crescem, passando de 5 em 1980 para 20 em 1990, como apontam as produções de Sarti, Costa e Barroso (1985) e Eva Blay e Albertina Costa (1991).

A partir de 1990, a produção feminista pode ser percebida em vários temas vinculados a feminismo, dentre os quais se destacam raça, etnia, classe social e sexualidade, manifestos também nas agendas do movimento social feminista: direitos sexuais e reprodutivos, combate ao racismo, à violência contra mulher, à lesbofobia, travestifobia e transfobia, sendo a discussão de sexualidade, envolvendo mulheres transexuais e travestis com maior repercussão nos últimos 10 anos.

O primeiro grande encontro de núcleos, ainda não havia grupos, de pesquisa acontece em 1991, numa chamada coletiva organizada por Albertina Costa e Eva Blay. O evento é importante não só pelos 22 núcleos de pesquisa que participam, mas por seu financiamento, questão também muito significativa para a entrada e estabelecimento do feminismo nas universidades. O evento foi financiado pela Fundação Ford e organizado na Fundação Carlos Chagas, ambas instituições privadas muito importantes para o desenvolvimento do feminismo de 1970 até fim de 1990 (COSTA, BARROSO e SARTI, 1985; COSTA, 1994; CORRÊA, 2001), ano em que passam a existir mais pesquisas com apoio e financiamento nas próprias universidades, como passam a reduzir os financiamentos estrangeiros em larga escala de aplicação no país.

Esse primeiro encontro marca um novo processo de crescimento e expansão feminista. Gema Esmeraldo (2010, p. 97) diz que “os núcleos foram organizados por feministas militantes que teceram e constituíram o desenho original dos núcleos na academia, buscando delimitar um espaço de afirmação e produção científica para a crítica à concepção clássica, positivista de ciência e seus pressupostos”, mostrando a importância deles em aspectos individuais para a criação dos primeiros e a construção e fortalecimento de uma rede para a estruturação e surgimento de outros, assim como do trabalho feminista dentro das universidades.

Diferente do começo em 1980, os últimos 25 anos, de 1990 até agora, foram marcados pela ascensão de produções de autoria de mulheres e pela entrada massiva de mulheres em universidades, resultados de uma guinada social nas conquistas dos movimentos sociais no Brasil. É um período marcado por complexidades e contradições, das quais ainda vivenciamos alguns processos sociais de reconhecimento de violência contra a mulher e de sua sub-representação social nos diversos espaços, atuando com políticas públicas afirmativas. Mas essa ascensão feminista é vista como grande em relação a alguns aspectos, como o aumento de pesquisadoras e grupos, mas quando comparada com as estruturas da universidade, é ainda muito restrita.

Por muitos anos os grupos de pesquisa feministas eram vistos como fomentadores de produção menor. Albertina Costa, Carmen Barroso e Cynthia Sarti (1985), Albertina Costa (1994) e Cecilia Sardenberg e Ana Alice Costa (1994) apontam que a produção feminista tinha aprendido a difícil tarefa de viver sobre ‘o limbo e a corda bamba’, numa situação complexa de poucos avanços institucionais e ambientes desfavoráveis para o feminismo, mas com pesquisadoras presentes e sendo inseridas de forma mais ampla em distintas áreas de pesquisa e formação.

Ao mesmo tempo em que se estruturavam os núcleos de pesquisa, foram formadas diversas redes feministas a partir da presença às vezes simultânea de ativistas do movimento e de ativistas dos quadros das universidades. As mais conhecidas (e ainda atuantes) são a Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos (Rede Saúde), criada em 1991; a Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher e Relações de Gênero (Redor), criada em 1992; e a Rede Nacional de Estudos Feministas (REDEFEM), criada em 1994.

Marlise Matos (2006) e Gema Esmeraldo (2010) apontam a importância e influências que as redes têm em reorganizar e impulsionar os grupos em seus encontros, onde constroem discussões, propostas e trocas de experiências em relação às vivências institucionais. Nesse sentido, Gema Esmeraldo (2010) afirma que a participação dos núcleos nessas redes possibilitou o fortalecimento de outros núcleos, sua institucionalização e até a participação e representação individual de atividades em que as acadêmicas feministas:

(..) ampliaram seu campo de atuação e se circunscreveram em ações individualizadas, no ensino em programas de pós-graduação, na formação em pesquisa, na produção científica, em cargos de gestão de políticas públicas junto a organismos governamentais e na assessoria em instituições de âmbito internacional (ESMERALDO, 2010, p. 96).

Dessa forma, ainda que as redes feministas apresentem problemas com o cadastro e atualização dos grupos que participam delas, os encontros anuais e bianuais que realizam tem ampla participação dos núcleos e grupos, apontando que eles são a base na estrutura do feminismo brasileiro nas universidades. As pesquisadoras e pesquisadores que participam dos grupos e núcleos de pesquisa promovem outras atividades, eventos e formas de organização variadas que criam cada vez mais teias resultando na formação de redes informais e formais a partir do fortalecimento de redes de conhecimento e troca de experiências, resultando inclusive na organização de outras formas de produção que não só as pesquisas, como os seminários, as revistas, os debates, as representações institucionais e mais atividades.

Dos seminários, o mais conhecido em âmbito nacional, por ser internacional, é o Fazendo Gênero, realizado em Santa Catarina desde 1994, que guarda nos cadernos de resumos um amplo histórico sobre a produção de conhecimento feminista no Brasil e um histórico das redes de solidariedade e experiência feministas entre algumas regiões do país, tendo como núcleos que o produzem o Núcleo de Identidade Gênero e Subjetividade (NIGS) e o Instituto de estudos de Gênero (IEG), também da UFSC, criado em 2005 (INSTITUTO, 2014). O site do IEG é um dos sites mais importantes de sistematização e divulgação de produções acadêmicas feministas, principalmente de revistas feministas brasileiras, pois tem *links* para: Revista Estudos Feministas, Cadernos Pagu, Caderno Espaço Feminino, Revista Gênero, Revista Feminismos, Labrys, Revista Ártemis, Revista Latino Americana de Geografia e Gênero e Revista Matria (IEG, 2014).

A proposta de armazenamento coletivo das produções feministas brasileiras já apareceu em diferentes pautas de encontros pelo Brasil, sendo o IEG a realização dessa ideia, agregando em seu site uma rede de publicações de revistas feministas. A rede foi gerada em 2001 pela coordenação editorial da REF, Cláudia de Lima Costa, Miriam Pillar Grossi e Luzinete Simões Minella, que tinha por objetivo a implementação de um consórcio, um acordo de publicações coletivas num mesmo site, gerando uma plataforma de publicações

feministas (MINELLA, 2010, p.135). A proposta que começou com a implementação online da REF gerou em 2003 o I Encontro Internacional e o II Encontro Nacional de Publicações Feministas (MINELLA, 2010). Durante o encontro, foi levantada a possibilidade da criação de uma Rede de Produções Feministas, que seria direcionada a revistas e publicações em anais de eventos feministas no Brasil, sendo, por fim, possível apenas o armazenamento e distribuição das revistas que compuseram os eventos.

Marlise Matos (2006) também aponta a criação de uma rede de publicações feministas que permitisse “o cadastramento e filiação como um dos objetivos da REDEFEM. A biblioteca virtual da REDEFEM (sobre os encontros), os bancos de dados de estudos e pesquisas feministas, a biblioteca online (*links*) e a editoração de publicações feministas” (MATOS, 2006, p. 99). De certa forma essa proposta de criação de um site para armazenar as produções já acontece em algumas regiões, as publicações do NEIM, Coleção Bahianas, são publicações de mesas e atividades realizadas nos encontros da REDOR e de publicação de pesquisas realizadas pelos núcleos e grupos de pesquisa que os compõe.

Mas a proposta do NEIM é de ampliação, além das produções já publicadas Cecília Sardenberg e Ana Alice Costa (2010) apontam que existe a proposta da construção de uma Rede de Biblioteca Feminista como parte do NEIM. E se o IEG é polo de uma rede de Revistas Feministas, o NEIM é um polo de pesquisas e eventos do nordeste, sendo sua base a REDOR. A Universidade Livre Feminista conseguiu em partes ser uma Plataforma Feminista com publicações distintas, nacionais e internacionais, porque é composta por uma plataforma virtual que dispõe de: a) biblioteca virtual com produções textuais, artigos, livros, entrevistas e manifestos feministas disponíveis para *download*, a Biblioteca Feminista e; b) uma videoteca com filmes/documentários e curtas feministas para acesso gratuito, a TV Feminista. Ambas, a biblioteca e videoteca, são de extrema importância e têm um arsenal de produções e vídeos de ampla escala, com tendência a ampliar cada vez mais as produções (FEMINISTA, 2014).

Dos Núcleos para as Redes, a inserção do feminismo nas universidades também influencia na formação de cursos, disciplinas e linhas de pesquisa, mas não chega a criar Pós-graduações em larga escala. Apenas Bahia, Santa Catarina e Campinas são referências brasileiras do ensino de pós-graduação feminista, sendo a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) universidades de

concentração de pesquisadoras e linhas de pesquisa, pelo Pagu, NIGS e IEG. Já a Universidade Federal da Bahia (UFBA) é a única no Brasil que têm, graças ao NEIM, o primeiro curso de pós-graduação feminista Mestrado e pós-doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, criado em 2005, e o primeiro curso de Graduação em gênero e estudos feministas, criado em 2009.

A importância da ‘imprensa feminista’ é referência em muitos textos sobre produção de conhecimento feminista no Brasil e diz sobre uma produção de conhecimento multifacetada, democrática e descentralizadora do ‘saber único’, divulgado e produzido somente em universidades. Ela passa pela produção de fanzines¹² e produção de revistas e jornais, como os levantados por Amélia Teles (1993) Amélia Teles e Rosalina Cruz (2013) e Mariza Corrêa (1998), e chega às universidades por meio da produção de revistas feministas que são referência para produção brasileira de conhecimento feminista, dentre as quais estão a REF, que começa no Rio de Janeiro, mas é transferida para Santa Catarina, e os Cadernos Pagu de Campinas.

Além das revistas de divulgação universitária, é importante apontar que a produção de revistas, fanzines e outras formas várias de escrita feminista, construídas por públicos distintos, foi reforçada nas últimas duas décadas com a produção em massa de páginas feministas em blogs, no *facebook*, ao mesmo tempo em que continuam fortes os circuitos de produção de fanzines trocados em feiras e festivais feministas, assim como a produção e circulação de jornais e informativos de ONGs e de organização de grandes marchas feministas, como as marchas das vadias e a marcha mundial das mulheres. Esse crescimento das produções feministas acontece em grande parte graças aos grupos e núcleos de pesquisa, representantes da consolidação do feminismo nas universidades e origem de vários eventos, redes feministas através de pesquisas, institutos e linhas de pesquisa em gênero, mulher, feminismo e sexualidade.

Nesse contexto amplo, tendo em conta os núcleos, as redes feministas e as redes de produções, é possível afirmar que essa trajetória da produção brasileira de conhecimento

¹² Há poucos trabalhos sobre fanzines feministas, embora o acesso e a troca de fanzines publicados por diferentes coletivos e lugares seja significativa em oficinas feministas, principalmente vinculadas a eventos, festivais e encontros organizados por jovens feministas, tais como o Festival Vulva La Vida em 2013. Mas outras práticas de produção de ativismo feminista também são comuns e podem ser visualizadas no artigo “As ‘jovens’ no Feminismo Brasileiro contemporâneo, suas ações e seus dilemas”, publicado na *Revista Feminismos*, 2013.

feminista tem várias vias de produção e difusão que perpassam ao longo das décadas: a) a imprensa feminista com folhetins, jornais, livretos e manifestos; b) a realização de seminários e eventos para públicos amplos; c) a estruturação dos núcleos de pesquisa; a ampliação de revistas feministas com circulação acadêmica e o; d) cadastro dos grupos e núcleos de pesquisa no diretório do CNPq, a; d) criação de institutos e seminários e criação de; e) linhas de pesquisa em cursos de pós-graduação. Pensando esses eixos de atuação a história do feminismo brasileiro nas universidades é apresentada por suas mudanças, adaptações e confluências sem deixar de revelar problemas na institucionalização.

Em meio a essa amplitude de processo acadêmico de produção feminista, os núcleos e grupos de pesquisa têm suas especificidades que podem ser interligadas com processos mais amplos dessa produção. O estudo do currículo das lideranças e as entrevistas ampliam detalhes da construção das redes feministas que instituíram o feminismo, uma vez que sua importância é reificada em boa parte das produções que narram essa história de inserção.

3.3. A ampliação do arsenal feminista: mais sujeitos ou a adesão ao gênero?

Sob o ponto de vista da produção de categorias do arsenal feminista, Bila Sorj e Maria Luiza Heilborn (1999), Miriam Grossi (1995) e Lia Zanota (1998) apresentam que aconteceu um amadurecimento em relação à binaridade aos opostos complementares: homem/mulher; natureza/cultura, público/privado, hétero/lesbo/trans/travesti/homossexualidade, como correspondente à mudança no arsenal teórico-metodológico das categorias centrais de análise feminista, ou seja, da passagem do uso específico ‘mulher’ para o amplo de ‘relações de gênero’ que contemplem afetividades e corporalidades diversificadas como instrumentos do arsenal feminista.

Miriam Grossi afirma que no Brasil o arsenal feminista passaria de ‘estudos femininos’, com trabalhos como a tese de Heleieth Saffioti de 1960 sobre “A mulher na sociedade de classes”, para os ‘estudos da mulher’, a partir de 1980, apontando a primeira ampliação do estudo, que passa a ser sobre ‘mulheres’ e não mais ‘mulher’. Em 1990, quando gênero é inserido no arsenal, teríamos a maior ampliação.

Grossi (1998) aponta que a categoria tem adesão no Brasil em 1990 por influências norte-americanas, principalmente do texto de Joan Scott (1990) sobre ‘gênero como uma

categoria útil para análise histórica' e que a vinculação dessa categoria com a de sexualidade entra no cerne da questão, ao tratar da formação das identidades subjetivas de mulheres e homens, resultando na diferença entre identidade de gênero, identificação e subjetividade acerca do 'eu', e sexualidade, preferências de práticas afetivas em relação a outras pessoas (GROSSI, 1990).

Nas palavras de Grossi: "gênero é uma categoria usada para pensar as relações sociais que envolvem homens e mulheres, relações historicamente determinadas e expressas pelos diferentes discursos sociais sobre a diferença sexual" (GROSSI, 1998, p. 5), servindo, "portanto, para determinar tudo que é social, cultural e historicamente determinado" (GROSSI, 1998, p. 5) na categorização e identificação do que seja ser 'homem' ou ser 'mulher' de um ponto de vista que envolva 'sexo'. Grossi (1998) conclui que "nenhum indivíduo existe sem relações sociais, isto desde que se nasce. Portanto, sempre que estamos referindo-nos ao sexo, já estamos agindo de acordo com o gênero associado ao sexo daquele indivíduo com o qual estamos interagindo" (GROSSI, 1998, p 5). Ou seja, gênero condiz com a construção do masculino e do feminino em relação a afetividades, estereótipos e relações de hierarquia no processo da formação dessa identificação humana a partir da 'diferença' e interfere por último na própria produção de conhecimento sobre as formas em que pensamos a humanidade. Discussões essas, aliás, que 'os estudos das mulheres também trouxeram, mas a questão em voga é a inserção da 'sexualidade' e da 'masculinidade', a inserção de 'mais sujeitos que não só 'as mulheres'. E não é portanto o caso de que a discussão sobre 'mulheres não trouxesse' discussões sobre sexualidade e masculinidade, mas que essa é uma atribuição construída para as discussões de gênero.

Com a adoção e reapropriação da categoria 'gênero' para o arsenal feminista brasileiro, estaríamos aptas a tratar de relações de afetividade, sexualidade, masculinidades e de aspectos da construção social das identidades em sua relação de hierarquia desigual, que, até então poderíamos não fazer, quando em 1980 tínhamos os 'estudos das mulheres'. A questão apontada é também, dentro do feminismo, uma 'ampliação de sujeitos' à teoria feminista. A mudança para 'relações de gênero' não acontece de forma 'rápida', é mais um processo de inserção de mais uma categoria que o abandono das anteriores, não deve ser entendido como aponta Cecília Sardenberg (2010) como a mera substituição das categorias 'mulher e feminismo', embora seja uma construção regada a contradições e à deslegitimação.

Lia Zanota (1998) descreve que as ‘relações de gênero’ foram consideradas diferentes dos ‘estudos da mulher’ e dos ‘estudos feministas’, ainda nessa ideia de ‘ampliação’ de sujeitos. Cecília Sardenberg (2010; 2014) resume a discussão dessa inserção dos anos 1990 até 2000 apontando que a categoria gênero, fosse pela inclusão de mais sujeitos, fosse por esse discurso de ‘melhor por não referenciar só mulheres’, rendeu a princípio mais problemas que soluções à produção de conhecimento feminista, com críticas a falta de legitimidade das pesquisas e estudos que usavam a categoria mulher e a categoria feminista, que estariam mais impregnadas de ‘política’.

Cecília Sardenberg (2014) aponta ainda que existem problemas entre o ‘fazer gênero e fazer feminismo’ ainda hoje quando o assunto é sobre as agências financiadoras de pesquisas e atividades, pois nos deparamos com o lado ‘neutro e objetivo’ a que essa categoria seria entendida, e estaria até fora do feminismo, o que acarretaria num novo processo de invisibilização das mulheres, mesmo sendo gênero uma categoria de trajetória e surgimento feminista. Essa breve trajetória das bases do feminismo no Brasil, feminina, mulher, feminista e gênero, identifica que ‘feminismo e feminista’ são consideradas palavras guarda-chuvas que contêm o arsenal: mulher, mulheres, feminina e gênero. Por fim, ela aponta que são categorias instáveis e reapropriadas.

Sandra Harding (1993) pontua que a ciência é feita de categorias instáveis e que a epistemologia feminista não foge a esta instabilidade. Ao contrário, a produção de conhecimento feminista norte-americana, a qual a autora se reporta e aqui estendida à produção de conhecimento feminista brasileira, tem uma trajetória de ampliação e adoção de novas discussões e sujeitos a partir de uma crítica radical à ciência que acaba sendo uma crítica radical a ela mesma, à própria produção de conhecimento feminista.

Harding (1993) aponta que ao inserir a mulher na ciência enquanto sujeito de fala e pesquisa, por anos as feministas acabam produzindo a mesma homogeneização generalizante produzida na científica hegemônica, pois “as teorias patriarcais que procuramos estender e reinterpretar não foram criadas para explicar a experiência dos homens em geral, mas tão somente a experiência de homens heterossexuais, brancos, burgueses e ocidentais” (HARDING, 1993, p. 7). Nem a produção científica era sobre o ‘homem’ em geral, nem a produção feminista era sobre a mulher em geral, já que para Harding “as feministas teóricas também procedem dessas mesmas camadas sociais, não por conspiração, mas em virtude do

padrão histórico que faz com que apenas indivíduos a elas pertencentes disponham de tempo e recursos para fazer teoria e que unicamente mulheres dessa origem social possam se fazer ouvir” (1993, p. 7).

Nesse sentido, a autora reivindica que a teoria científica é androcêntrica e que todos os conceitos científicos, mesmo os feministas, nascem sob suspensão e são em si categorias instáveis e coloniais (HARDING, 1993; MIGNOLO, 1993), Sandra Harding (1993) aponta ainda que não se trata de ‘melhorar a ciência a partir de sua ampliação’, não é que estejamos fazendo uma ‘má ciência’, mas que podemos usar a própria instabilidade das categorias a nosso favor, as repensando. Assim, a trajetória das categorias feministas centrais é uma história de ampliação da participação de sujeitos que vai da ‘inserção de mulher’ à ‘inserção de mulheres’ cada vez mais diversificadas, ainda que a categoria ‘gênero’ seja impregnada do discurso de neutralidade que perde o caráter político e que ‘mulher’ seja homogeneizante. Acontece que esses termos têm aplicação a partir de outros temas de discussão levantados por diferentes sujeitos a partir de relações sócio-históricas do país.

A questão da inserção de mais sujeitos é uma questão de ‘corpo que marca o lugar de enunciação’, trazendo a transformação e ampliação de pautas feministas também nas categorias, ou seja, à medida que grupos e núcleos de pesquisa vão sendo criados em distintas regiões do país, novas pautas surgem como importantes. Schuma Schumacher (2005) elenca a violência contra mulheres, a lesbianidade, a desigualdade em representação em espaços de poder e a inquietação e desconstrução de identidades como principais pautas dos últimos 30 anos de feminismo brasileiro (SCHUMACHER, 2005). Temas esses que também são rastreados por Amélia Teles (1993), Celi Pinto (2003) e Lucila Scavone (2008), que trazem a relação de feminismo a trabalho e lutas de classes durante as décadas de 1960 até meados 1980, principalmente em relação a feministas sociólogas, e são seguidos pelos temas ‘saúde, família e violência’ já a partir de 1980. Celi Pinto (2003) argumenta ainda que mais grupos trabalhavam com questões mais radicais em relação à ‘corporalidade’, do ponto de vista de tratarem de sexualidade e direitos sexuais e reprodutivos desde os primeiros grupos, como já dito anteriormente, o que influencia a acreditar que por mais que ‘os temas tenham uma trajetória de surgimento no cenário feminista’ é preciso considerar que eles surgem a partir das demandas e ações das ONGs, grupos e núcleos de pesquisa, e que temas vinculados a racismo, sexualidade e lesbianidade existem desde a década de 1970, e antes, como traz Pinto

(2003). Porém, o processo de invisibilização desses grupos também invisibiliza suas pautas e ações.

A questão portanto é evidenciar a importância da corporalidade, que é em si sobre a construção da identidade de mulheres e homens como pessoas brancas, indígenas e negras, numa relação colonial de hierarquização na formação de suas identidades pela diferença. Tal como aponta Stuart Hall (2008), existem apenas e em relação a outras, pela negação e identificação. Jurema Werneck faz esse questionamento ao apontar que ‘mulheres negras’ “como sujeitos identitários e políticos, são resultado de uma articulação de heterogeneidades, resultante de demandas históricas, políticas, culturais, de enfrentamento das condições adversas estabelecidas pela dominação ocidental” (WERNECK, 2010, p. 1). Assim, são mulheres negras em função das correlações descritas, mas, ao mesmo tempo, também são ‘mulheres negras’ pela reafirmação e rearticulação militante dessa nomeação.

O ‘lugar de fala’ marca as experiências e vivências a partir dessas construções complexas identitárias que, segundo Anibal Quijano (2005), Maria Lugones (2008) e Jurema Werneck (2010), marcam o processo de reclassificação da população mundial a partir da colonização, pontuando homogeneizações, estereótipos e resistências. É em si o que Maldonado Torres (2003) afirma sobre a ‘colonialidade do ser’, ou seja, o reflexo da colonização nas vivências subjetivas e coletivas das pessoas, afetando e hierarquizando radicalmente a existência delas em ‘mais’ ou ‘menos’ humanas a partir de critérios raciais que, de acordo com Lugones (2008) e Werneck (2010), também são critérios generificados. Importa nesse processo de apagamento, ao classificar a resistência e o potencial de afirmação que sujeitos passam ter e valorar nessas experiências como possíveis para fortalecer e identificar seus ‘lugares de fala’, é a construção, do processo de identificação e reconhecimento com um grupo, pensada no feminismo como o localizar-se em seus interesses e vivências.

A ampliação de grupos feministas pelo Brasil, a partir da construção dessa rede feminista, faz surgir mais demandas e variações de temas distintos por esse ‘construir-se e localizar-se’, embora na maioria das vezes a questão seja centralizada na discussão sobre sexualidade e a entrada da categoria gênero. Parte das produções que são sobre o arsenal feminista no Brasil aparentam consenso em relação à entrada do gênero como uma ampliação na discussão para questões relacionadas a afetividades, sexualidades e masculinidades. É

portanto um processo de inserção também de homens de forma mais explícita nas produções feministas (GROSSI, 1995; SORJ, HEILBORN, 1999; PISCITELLI, 2005).

Se por um lado, Lia Zanota (1998) considera gênero um novo paradigma que instaura novas possibilidades teórico-metodológicas aos estudos de mulheres, Lourdes Bandeira (2008) e Elonora Menicucci (2008) estendem às ciências sociais, pois o uso dessa categoria implanta o pensar as relações de poder e subalternização entre mulheres e homens nas diferentes esferas sociais por meio das pesquisas, adentrando áreas sociais como a saúde, violência doméstica, trabalho, representação na política e direitos sexuais e reprodutivos e os vincula às categorias tais como classe social, raça e etnia em maior recorrência já a partir de 1990.

Mediante essas considerações e a partir das pontuações de Sardenberg (2010; 2014), temos que ‘gênero’ é entendido muitas vezes como uma ‘evolução da produção de conhecimento feminista’, acarretando em problemas complexos que não reconhecem seu caráter de instabilidade e reapropriação, não evidenciam que a mudança das categorias, na epistemologia feminista, ocorre a partir da visibilização de mais ‘sujeitos de fala’, nem considera que ‘gênero’ é uma das categorias desse arsenal, e não a substituição de categorias anteriores (HARDING, 1993). A partir dessa reflexão, considero que não existe uma ‘adesão’ pura e simples à categoria gênero, mas a construção complexa de uma trajetória de inserção de sujeitos, temas e categorias ao feminismo brasileiro.

Dessa assertiva existem dois apontamentos: 1) a produção científica tem por base o sistema de hierarquias colonial (HARDING, 1993; MIGNOLO, 1993; 2004), assim as categorias e propostas teórico-metodológicas científicas precisam ser repensadas porque; 2) as universidades são lugares excludentes e resultaram em categorias, conceitos e métodos, ao mínimo, instáveis fazendo com que essa complexidade de temas e categorias em trajetória reporte a armadilhas atuais na predominância de alguns temas em detrimento de outros, na invisibilização do feminismo negro nas universidades brasileiras, na ínfima presença de homens e sua recorrência em trabalhar temas vinculados à masculinidade, tal como veremos nos próximos capítulos, em que são analisados os grupos, e nas entrevistas, demonstrando o quanto há de validade nas produções feministas mapeadas e o tom de recorrência a mesmas questões em toda essa dissertação.

(..) a criação dos núcleos de estudos de gênero foi uma estratégia feminista para superar os entraves que as universidades faziam à entrada do tema mulher na academia. Acrescente-se que esta estratégia foi muito bem sucedida e resultou, no mínimo, em cursos optativos sobre a mulher nas universidades. Mas por que foi necessário usar artifícios para entrar na instituição universitária? Certamente porque não se reconhecia legitimidade ao tema, não se aceitava que houvesse massa crítica sobre o mesmo. Embora muita literatura já existisse sobre as relações de dominação/subordinação entre homens e mulheres, o tema não alcançara “status” semelhante aos temas como estrutura de classe, trabalho industrial, urbanização ou a escravatura. Mas será que atualmente esta fase está superada? (BLAY, 2006, p. 63).

De todo modo, ainda nos resta a tarefa inconclusa, ou pouco valorizada, de buscar a voz própria. Refiro-me à busca de outras formas possíveis ou desejáveis de expressão e representação do que fomos, do que poderíamos ter sido, do que desejamos ser, antes e além do eurocentrismo e suas pressões simbolizadas pelo racismo heterossexista, sua dominação econômica e seus ataques no plano simbólico. Ainda que nos reconheçamos múltiplas, mutantes, inconclusas (WERNECK, 2010, p. 12).

4. Os sistemas de organização da produção de conhecimento e o Diretório de Grupos de Pesquisas do CNPq

No Brasil, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) é responsável pela formação educacional da população em todas as áreas, da infantil ao ensino superior (MEC, 2014). Criado em 1930, o MEC está atrelado à concepção da construção de um estado-nação soberano e também na produção de conhecimento que vise a modernização. Mas os momentos de 1930 até 1950, que impulsionam essa produção ao desenvolvimento e ao ‘moderno’, são acompanhados do processo educacional do período colonial, dividido em dois públicos: ora o ensino de elites, principalmente com formação fora do país e; formação cristã voltada para população que não tinha acesso a esse conhecimento, principalmente ao indígena, evidenciando os processos salvacionistas e homogeneizantes.

Em 1951, quando são criadas instituições específicas para dar conta da demanda do ensino superior, no segundo mandato de Getúlio Vargas um complexo educacional vinculava os dois discursos: modernizador e salvacionista, culminando em políticas nacionais de ensino para 'alfabetizar a população', melhorando o país e a qualidade de vida. Portanto, a criação da Capes e do CNPq acontece em 1951, no governo de Getúlio Vargas em um processo em que desde o século XIX existiam escolas jesuítas destinadas, na maioria das vezes para população indígena, e Escola Livres, espécie de faculdades fundadas pelas elites brasileiras, que vinham de formação superior europeia e traziam instituições para o país (STALLIVIERI, 2007).

A primeira universidade foi fundada em 1913, em Manaus (STALLIVIERI, 2007). Em 1992, quando o Diretório de Grupos de Pesquisa passa a existir (LATTES, 2014), a formatação nacional de organização do ensino superior no Brasil tomava a forma que tem hoje, um sistema complexo de gerenciamento que dá conta do sistema de ensino nacional das universidades no Brasil, sendo responsável pela: a) legitimação; b) incentivo e; c) avaliação de todas as universidades em território nacional. Desde a abertura de cursos até a produção de artigos, tudo passa por comitês de controle, bancos de dados e avaliação desse sistema, que não é visto só a partir de suas vantagens, mas também dos processos de homogeneização, hierarquização e sobrecarga de atividades, conforme será tratado mais adiante.

Nesse contexto, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) forma, junto com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

(Capes), um complexo de outras organizações e formas de sistematização, a eles vinculados, como o sistema Qualis, o sistema de bolsas e financiamentos, desde a graduação ao pós-doutorado, o Portal de Periódicos Capes e alguns dos outros vários dispositivos responsáveis por formar e manter um sistema nacional de controle, distribuição de verba, de produção de pesquisas e avaliação das produções e do próprio ensino superior no Brasil.

O Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq e a Plataforma Lattes são bancos de dados: o primeiro, dos grupos e núcleos; e o segundo dos Currículos de docentes, estudantes, técnicos administrativos e mais pessoas das universidades federais, estaduais e privadas no Brasil. Cabe ao Diretório, como aponta o site Plataforma Lattes (2014), reunir os grupos de pesquisa das instituições de nível superior, formando um inventário sobre eles a partir das informações curriculares das pessoas que participam do grupo ou núcleo, em quais linhas de pesquisa atuam, quais atividades são realizadas e de qual setor da produção de conhecimento fazem parte, científica, tecnológica ou artística.

Desde a abertura de cursos de graduação à pós-graduação e até a produção de artigos, tudo passa por comitês de controle, bancos de dados e avaliação desse sistema que não é visto só a partir de suas vantagens, mas também dos processos de homogeneização, hierarquização e sobrecarga de atividades, como já disse. Por essa importância institucional de armazenamento de dados, alguns sites do CNPq foram identificados para análise da presença do feminismo nas universidades: Currículos da Plataforma Lattes, busca simples por palavras-chave; Grupos de Pesquisa cadastrados no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq, busca por palavras-chave; e análise individual dos Currículos Lattes das líderes e dos líderes dos grupos de pesquisa mapeados no Diretório. Abaixo trato com mais especificidade os resultados da busca, incluindo os problemas durante sua realização.

4.1. Grupos e Núcleos de pesquisa cadastrados no CNPq: adentrando temas e interesses das pesquisadoras e pesquisadores

Por meio de busca simples nos Currículos da Plataforma Lattes pela categoria 'assunto', com as palavras-chave 'feminista/feminismo', realizei uma busca por doutoras e doutores e depois por 'demais pesquisadores', sem vincular nenhum outro marcador – nacionalidade, região, área de conhecimento. A mesma estratégia, busca simples pelas

palavras-chave 'feministas/feminismo', foi usada para mapear os Grupos de Pesquisa, via Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq.

A busca de mapeamento exploratório, para a escrita do projeto dessa pesquisa, por 'doutoras e doutores' com a palavra-chave 'feminismo' gerava, em 2012, 1532 nomes de pesquisadoras e pesquisadores e a com a palavra 'feminista' gerava 635 nomes. Em 2012, não realizei a busca por 'demais pesquisadores'. Já a busca realizada em 2014, por assunto, na Plataforma Lattes, considerando 'doutoras e doutores', gerou 1231, com a palavra-chave 'feminista'. A categoria de 'demais pesquisadores' resulta em 1482. A busca pela palavra-chave 'feminismo' resulta em 1915, considerando a categoria doutoras e doutores, e 2136 considerando 'demais pesquisadores'. Seriam, portanto, mais de 3 mil pessoas pesquisando, citando ou produzindo academicamente sobre feminismo.

Tabela 1: Mapeamento por busca das palavras-chave ‘feminismo/feministas’ no Currículo Lattes

Ano	Doutoras e doutores	Demais pesquisadoras e pesquisadores
2012	635 feminista 1532 feminismo	Não foi realizada
2014	1231 feminista 1915 feminismo	251 feminista 221 feminista
Total	2012 = 2167 2014 = 3146	2012 = 472

Fonte: Tabela gerada a partir da busca simples com as palavras-chave: feminismo/feminista na Plataforma do Currículo Lattes nos anos de 2012 e 2014 nos campos de ‘busca por ‘Doutores’ e ‘Demais Pesquisadores’.

Elaboração: Própria.

Esse amplo levantamento, apenas com o filtro oferecido pelo próprio Currículo Lattes, entre as categorias 'doutores' e 'demais pesquisadores', a busca traz nomes de pessoas que tem em suas produções acadêmicas: trabalhos de fim de curso; tese de mestrado, doutorado; artigos, trabalhos, apresentações; curso de formação, palestra, ou; uma única atividade com o tema feminismo/feministas. Comparando as buscas de 2012 com 2014, observa-se um salto em relação ao intervalo de um ano de crescimento do tema, indicando uma quantidade maior de pessoas estudando feminismo. Nisso, estudar, mesmo que apenas doutoras e doutores, renderiam uma análise de mais de três mil currículos, tornando-se inviável a uma pesquisa de dois anos com uma única pesquisadora e a ausência de acesso aos dados do CNPq. A solução foi pesquisar os grupos de pesquisa que são menores, no entanto, não sem problemas semelhantes.

O mapeamento exploratório no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq apresentou uma alta flutuação de resultados, numa variação de 5 até 206 grupos, dependendo do dia e do local em que a busca foi realizada, porém vale ressaltar que parte da alta flutuação aconteceu a partir da mudança do Diretório para uma nova plataforma que considera mais variáveis.

No entanto, buscas pela palavra-chave “feminista”, considerando mais variáveis, ‘nome do grupo, nome da linha de pesquisa, palavra-chave da linha de pesquisa e repercussões do grupo’ geraram de 18 até 94 nomes em buscas dos últimos meses de 2015, sendo que a variação, entre 18 e 94 grupos, aconteceu de um dia para o outro, ou de um computador para o outro. A mesma relação de flutuação aconteceu com a palavra-chave “feminismo”. Sendo assim, a forma de resolver a flutuação nas buscas do site do Diretório foi realizar diferentes buscas e mapear os distintos grupos que aparecem de uma busca para outra, resultando em 145 grupos e núcleos de pesquisa que tiveram analisados os currículos de suas líderes, gerando 161 currículos individuais para análise.

Dos 145, 30 são núcleos e 115 são grupos de pesquisa. Os grupos de pesquisas são a menor unidade de pesquisa coletiva das universidades, composto por uma docente e algumas estudantes em orientação, enquanto os núcleos de pesquisa são compostos por mais de um participante de diferentes grupos e faculdades, vários líderes dos núcleos são participantes de outros grupos de pesquisa. Por isso, a restrição à liderança daqueles grupos mapeados em questão e não de outros que pudessem participar. Identificadas as docentes e os docentes, a análise dos currículos apenas de líderes foi feita com a intenção de avaliar trajetórias

acadêmicas e a influência da produção feminista nas universidades a partir de suas produções: assim, os itens analisados dos currículos foram: endereço, cor, sexo¹³, formação, realização de eventos, área de atuação e orientadora/orientador. As implicações dessas escolhas e marcadores serão dadas adiante a partir destes itens de análise.

4.2. Grupos e Núcleos de pesquisa: a produção de conhecimento feminista desde o metafeminismo

A partir de 1980, passam a surgir núcleos e grupos de pesquisa nas universidades brasileiras, Albertina, Cynthia e Carmen (1985) citam cinco grupos, enquanto Albertina e Eva (1991) mapeiam 20 núcleos e Miriam Grossi e Sonia Miguel (1995) mapeiam 19, e Ana Alice Costa e Cecília Sardenberg (1994) apontam a existência 40, sem, no entanto, citar quais são. Os trabalhos mais recentes são a pesquisa de graduação de iniciação científica de Heloá Vicentini (2011), vinculada a pesquisa sobre estudos de gênero e feministas no Brasil de Lucila Scavone (2011), no qual Heloá mapeia 22 grupos com tema feminista depois de analisar 292, e o trabalho de iniciação científica de Márcia Sardenha (2012) vinculada a pesquisa sobre Transmissão Geracional Feminista coordenada por Eliane Gonçalves (2014). Sardenha (2012) aponta a existência de 161 grupos, dos quais apenas sete tinham nomeação feminista/feminismo, embora tivessem por tema central o feminismo.

A forma de mapear os grupos por busca em palavras-chave em todas as pesquisas, as de Héloa, Marcia e para esta dissertação estão na estratégia de usar diferentes formas de 'acionar feminismo em pesquisas', mesclando as palavras-chave feminismo/gênero/mulher/sexualidade na nomeação dos grupos, linhas de pesquisa, objetivos e atividades, ou seja, não considerando apenas o 'nome dos grupos'. Aponto todas essas pesquisas em comparação a que realizei na intenção de um olhar amplo em relação aos núcleos, tal como fiz com o mapeamento de textos sobre a história do feminismo no Brasil.

As tabelas abaixo trazem os grupos mapeados de 1985 até 1991, contidos nas produções citadas acima, como nomes, ano de formação e estado dos grupos. Todos surgem a

¹³ Cor e sexo são categorias heteroclassificadas nesta pesquisa por suas fotografias, autodeclarações públicas em materiais, sites e publicações e seus nomes nos respectivos Lattes, uma vez que essas informações não são disponibilizadas no currículo.

partir de 1980, momento de estruturação do feminismo na universidade, e são das regiões que ainda hoje são mais representativas em produção de conhecimento feminista no Brasil: Nordeste, Sudeste e Sul.

Quadro 1 – Núcleos e grupos de pesquisa universitários em 1980

Ano de criação	Nome e estado
1981	Núcleo de Estudos, Documentação e Informação sobre a Mulher (NEDIM/ CE)
1981	Núcleo de Estudos sobre a Mulher (NEM / SP)
1983	Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Relações Sociais e de Gênero (NEIRSG / SP)
1983	Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulheres (NEIM/BA)
1984	Núcleo Mulher (RS)

Fonte: Albertina Costa, Cynthia Sarti e Carmen Barroso (1985).

Elaboração: Própria.

Quadro 2 – Núcleos e grupos de pesquisa universitários em 1980/1990

Ano de criação	Nome e estado
1984	Núcleo de estudos e pesquisas sobre a mulher (NEPEM/MG)
1984	Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Gênero (NEG/SC)
1985	Núcleo de Estudos da Mulher e Relações Sociais de Gênero (NEMGE/SP)
1986	Programa Relações de Gênero do Centro Interdisciplinar de Estudos Contemporâneos (CIEC/RJ)
1986	Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher (NEPEM/DF)
1986	Núcleo de Assistência ao Auto-cuidado da mulher (NAAM/SP)
1987	Grupo de Trabalho e Sexo e Relações de Gênero do Núcleo de Documentação e Informação Histórica e Regional (NDHIR/PB)
1988	Grupo de História da Educação da Mulher (GEHEM/MG)
1989	Núcleo Temático Mulher e Cidadania (NTMC/AL)
1989	Núcleo Nísia Floresta de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher (NEPAM/RN)
1990	Gênero e Sociedade – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (GENERO E SOCIEDADE /RJ)
1990	Núcleo de Estudos, Pesquisa e Assistência à Saúde da Mulher (NEPASM/SP)
1990	Centro de Estudos de Gênero (PAGU/SP)
1990	Núcleo de Estudos de Gênero e Afetividade (NEGA/MG)
1990	Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero (GEERGE/RS)
1990	Núcleo de Estudos Teológicos da Mulher na América Latina (NETMAL/SP)

Fonte: Quadro construído a partir do texto de Albertina Costa e Eva Blay (1991).

Elaboração: Própria

Dos 20 núcleos que aparecem nas produções de Costa, Sarti e Cardoso (1985), 8 têm a nomeação de gênero, 1 tem intersecção com gênero e mulher e 12 tem nomeação mulher. A partir de 1990, é possível ver um aumento em relação a quantidade de grupos e núcleos significativos, que também aparecem nas buscas de 2012 até 2014, que abarcam de 2000 até 2014, pois o levantamento de Sardinha (2012) é com base no senso de grupos do CNPq de 2000 até 2010, e a busca feita por mim é do estágio atual, dos grupos que existem e atuam.

As duas tabelas também apontam relações que ainda hoje têm importância para atuação dos núcleos e grupos: todas as líderes são mulheres, de acordo as indicações de lideranças de Costa e Eva (1991) e de Costa, Barroso e Sarti (1985); dos grupos mapeados por elas no Quadro-1, apenas dois núcleos existem até hoje; Neim, criado em 1983, e o PAGU, criado em 1990; os demais, como podemos ver no Quadro-2 e mais a frente nesta dissertação, têm atualmente algumas de suas fundadoras participando de grupos de pesquisa variados, dos quais não são líderes; alguns acabaram porque suas fundadoras mudaram de universidades; e poucos mudaram o nome e a proposta, se transformando em outros grupos, como é o caso do NEG, que corresponde, segundo Miriam Grossi (Entrevista), ao NIGS, Núcleos de Identidades de Gênero e Subjetividades, e ao IEG, Instituto de Estudos de Gênero.

Podemos observar dessas considerações que a presença das feministas fundadoras, nesse processo inicial de 1980 até 1995 é o que garante a presença do Núcleo nas universidades. Já do fim da década de 1990 até 2014, é possível pontuar através do trabalho de Sardinha (2012) que muitas mudanças acompanham os grupos e os núcleos de pesquisa, dentre as quais se destacam: metade dos grupos tem no nome a palavra-chave gênero: 85 das 161, sendo apenas 29 mulher, 7 feminismo, 3 feministas. A criação dos grupos também tem uma trajetória importante, de 2000 até 2006, segue a média de criação de 17 grupos por ano, mas em 2010 são criados 40, sendo 23 com a temática gênero. A busca de 2014 é ainda mais reveladora sobre esses resultados: dos 122 grupos mapeados: 48 têm gênero na nomeação, apenas 6 tem mulheres. Dos núcleos que foram publicados pelo Senado Federal do Programa de Pró Equidade de Gênero e Raça: 67 tem gênero, 25 tem mulher e apenas 1, o programa de pós-graduação do NEIM, têm feminismo.

A correlação entre gênero/raça/feminismo aponta nas buscas de 2014 e na busca de núcleos do Senado Federal que a relação entre gênero/raça existe de forma predominante sem tocar em feminismo. Apontamentos dos grupos levantados pelo Senado Federal são importantes por demonstrarem que grupos feministas negros não têm nomeações implícitas. As junções aparecem com relação a gênero, sendo mais comum, portanto, a intersecção entre gênero e raça, mas com relação a feminismo são ínfimas.

Essa separação dos grupos por tema de pesquisa mostra o apontar da categoria gênero a partir da década de 1990, assim como um aumento dos grupos a partir de 1995, com alto crescimento em 2010. Esses dados lidos a partir das entrevistas estão exemplificados por

relações políticas e econômicas do país, mas é possível observar que 1980 e 1990 marcam a entrada do feminismo em massa nas universidades, uma entrada de sucesso que reflete no aumento da criação dos grupos em 1990 e 2000. Assim, as feministas de 1970 até 1990 formaram condições para o crescimento dos grupos em 2000, em termos de: orientar pessoas sobre o viés feminista; criar grupos de estudo e de pesquisa; criar publicações feministas; ministrar disciplinas; formar e fortalecer redes feministas pelo Brasil através da promoção de eventos, seminários, pesquisas e simpósios, como serão discutidas nas entrevistas de Alda Brito, Miriam Grossi, Jussara Prá e Benedito Medrado. O alto crescimento específico de 2010 representa também a efervescência das discussões sobre mulheres no Brasil com a implementação de diversas políticas públicas nas três esferas do estado-nação.

Se apenas a nomeação e o ano de criação dos grupos são importante para análise das mudanças e implementação do feminismo nas universidades ao longo dos anos, a análise individual dos currículos pôde oferecer mais marcadores e dificuldades, dentre as quais a maior é a identificação de sexo e raça aqui pensados como identidade de gênero e étnico-racial de cor.

4.3. A cor do endereço e o sexo

O acesso à autodeclaração étnico-racial e de sexo não é permitida pelo CNPq, mas as identificações poderiam ser inferidas por mim, considerando-se o nome e a tonalidade da pele, a partir de um olhar politicamente treinado enquanto militante e pesquisadora. No entanto, isso não deixaria de ser uma proposta-armadilha, baseada em fenótipos étnico-raciais de cor¹⁴, muito comuns no Brasil, como aponta Jacques d'Adesky (2006), e em fenótipos de sexo vinculados a identidade de gênero, também comuns, como aponta Miriam Grossi (1998).

Inferir identidade de gênero e étnico-racial de cor é problemático pelo potencial biologizante e arbitrário, ao mesmo tempo em que a não-inferência seria a marca da institucionalização da invisibilidade e da falta de acesso dos sujeitos cuja identidade de

¹⁴ O termo 'étnico-raciais de cor' é empregado no texto para dar conta da arbitrariedade de conceitos sob-rasura (HALL, 2008), que são usados para mensurar o processo colonial da racialização brasileira, pois os termos 'étnico-racial', 'raça', 'etnia', 'cor' são usados tanto pelo movimento negro, quilombola e indígena, quanto nas universidades e instituições governamentais, mas sempre sob-rasura, a partir de críticas, contextualizações e desconstruções.

pesquisador não fosse, como aponta Stephan (1998), a de homem branco heterossexual com renda; assim, as universidades são espaços de representação pública, reconstruídos pela colonialidade do poder-saber e, portanto, são espaços de interdição para declarações de corporalidades, as quais, antes, sequer existiam nesses espaços.

A falta de acesso às autodeclarações aponta a atuação da colonialidade do poder-saber, em sua amplitude de atuação interna e externa (MIGNOLO 2003). Externa, porque é resultado do processo colonial, fundamentado na diferença colonial da racialização e heteronormatividade, como bases do mundo moderno cristão; e interna, porque se fortifica no regime social de democracia racial heteropatriarcal; manifestações estas da colonialidade do poder-saber, que impediam até 2012 a identificação étnico-racial de cor, e que ainda impedem, e dificultam, o nome social de docentes travestis e transexuais.

A democracia racial é a responsável no Brasil por uma proposta de “igualdade”, cerceadora de representação e participação das populações negras e indígenas, de modo a fomentar o genocídio dessas populações por sustentação de hierarquizações subalternizantes. Enquanto manifestação da colonialidade do poder, tem na tríade raça, classe social e etnia a base da organização do estado-nação, sendo, portanto, de acordo com Jurema Wenerck (2013), e agora reconhecido em políticas públicas nacionais, o “racismo institucional” que permeia a cultura, a política e a ética, nos níveis de relação pessoal, interpessoal e institucional, com efeitos devastadores, sobretudo na vida das mulheres negras e indígenas (WERNECK, p. 11, 2013).

A heteronormatividade e o heteropatriarcado, por sua vez, são mais conhecidos na crítica lésbica feminista, mas foram pensados por Lugones (2008) ao nomear a globalização como “sistema-mundo-moderno-colonial de gênero”, evidenciando que não só a raça, mas também o gênero e a sexualidade têm importância fundamental na formação da colonialidade do poder-saber. A formação das identidades é não só racializada, mas também classificada a partir do sexo, numa visão binarizada sobre gênero entre mulheres e homens, de forma heteronormativa (LUGONES, 2008); tal como afirmam Michelle Rosaldo (1995) e Sherry Ortner (1979), sempre que exista uma mulher, seu oposto complementar, pensado como superior, será um homem. Essa normativa, que impediu, por séculos, com que mulheres tivessem acesso às universidades, logo, dificulta o seu processo de ascensão, e ainda as impede da adoção do nome social, quanto às transexuais e travestis, mesmo no Currículo

Lattes, fazendo com que elas ainda sejam lidas por uma noção binária e biologizante institucionalmente.

Esse apagamento é a atuação da colonialidade do poder-saber nos quatro âmbitos básicos da vida humana: *sexo, trabalho, autoridade coletiva e subjetividade*, nos seus recursos e produtos (LUGONES, 2008, p. 18); assim, a democracia racial e a heteronormatividade patriarcal são sistemas da colonialidade do poder-saber que operacionalizam e encobrem a desigualdade social em diversas esferas, dentre as quais, a produção de conhecimento. As declarações étnico-raciais e de sexo/identidade de gênero são marcações identitárias importantes ao demonstrar as relações sociais, políticas e econômicas da ocupação dos espaços pelas pessoas. Sem elas, ainda que das 161 pesquisadoras e pesquisadores a maioria não tenha um fenótipo estereotipado de pessoas negras, pardas e indígenas, e sejam majoritariamente mulheres brancas, não é possível fazer inferências sem estar sujeita a estas armadilhas de duplo apagamento: pelo não acesso à identificação e por “não se poder falar sobre o assunto”.

O CNPq têm estatísticas sobre sexo, mesmo não fornecendo nos currículos individuais, mas nenhuma sobre raça/cor e etnia. Raça/cor só passou a ser considerado obrigatório como campo a ser preenchido no Currículo Lattes em 2013, graças à lei 12. 288¹⁵. No entanto, essa obrigatoriedade não acarretou no preenchimento efetivo. A etnia pode ser inferida pelo sobrenome das pesquisadoras e pesquisadores indígenas, os quais têm esse direito desde a Constituição de 1988, mas que encontram várias dificuldades institucionais para o registro do nome indígena; assim, por causa desses processos, não constam gráficos com estatísticas que tenham marcadores étnicos e raciais no CNPq.

Visto todos esses problemas, a autodeclaração e o acesso a ela são, nessa dissertação, um localizador político da ocupação dos espaços de fala, demonstrando que a identidade é um conceito sob-rasura, que nos diz dos processos de construção discursiva, de interpelação dos sujeitos à sua atuação e localização social e política (HALL, 2008). Nesse contexto, em função daquele duplo apagamento, aponto algumas considerações sobre os marcadores de raça e identidade de gênero, mas, tendo em vista todas as problemáticas que envolvem essa

¹⁵ A lei promulgada em 20 de junho de 2010 é o Estatuto da Igualdade Racial, trazendo 64 artigos com a função de promover a igualdade racial e combater a discriminação étnico-racial no País; é importante por reconhecer em lei o racismo e a injúria racial como crimes, assim como, regulamentar a autoidentificação/autodeclaração de pessoas como negras, pretas e pardas em órgãos governamentais.

postura, não podendo exaurir o potencial de análise desses marcadores, em função desse acesso limitado.

4.4. Sobre sexo

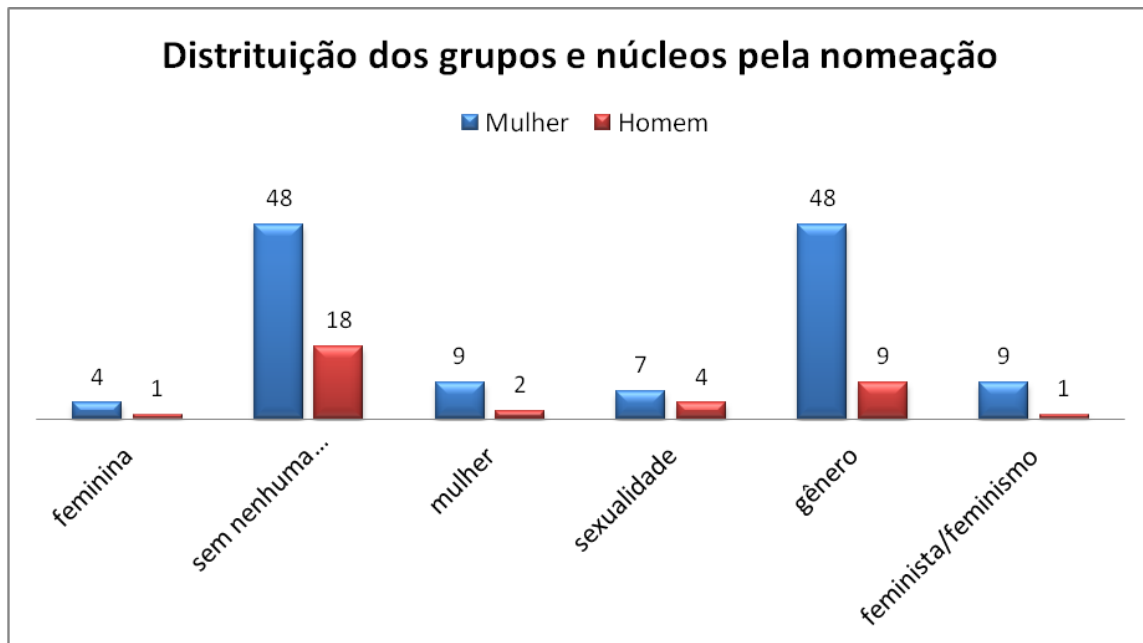
Dos trabalhos que mapeiam os grupos de pesquisa de 1980 até 1995, todos os grupos têm líderes mulheres; dos 22 grupos mapeados por Vicentini (2011), ela aponta como resultados da pesquisa a maior atuação de mulheres: de um total de 487 componentes, apenas 132 são homens, sendo a maioria estudantes – a liderança dos grupos apresentava, portanto, a maioria de mulheres (VICENTINI, 2011). Dos 145 grupos mapeados nessa dissertação, as quantidades estão expostas nessa tabela, entre líder por sexo e nome do grupo com palavra-chave:

Tabela 2: Grupos e Núcleos de pesquisa feministas distribuídos por sexo/liderança e tema central da nomeação

Temas	Mulher	Homem	Total
feminina	4	1	5
sem nenhuma identificação	48	18	66
mulher	9	2	11
sexualidade	7	4	11
gênero	48	9	57
feminista/feminismo	9	1	17

Fonte: Tabela gerada a partir dos resultados de mapeamento dos grupos e núcleos de pesquisa do Diretório de Grupos e Núcleos do CNPq em 2014.
Elaboração: Própria

Gráfico 1: Distribuição dos Núcleos e Grupos de Pesquisa por sexo/liderança e tema por palavra-chave da nomeação.



Fonte: Gráfico elaborado a partir do mapeamento dos grupos e núcleos de pesquisa no Diretório de Grupos e Núcleos do CNPq em 2014.
Elaboração: Própria.

Dos 11 grupos em que a palavra-chave é mulher, 9 das líderes são mulheres e apenas 2, homens; dos grupos que tem feminismo e feminista, num total de 10, 9 são mulheres e apenas 1, homem; dos 48 grupos que têm como palavra-chave gênero, apenas 9 são homens; dos 11 grupos em que a palavra-chave é sexualidade, 4 são homens e 7 são mulheres; e dos 48 que não têm nomeação de mulher, gênero, feminista, feminismo, feminina, 18 são homens. De todos os grupos, 17 são interseccionados com ao menos duas palavras, sendo mais comum o uso de gênero com sexualidade ou gênero com mulher.

A distribuição das tabelas aponta que homens ainda são minoria nos estudos nomeados na área de mulheres, gênero e feminismo, fator que acontece desde 1985 até 2014; apontam também que existe um número maior de homens nas intersecções entre gênero e masculinidade e gênero e sexualidade, e que é ainda maior em grupos sem nenhuma vinculação a nenhuma das palavras-chave.

No caso dos grupos que não têm nenhuma palavra-chave na nomeação, têm-se grupos multidisciplinares com temáticas variadas, dentro dos campos das ciências humanas: direitos

humanos, saúde, meio-ambiente, antropologia, direito, história, psicanálise, identidade, religiosidade, relações internacionais, teatro, território, trabalho, dança, sendo que, desses, os que mais aparecem são: saúde, identidade, educação e literatura. São grupos apontados pelo Diretório do CNPq porque têm linhas de pesquisa com alguma das palavras-chave, dentre elas ‘mulher’, sendo, portanto, os grupos com menor vinculação a feminismo; as líderes e os líderes não têm participação em eventos, nem publicações sobre o tema, resultando apenas em suas orientações de mestrado e doutorado com os temas relacionados, e por isso aparecem mapeados.

A partir dessa leitura dos grupos é possível identificar que os estudos feministas no Brasil surgem com os temas ‘mulheres e feminismo’, passando a partir da década de 1990 para grupos sobre gênero (SCAVONE, 2011), apresentando também um aumento na quantidade de grupos. Muitas feministas acreditam na passagem dos estudos de feminismo e mulheres para ‘gênero’ como uma modificação em aprimoramento dos estudos feministas a partir do tempo, tais como Bila Sorj & Maria Luiza Heiborn (1999) e Scavone (2011); acreditam que gênero teria uma conotação mais ampla, envolvendo, por exemplo, sexualidade e masculinidade, e adentraria mais áreas e disciplinas dentro das ciências, com vários outros temas, num processo de ampliação, sendo contrário a feminismo e mulheres, que estaria historicamente e politicamente vinculado especificamente a mulheres, sendo ora político demais, ora específico demais.

Mas, comparado ao longo dos anos, feminismo mantém a mesma quantidade de grupos; ocorre uma baixa com o uso de ‘mulheres’; e o uso de gênero aumenta, inclusive, por estar interseccionado a mulher, sexualidade e feminismo, mas é importante notar que a ‘categoria gênero’ está vinculada na maior parte das produções, e aparece também nas entrevistas como ‘ampliadora das discussões feministas’.

Ao fim, para a categoria gênero, pensando juntamente as outras categorias, na nomeação dos grupos e núcleos, há duas possibilidades de uso: 1) como uma categoria a mais do arcabouço teórico-metodológico feminista, não necessariamente para substituir mulher e feminismo ao longo do tempo, apenas contrariando esse jeito de narrar o feminismo na universidade, tanto que esses termos continuam em uso; ou 2) como única categoria do arsenal feminista que tem sobre si um discurso de ‘categoria neutra mais ampla’, discurso que favorece seus usos por mais grupos, principalmente para grupos de pesquisa que, como aponta

Cecília Sardenberg (2010), não estudam o ‘sujeito mulher’, ou que muitas vezes estudam, mas não tem uma proposta epistêmica localizada e querem mostrar que estão diferenciando mulheres de homens: gênero é usado em muitos casos para inferir o que vemos nos questionários como ‘sexo’, na maior parte das vezes com fundamentação mais biológica que identitária.

A nomeação dos grupos e núcleos é pensada como importante por demonstrar a passagem de uma discussão e de um comportamento feminista nas universidades; está em jogo a construção da problemática feminista na ciência, por um lado, e por outro, a homogeneização dos estudos feministas. Mas, por mais amplo que ‘gênero’ seja visto, os grupos que usam a categoria em termos de produção de trabalhos tem um viés feminista: o que acontece é a invisibilização do feminismo ou a compra do discurso de que ‘falar sobre mulheres’ é especificar demais e, portanto, ter menos abrangência, o que acaba por invisibilizar o sujeito mulher nas pesquisas.

4.5. Formação docente e circulação da produção de eventos

A análise do campo ‘formação’, nos currículos, considerando os trabalhos de conclusão de curso da graduação, mestrado, doutorado e pós-doutorado, e alguma formação complementar, aponta que a quantidade de teses e dissertações que apresentam as categorias mulher, sexualidade, gênero, feminista, classe, feminina, raça e família, em destaque, são ínfimas, sendo as cinco últimas as com menor recorrência.

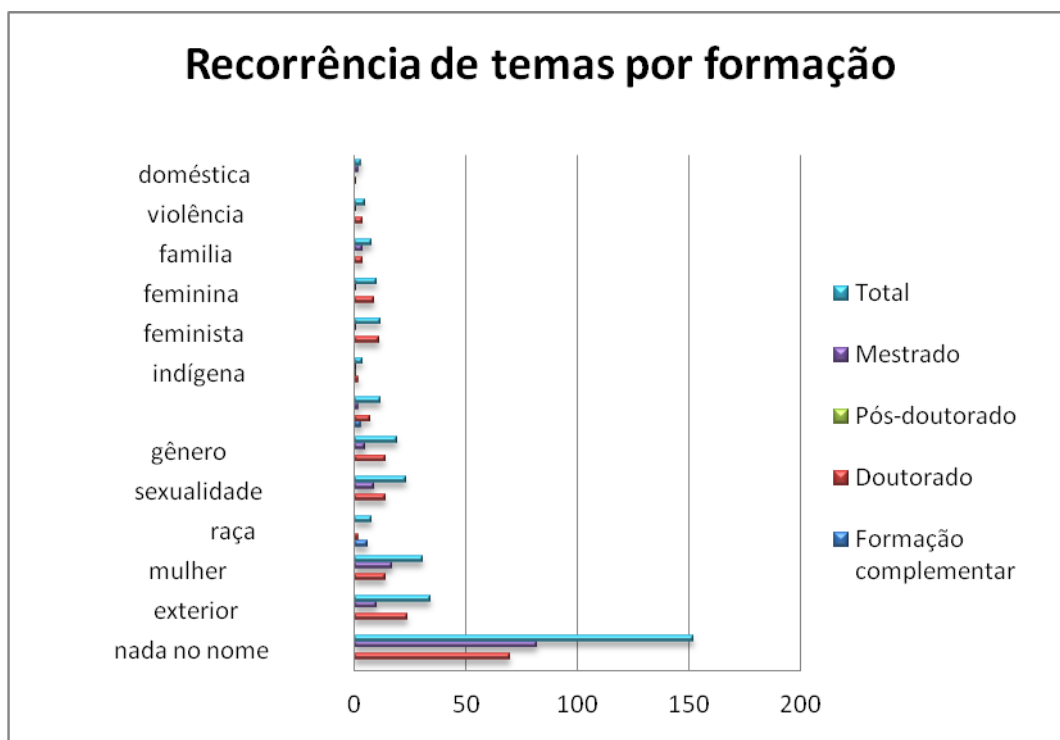
Tabela 3: Distribuição por tema dos trabalhos finais durante a formação acadêmica

Temáticas	Formação complementar	Doutorado	Pós-doutorado	Mestrado	Total
nada no nome	0	70	0	82	152
exterior	0	24	0	10	34
mulher	0	14	0	17	31
raça	6	2	0	0	8
sexualidade	0	14	0	9	23
gênero	0	14	0	5	19
classe	3	7	0	2	12
indígena	0	2	1	1	4
feminista	0	11	0	1	12
feminina	0	9	0	1	10
família	0	4	0	4	8
violência	0	4	0	1	5
doméstica	0	1	0	2	3

Fonte: Tabela elaborada a partir da análise das teses, dissertações e eventos do item 'formação' do Currículo Lattes que contém: formação complementar, doutorado, mestrado e pós-doutorado de líderes dos Grupos e Núcleos de Pesquisa no Diretório do CNPq. A formação nos cursos de Graduação não aparece porque as monografias não são obrigatórias nos currículos.

Elaboração: Própria

Gráfico 2: Temas recorrentes nos trabalhos finais de formação das lideranças dos grupos e núcleos de pesquisa



Fonte: Gráfico elaborado a partir da análise do item ‘formação’ com os itens: formação complementar, mestrado, doutorado e pós-doutorado no Currículo Lattes de Líderes dos Grupos e Núcleos de Pesquisa no Diretório do CNPq. Graduação não aparece porque não tem vinculação. Elaboração: Própria

Além dessas categorias trazidas na tabela e no gráfico, outras 17 foram informadas como importantes: América Latina, homens, movimento social, paternidade, trabalho, corpo, juventude, marxismo, *queer*, direitos sexuais e reprodutivos, mulheres na sociologia, mulheres na antropologia e formação no exterior, que foram realizadas sem a apresentação de uma tese ou dissertação, mas que aparecem, no máximo, em três produções considerando a formação, mas tendo recorrência maior no campo de produção de eventos.

As orientações chamam a atenção no campo de formação, pois embora sejam líderes relacionados a um arsenal feminista, a quantidade de orientadores e orientadoras é quase equiparada com uma discrepância maior, favorável a orientadores durante o mestrado, quando esses não orientam sobre temas feministas. E mesmo quando os temas são feministas, e as teses são sobre mulheres, gênero, sexualidade e feminismo existe uma equiparação entre

orientadores e orientadoras, o que comprova que mesmo em temas feministas, que tem poucos homens como líderes nos grupos, a formação de quem compõe os núcleos e os grupos de pesquisa remete ao processo desigual de acesso de homens e mulheres a altos postos das universidades, referendando as pesquisas de Fanny Tabak (2002, 2006) e Eva Blay (2006), que apontam as eminentes dificuldades de acesso ainda presentes no sistema universitário para as mulheres.

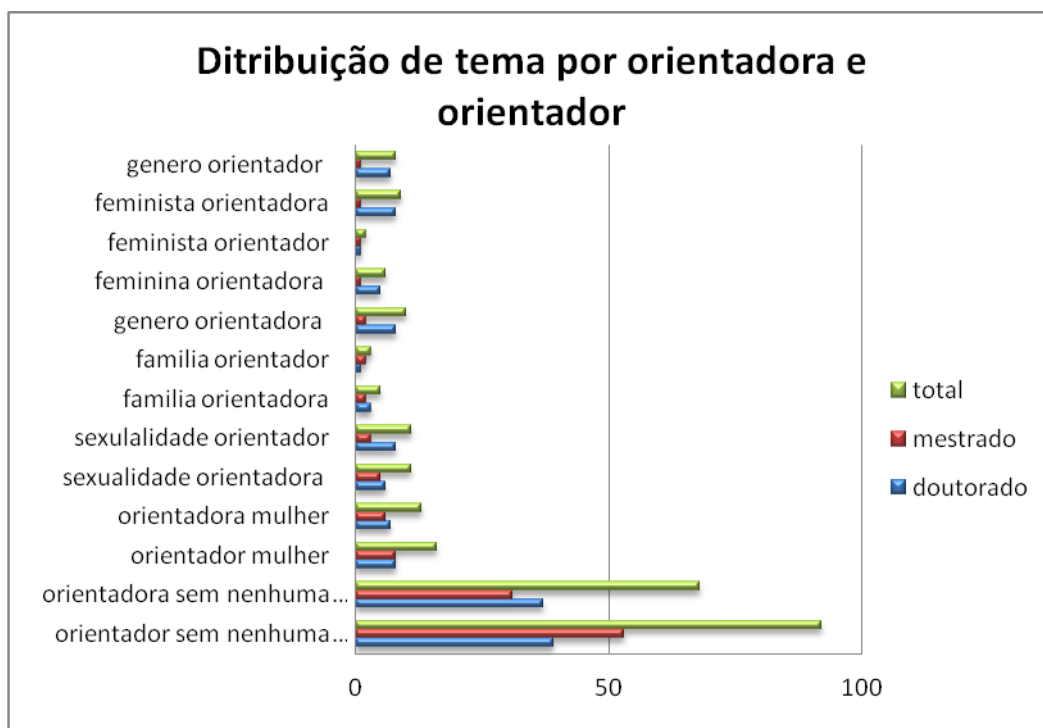
Tabela 4: Distribuição por orientação a partir das palavras-chave em teses e dissertações

Orientação e palavra-chave	Doutorado	Mestrado	Total
Orientador: sem nenhuma palavra-chave	39	53	92
Orientadora: sem nenhuma palavra-chave	37	31	68
Mulher: orientador	8	8	16
Mulher: orientadora	7	6	13
Sexualidade: orientadora	6	5	11
Sexualidade: orientador	8	3	11
Família: orientadora	3	2	5
Família: orientador	1	2	3
Gênero: orientadora	8	2	10
Gênero: orientador	7	1	8
Feminina: orientadora	5	1	6
Feminista: orientador	1	1	2
Feminista: orientadora	8	1	9

Fonte: Tabela elaborada a partir da análise do item ‘formação’ do Currículo Lattes que contém: mestrado e doutorado nos Currículos Lattes de líderes dos Grupos e Núcleos de Pesquisa no Diretório do CNPq. Graduação e pós-doutorado não aparecem porque não são vinculados a orientadoras e orientadores.
Elaboração: Própria

Mas esse acesso de feministas e mulheres a altos postos da universidade tem uma configuração demonstrada na tabela, que remete ao processo de estabelecimento de mulheres e do feminismo nas carreiras docentes, a diferença de orientadoras para orientadores é menor no doutorado, o que implicaria apontar que o problema maior de acesso a docentes feministas ainda é durante a graduação e o mestrado, porque são mais amplos, tem maior demanda de acesso, e o campo de estudo com docentes feministas ainda é restrito, portanto não é que existam mais mulheres que orientem no doutorado, mas que existe um problema na demanda por orientação em relação aos temas e à presença de mulheres e feministas nas universidades em postos de orientação. Essas relações podem ser vistas também no gráfico abaixo.

Gráfico 3: Distribuição de orientação, orientadora ou orientador, a partir das palavras-chave em dissertações e teses



Fonte: Gráfico elaborado a partir da análise do item formação: mestrado e doutorado nos Currículos Lattes de líderes dos Grupos e Núcleos de Pesquisa no Diretório do CNPq. Graduação e pós-doutorado não aparecem porque não são vinculados a orientadoras e orientadores.
Elaboração: Própria

As conclusões são muito semelhantes a pesquisas apontadas por feministas que estudam o feminismo no Brasil, e podem ser visualizadas na parte de anexos da publicação do 2º Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisa: pensando gênero e ciências (MELO, 2010). Mesmo que sejam maioria da população, as mulheres ainda não têm representação igual ou superior a homens, inclusive nos campos em que trabalham: o que quer dizer que, ainda que os estudos feministas no Brasil sejam feitos por maioria de mulheres em termos de pesquisa, produções e grupos de pesquisa, boa parte das orientações durante o processo de formação, considerando graduação, mestrado e doutorado, tem sido realizada, majoritariamente, por homens.

Mas a questão não é apenas em relação a temas sobre feminismo, e, sim, reflete um parâmetro nacional de representação de doutoras e doutores no Brasil, que, segundo o CNPq (2014), no Brasil, a maioria de docentes universitários ainda é de doutores, numa proporção de 52, 91% para homens e 47, 08% para mulheres. Os apontamentos no Anexo 4, organizados por Hildete Melo (2010), ajudam a entender o processo nacional, no cruzamento de dados entre ‘formação e distribuição de bolsas’, tendo como base o período de 2001 a 2008, Melo (2010) aponta que a quantidade de bolsas é praticamente igual entre mulheres e homens, com pouca diferença, no entanto, se a maioria de pessoas que entram nas universidades são mulheres, o equiparar de bolsas resulta no menor acesso delas à formação com financiamento.

A ‘equitativa quantidade de bolsas a partir de 2001’ não afeta ainda o processo de representação e formação desigual que aparece, por exemplo, nas lideranças de grupos, nas orientações, e nos processos de representação nas universidades de forma ampla. Essa relação pode ser vista no mesmo Anexo 4 (MELO, 2010), tendo em vista a distribuição entre mulheres e homens por liderança nos núcleos: sendo base o período de 1995 a 2008 (MELO, 2010, p. 189), a proporção de homens é maior que a de mulheres em todo o período, com mudanças de aproximação somente em 2006.

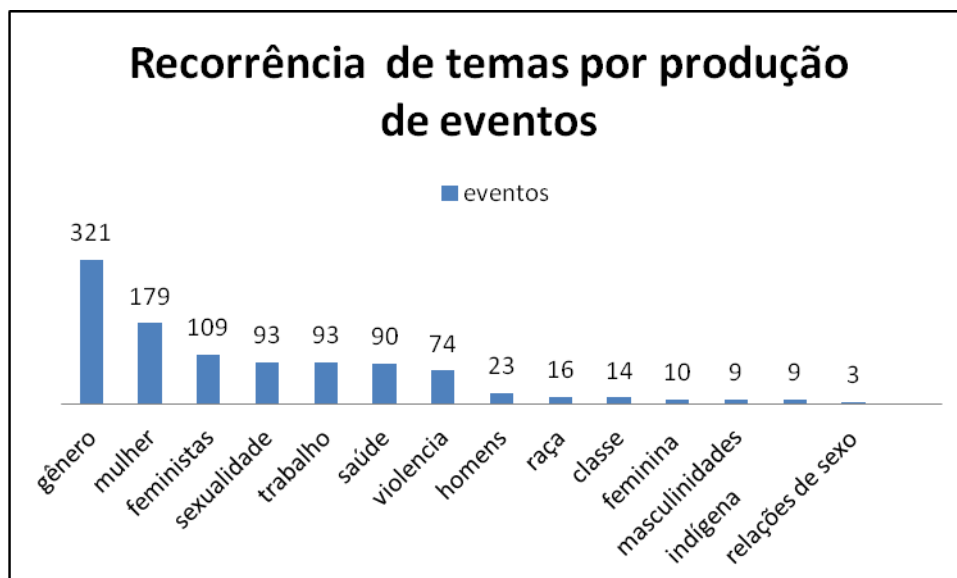
Nesse contexto, considerando orientação e temas por formação, uma das hipóteses dessa dissertação foi desfeita, qual seja, a existência de “matrizes feministas” referentes a pesquisadoras de peso em áreas feministas, que teriam repercussão na formação das pessoas que atualmente pesquisam temas com recorte feminista. Ao cabo, não é que não existam matrizes feministas brasileiras, no NEIM e no Pagu isso acontece, demonstrando que em

micro escalas é possível falar da existência de matrizes, mas ao mesmo tempo é possível evidenciar no estudo de orientações essa relação em escala nacional, o que indicaria as citações e a política de referências com essa possibilidade e não os trabalhos de conclusão de curso, portanto, a formação de ‘referências feministas’ acontece no processo de produção de pesquisas e atividades mais amplas, e durante o processo de formação, mas em escala micro. Um exemplo da formação de matrizes, a partir dos usos das referências, está nesta dissertação: existem muitas produções sobre o tema ‘produção de conhecimento feminista no Brasil’, que fazem referência às mesmas autoras, formando uma ‘rede autorizada’ sobre o tema, que são ‘obrigatórias’.

Por outro lado, os ‘eventos realizados’ têm um papel importante nesse processo de formação de matrizes, e na formação em âmbito geral, pois é neles que o feminismo, a partir da organização de grupos de trabalho, simpósios, mesas redondas e cursos, permeia a formação nas universidades mais que na formação da base, com orientação e trabalhos finais de conclusão de cursos. Dessa forma, a produção de eventos e a participação neles são de extrema importância para a institucionalização e transmissão do feminismo nas universidades, as quais ainda tem uma estrutura de base fechada para produções e atuações feministas.

Dos temas mais abordados nas monografias, teses e dissertações, gênero e mulher são os mais recorrentes, sendo gênero o dobro, precedidos por mulher e feminismo; em menor quantidade vem sexualidade, trabalho, saúde e violência; e ainda com alguma representatividade há os temas: homens, raça, classe social, masculinidade e relações de sexo.

Gráfico 4: Distribuição de temas por produção de eventos a partir da análise do Currículo Lattes de líderes dos grupos e núcleos de pesquisa.



Fonte: Gráfico elaborado a partir da análise de ‘produção de eventos’ dos Currículos Lattes de líderes dos Grupos e Núcleos de Pesquisa no Diretório do CNPq.
Elaboração: Própria

A sequência de recorrências dos temas dos eventos produzidos é interessante porque indica o processo de transmissão e repercussão do feminismo no Brasil, a partir do mapeamento de produções realizados nessa dissertação. A produção de conhecimento feminista brasileira diz de si a partir de suas categorias básicas: gênero, mulheres e feminismo, mas esse dizer de si, por sua vez, é feito em meio a reivindicações feministas presentes desde o movimento social feminista até as universidades e diz respeito às categorias trabalho, saúde, violência e sexualidade, aqui entendida nos direitos sexuais e reprodutivos. Essas reivindicações, por sua vez, tem a proposta social e acadêmica de mudar a relação de representação entre o público-privado que priva as mulheres da plena participação social nas distintas áreas sociais, e então são tensionados os temas que fecham a produção de conhecimento feminista: homens, raça, classe social e masculinidade.

Essa sequência de apresentação de temas recorrentes pode dizer, portanto, sobre a inserção feminista no Brasil e nas universidades brasileiras em seu potencial transformador para a representação e participação social de mulheres, mas também de suas principais dificuldades em dois pontos básicos: 1) a discussão e inserção efetiva, dentro do próprio

feminismo, incluindo esse hegemônico dos grupos e núcleos de pesquisa, das categorias ‘raça e classe social’; 2) a participação e atuação de homens em temas feministas de forma qualificada, assim como sua maior reflexão sobre a atuação dos homens em pensar a si mesmos na esfera de representação social.

Diante dessa discussão amplamente complexa é relevante pontuar a relação de recorrência entre as nomeações dos grupos e núcleos e a produção de eventos, a maior parte dos líderes homens que estudam grupos com temáticas de gênero interseccionam com sexualidade e masculinidade, por outro lado, as referências a esses temas é muito baixa: masculinidade só aparece em 9 eventos, dos quais todos têm participação de pesquisadores, e a maior parte dos eventos organizados por pesquisadores com temáticas feministas, sobre mulheres, gênero, feminismo, é realizado em conjunto com pesquisadoras, que, por vezes, estiveram presentes ou nos grupos de estudo e pesquisa em que participaram durante mestrado e doutorado, ou foram suas orientadoras, o que aponta dois caminhos no processo de formação e inserção de homens: a inserção deles ao feminismo é feita por pesquisadoras feministas, ou em parceria com elas, e a maior parte dos temas que tangem a masculinidade e homens que estudam gênero são sobre direitos sexuais e reprodutivos pensando homoafetividade, paternidade, ou sexualidade.

Mais que a construção de uma ‘comunidade acadêmica’, nos termos de Khun (1998), ou discussões sobre referências feministas autorizadas, a relação entre pesquisadores e pesquisadoras feministas realizarem atividades juntos evidencia não só a ‘posse da discussão’ feminista, mas a construção da rede de orientação que se forma, e redes feministas pelo Brasil, construídas pelos temas de pesquisa e solidificadas em propostas de atuação conjunta, mesmo quando atuam em diferentes universidades.

4.6. A construção do lugar: região e representação na produção de conhecimento feminista

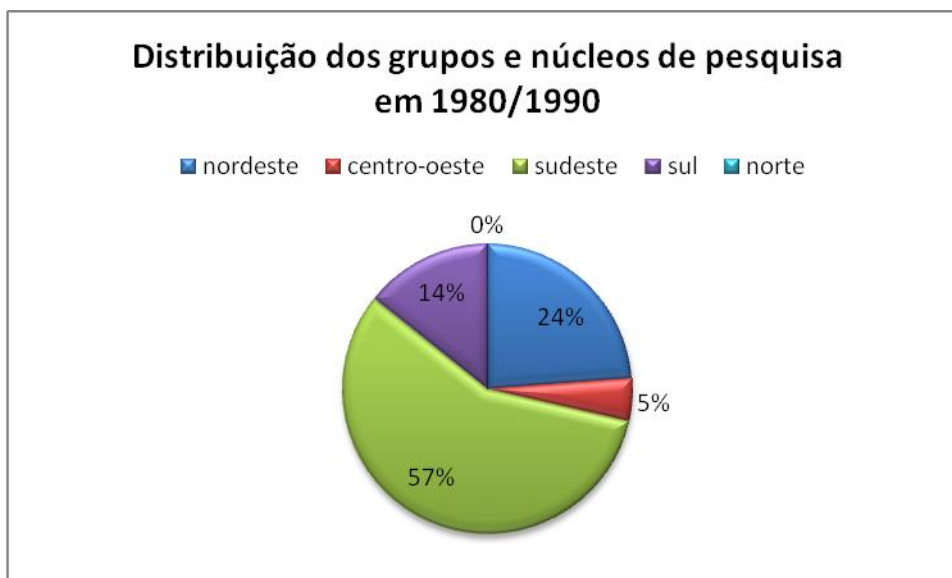
Desde os levantamentos de 1985, a sequência das regiões com maior número de grupos de pesquisa, que tem por temática gênero, feminismo, feministas, mulheres é maior entre as regiões sudeste e nordeste, depois sul, centro-oeste, e por último, tendo menos grupos, a região norte, como demonstram as tabelas.

Tabela 5: Grupos e Núcleos de pesquisa divididos por região nos estados, em 1980/1990

Nordeste		Centro-Oeste		Sudeste		Sul	
AL	1	DF	1	MG	3	RS	2
CE	1	Total	1	RJ	3	SC	1
BA	1			SP	6	Total	3
PB	1			Total	12		
RN	1						
Total	5						

Fonte: Albertina Costa e Eva Blay (1991)
Elaboração: Própria

Gráfico 5: Distribuição dos Núcleos e Grupos de Pesquisa por região em 1980/1990



Fonte: Gráfico produzido a partir da publicação de Albertina Costa e Eva Blay (1991)
Elaboração: Própria.

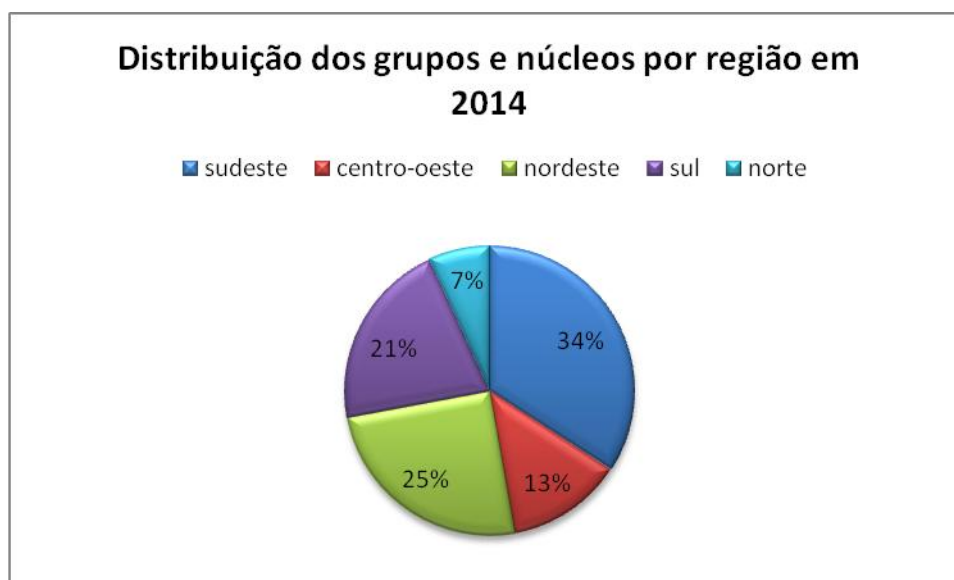
Tabela 6: Grupos e Núcleos de pesquisa divididos por região nos estados em 2014

Centro Oeste		Sudeste		Nordeste		Norte		Sul	
DF	13	ES	1	AL	2	AC	1	PR	9
GO	4	MG	17	BA	9	AM	2	RS	13
MS	2	RJ	13	CE	2	AP	0	SC	12
MT	2	SP	24	MA	3	PA	5	TOTAL	34
TOTAL	21	TOTAL	55	PB	5	RO	1		
				PE	13	RR	1		
				PI	2	TO	1		
				RN	4	TOTAL	11		
				SE	0				
				TOTAL	40				

Fonte: Tabela elaborada a partir dos grupos mapeados em 2014 no Diretório de Grupos de Pesquisado CNPq.

Elaboração: Própria

Gráfico 6: Distribuição dos Núcleos e Grupos de Pesquisa por região em 2014



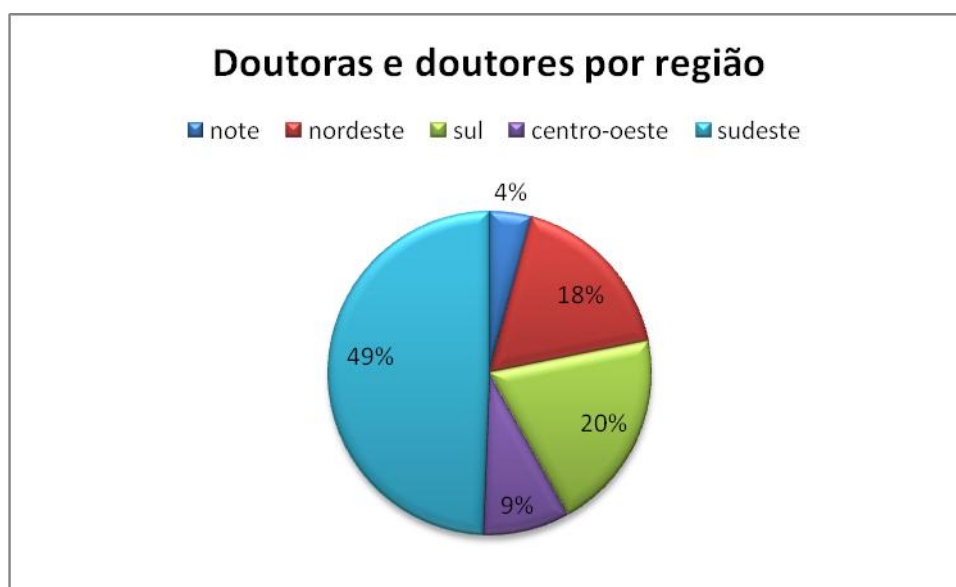
Fonte: Gráfico elaborado a partir dos grupos mapeados em 2014 no Diretório de Grupos de Pesquisado CNPq.

Elaboração: Própria.

Essa divisão em sudoeste, sul e nordeste como as regiões com maior produção, e centro-oeste e norte com menor, não demonstra só a relação de grupos com a temática

feminista, reflete a produção de conhecimento nacional, como aponta o Gráfico de Pesquisadores e Pesquisadoras divididos por Região do CNPq, que também reflete, por sua vez, a quantidade de universidades estabelecidas nas regiões, assim como o processo de implantação e de financiamento destas. Como podemos perceber nos gráficos acima, até 1990 sequer existiam grupos de produção feminista no norte, a região que ainda tem a menor quantidade de grupos, mesmo que existam, conforme podemos ver na formação do REDOR através do NEPEM, não são apontados os demais grupos da região norte nas pesquisas de Miriam Grossi e Sônia Miguel (1998) e de Albertina Costa e Eva Blay (1991), enquanto a região nordeste foi a região que mais cresceu, passando a região sul, embora a produção seja concentrada em algumas cidades, as capitais dos estados: Pernambuco, Bahia, Paraíba e Rio Grande Norte. A concentração em apenas algumas cidades, nas capitais, é uma prática comum às demais regiões, o que aponta ‘centros urbanos’ dessas regiões, pois as universidades em áreas rurais são raras, as poucas que existem são mantidas pelos próprios estados, as universidades estaduais, ou privatizadas, e não tem uma variedade alta de cursos.

Gráfico 7: Distribuição de doutoras e doutores por região cadastrados no CNPq em 2014.



Fonte: Gráfico de doutoras e doutores por região do site do CNPq, estatísticas por região (2014).
Elaboração: Própria

O gráfico do CNPq, referente a toda produção nacional em currículos, espelha os gráficos com os currículos das líderes dos grupos e núcleos de pesquisa, que, por sua vez,

espelham os dois – a distribuição de universidades pelo Brasil, pois de acordo com o gráfico de doutoras e doutores do CNPq (2015), tendo por base as instituições cadastradas até 2014, a sequência de regiões em proporção de representação é a mesma: sudeste tem mais doutores – não há informações sobre gênero -, são 48.473, seguido pela região nordeste, com 21.719, depois vem a região sul, com 19.498, e por último a centro-oeste, com 8.123, e a norte com apenas 5.079; a diferença entre a região sudeste e as outras regiões é estrondosa: ao passo que somente o Rio de Janeiro, com 13.507, e São Paulo, com 21.749, têm mais doutores e universidades que todas as outras regiões do País (CNPQ, 2014).

Os gráficos com a quantidade de regiões demonstram a organização espacialmente complexa, resultante do processo de colonização do Brasil e da atuação da colonialidade do poder-saber: as universidades estão em áreas de urbanização e concentração de cidades, construídas como centrais de agrupamentos e instituições com peso político-econômico-social. Mas essa distribuição também aponta que mais grupos estudam feminismo/feminista/mulheres/gênero no nordeste do que a região sul e mesmo na região sudeste, que tem maioria, porque demonstra o nordeste como a região com maior concentração de produção feminista, tendo ONGs importantes para história do feminismo brasileiro, como a SOS Corpo de Recife, as Loucas de Pedras Lilás, uma das regiões de maior impulso a criação e organização da Articulação Nacional de Mulheres Brasileiras, a Rede Redor, e o NEIM, que originou o primeiro e único programa exclusivo de pós-graduação feminista e o primeiro, e único, curso de graduação.

Por outro lado, a baixa quantidade de grupos e núcleos de pesquisa nas regiões centro-oeste e norte não indica por si só a inexistência de grupos de pesquisa, mas aponta, sim, a formação colonial recente dessas regiões, quando comparadas às regiões sul, sudeste e nordeste, acompanhada da construção dessas regiões como ‘atrasadas’. Em trabalho sobre as ‘interpretações dualistas do Brasil’, Selma Sena (2003) explora como são construídas essas ‘diferenças regionais duais no País’ através da literatura e do pensamento social, que interpretam a colonização como ‘o processo de desenvolvimento de algumas áreas em detrimento de outras, vistas como atrasadas, arcaicas’ – é uma divisão entre o litoral e sertão (SENA, 2003).

As regiões litorâneas sudeste e nordeste tiveram os primeiros estados colonizados do Brasil, eram regiões portuárias, sendo a região sudeste e sul as que também receberam o

maior número de imigrantes europeus séculos mais tarde, enquanto a região norte e centro-oeste são as regiões mais ‘recentes’ do País, ainda que tivessem províncias desde o século XVI: como em Goiás, foram invisíveis a urbanização, como aponta Sena (2003): eram vistas como selvas que deveriam ser conquistadas e adentradas, imaginário que se solidifica na regionalização em que essas regiões são vistas como ‘atrasadas, rudes, inferiores’¹⁶.

Mas essa concepção de sertão e selva que norte e centro-oeste têm também é colocada ao nordeste, mesmo sendo uma das primeiras regiões colonizadas do Brasil, e cede colonial por alguns anos: Salvador era centro administrativo, passando depois para o sudeste, no Rio de Janeiro. Os resultados e condicionamentos desse processo de colonização resultam numa regionalização hierarquizante, estritamente vinculada ao processo de racialização da organização colonial, como responsável por fazer do nordeste, norte e centro-oeste as regiões mais exploradas, com os menores investimentos federais/nacionais por séculos, o que, não por acaso, está atrelado ao maior percentual de população negra e indígena no Brasil, segundo o IBGE (2015) e o site Povos Indígenas no Brasil (2014).

Ainda hoje essas regiões são consideradas ora sertão arcaico, pouco desenvolvido, ora melhor ponto turístico, assim como a maioria de suas populações passam distintos e complexos processos de invisibilização e inferiorização, potencializado quando a questão são os grupos organizados de resistência, desde o processo colonial, como é o caso das populações indígenas e quilombolas, que só passam a frequentar universidades, por serem vistas como capazes pela Constituição Federal, em 2001.

E se por um lado as regiões hierarquizam diferenças, exaltando ‘regionalismos’, a construção do estado-nação vem, como aponta Selma Sena (2003), conquistar, subordinar e homogeneizar territórios, grupos étnicos e espaços simbólicos (SENA, p. 124, 2003). Por vezes, o próprio processo de ‘nacionalização do Brasil’ serviu de enriquecimento de capitais no sudeste, em que a corte de Portugal se estabeleceu, enquanto essas mesmas capitais eram subordinadas a Portugal. O processo de colonização delimita a formação geopolítica do conhecimento em um processo de relação internacional, com colonizadores e local entre as regiões: como aponta Mignolo (2003) e Lugones (2008), as relações coloniais da formação do

¹⁶ É preciso ressaltar ainda que a região centro-oeste tem um duplo processo de apagamento, porque é sede do Distrito Federal, que por vezes é ‘colocado fora da identificação ‘sertão’, mas somente o DF, o que influencia no processo de construção e financiamento, podendo ser apontando na representação acadêmica nacional que a Universidade de Brasília tem.

sistema-mundo-moderno-colonial de gênero são um complexo de ações de racialização e inferiorização na construção de ‘margens internas e externas’, as diversas hierarquizações discursivas brasileiras que constroem o sudeste e o sul regiões opostas e superiores ao nordeste, centro-oeste e norte são resultantes do processo colonial, ainda em atuação, reformulando as margens internas desse processo.

A ‘ausência de grupos feministas nessas regiões’ deve ser entendida, portanto, a partir de um duplo processo de invisibilização e silenciamento também de suas populações e agrupamentos. A Rede Redor é uma das redes pensadas para fortalecer e fomentar grupos e núcleos de pesquisa, assim como de estreitar vínculos; essa criação conjunta entre nordeste e norte indica que já existiam relações de produção entre integrantes dessas regiões quando a rede foi criada, ou seja, desde 1994, (ESMERALDO, 2010); assim como a região centro-oeste tem na experiência de ONGs voltadas para o ensino e extensão o indicativo de uma atuação nas universidades desde a década de 1980, período inicial de surgimento dos grupos e núcleos por todo o Brasil: uma das atuações de parceria entre ONGs e universidades resultou, no centro-oeste, na criação do Programa Interdisciplinar da Mulher: Estudos e Pesquisas (PIMEP), na década de 1980, e do Ser-tão, núcleo de estudos criado em 2010¹⁷.

Não está em jogo, ao apontar a baixa quantidade de grupos, a atuação ou existência de grupos nessas regiões, mas um processo mais amplo de complexidades, que resultaram nessa geopolítica dos espaços; a colonialidade do poder-saber atinge a produção de conhecimento especialmente em relação à racialização de gênero, porque não atinge somente as regiões, mas a produção de conhecimento nos núcleos. Esse processo é indicado, por exemplo, na ínfima quantidade de referências a racial, feminismo negro, feministas negras nos nomes, nas teses e dissertações e na produção de eventos, mas também está presente na representação das equipes que compõem os núcleos: os fenótipos étnico-raciais de cor das pesquisadoras e pesquisadores é o de pessoas brancas.

4.7. O processo de racialização e a colonialidade do poder-saber

¹⁷ A data de criação do Núcleo de estudos e pesquisas é 2006, mas o cadastro como grupo de pesquisa no CNPq é de 2010 quando são criadas as linhas de pesquisa que contemplam os termos feminismo e feminista em suas designações.

O início desse capítulo foi marcado pela invisibilização das autodeclarações de sexo e étnico-racial de cor, e o fim é marcado pela ausência da discussão de raça e feminismo negro dentro dos grupos, tendo em conta os campos estudados nos currículos. A categoria raça aparece somente em 2 grupos, Grupo de Pesquisa de Estudos Literários e de Gênero, de Raça e Geracionais, do Acre, e Padê: estudos em raça, gênero e direitos humanos, do Distrito Federal. Dos 161 currículos, não há vinculação a raça ou racial em nenhuma dissertação, e apenas 2 teses, “Festa, turismo e identidade em Salvador da Bahia. Os ‘pobres’ do comércio de rua na ‘mega festa’ carnaval: população negra e informalidade”, de 2013, e “Aquarela do Brasil”, de 1997.

A maior recorrência é em relação aos eventos, 11: o primeiro é realizado em 2000, O Desafio da Diferença: Articulando Gênero, Raça e Classe, em que Cecília Sardenberg e Heleieth Saffioti organizaram o GT ‘Dealing with Differences in Feminist Theory and Praxis’; em 2003, acontece o X Seminário do NETMAL – Gênero, Raça e Etnia, organizado por Sandra Duarte de Souza; em 2005, o Seminário de Formação: Gênero, Raça e Cidadania no Combate à Violência nas Escolas, por Ana Alice Costa; e o Seminário saúde da população negra, organizado por Silvia J. e Edson Cardoso; em 2006, a Jornada sobre Discriminação Racial, Violência, Gênero e Saúde na Adolescência; em 2007, o Pensamento Feminista Negro, organizado por Eva Blay e Romio Rios Flávia; e a organização e coordenação da mesa redonda "Vestígios de uma história colonial: questões de gênero e raça", organizado por Simone Schimidt e COSTA, C. L. ; PADILHA, L. C ; em 2008, a mesa-redonda Mulher negra e pobre: narrativas de violência no século XX, organizada por Lia Zanota, Cláudia Lima Duarte e Cury, M.; em 2009, o I Seminário Internacional Gênero, Raça, Classe e Identidade Social França e Brasil, e a atividade Políticas Públicas e Igualdade: raça e gênero no enfrentamento à pobreza, organizado por Daniela Auad e Junior Curado; em 2013, o I Congresso de Pesquisadores(as) Negros(as) da Região Sul, organizado por Anselmo Peres.

A quantidade de realização de eventos é muito alta para resultados tão baixos, mesmo que os temas tratados tenham a variação de saúde da população negra, feminismo negro, a relação e estudo entre raça, gênero e classe social, têm poucos temas na amplitude de pautas do movimento negro feminista. A relação com étnico e indígena é semelhante: apenas 2 teses, no doutorado, tem as palavras-chave, sendo a maior recorrência em eventos, aparecendo em 9 eventos, e por fim o mesmo acontece com classe social, mais presente nas teses, com 7, do

que em eventos, com apenas 4 eventos. Essa baixa quantidade apresenta números bem distantes dos temas mais abordados na produção de eventos, teses e dissertações que são sobre gênero, feminismo, sexualidade, e saúde, por exemplo.

Seria possível dizer que raça, classe e etnia são conceitos que aparecem nas discussões, mesmo que não apareçam nos títulos, nem na descrição de áreas e temas, mas como aparecem categorias feministas, mulher, gênero, feminista, a questão se volta para a representação das discussões raciais nas universidades e no Brasil, apontado para a Democracia Racial Heteropatriarcal como o principal agente dessa invisibilização, como já foi ressaltado; e indica, nas universidades, não só a falta de acesso, mas uma produção de saber eurocentrada e branca, indicando acessos e restrições à produção: não que essas produções não existam, mas que a busca e a abordagem realizadas nessa dissertação não levaram a esses grupos e propostas. São várias as referências de feministas negras no Brasil, mas em alguns casos suas produções não constam no Currículo Lattes, mesmo que sejam autoras amplamente citadas como Sueli Carneiro, Jurema Werneck e Nilma Lino Gomes ou tenham sido imortalizadas nas produções e no movimento social como Lélia Gonzalez e Beatriz Nascimento.

Jurema Werneck (2003; 2013) e Nilma Lino Gomes (2010; 2011) apontam que parte da questão é resolvida ou invisibilizada pelos próprios processos de pesquisa, porque a produção de saber da população negra brasileira, das pesquisadoras e pesquisadores, por vezes, é uma produção que deveria ser entendida nos interstícios das relações de diáspora africana, em que, assim como a população indígena a produção de conhecimento, é mais ampla que os padrões eurocentrados de ‘escrita, práticas e corporalidades brancas’, e que, portanto, teríamos que ter em vista outras formas de produzir, pesquisar e repassar conhecimento: tais como a oralidade e distintas formas de corporalidade.

Durante o VII Latinidades¹⁸, Jurema Werneck apresentou na conferência ‘Legado das Ialodês: samba e resistência feminina’ a problemática quanto a pesquisas sobre mulheres negras no Brasil em processos de participação social pela resistência, apontando que, por vezes, os espaços de poder e resistências que ocupavam precisa ser pensado por outras vias e

¹⁸ Um festival anual, desde 2008, que nasceu como ação para o dia da Mulher Negra Latinoamericana e Caribenha, tendo por proposta ser um espaço de debates e convergências de iniciativas da sociedade civil e do Estado, na promoção do combate ao racismo e da igualdade racial: mais informações podem ser obtidas no site do evento. Disponível em: <<http://afrolatinas.com.br/festival/>>. Acesso em: dez. 2014.

formas que não só a acadêmica, que não só ONGs e associações. Ela chega a pontuar que a nomeação de ‘feministas’ teria que ser revista, porque a força e influência das mulheres negras no samba, sua pesquisa, perpassa processos de construção social do fortalecimento de comunidades inteiras, culminando numa representação de empoderamento e tomada de decisão das mulheres negras bem distinta do apagamento usual de produções sobre o feminismo, ou a resistência e participação de mulheres negras no Brasil.

Mas a questão não é só a forma de produção e pesquisa, ou os estudos sobre os processos de resistência continuados, já que, as populações negras, do movimento negro e do movimento negro feminista, entram nas universidades também a partir de 1970, se estabelecendo em maior número e produção em 1990: como aponta Nilma Lino Gomes (2010), a questão está centralizada no racismo institucional, que resulta em apagamentos compulsórios, prova disso é essa dissertação, uma vez que os grupos que estudam raça e gênero não apareceram na busca realizada no CNPq.

Nilma Lino Gomes aponta esses questionamentos ao refletir sobre a produção de intelectuais negras e negros no Brasil, que estão diante de uma ‘monocultura do saber’ e de uma produção de conhecimento racializada, a qual, nos séculos XIX e XX, foi lugar basilar de “pseudo-teorias raciais que, naquele momento, atestavam a existência de uma suposta inferioridade e superioridade racial”, servindo “como um instrumento de dominação, discriminação e racismo” (GOMES, 2010. p, 421). Para ela, a universidade ainda é esse espaço de luta política, e tem como um de seus maiores desafios atuais o combate à democracia racial que adentra o sistema de ensino dominado por ideias, citações e atuações da branquitude; o combate à ‘objetificação’ de pesquisadoras e pesquisadores negras; e o combate a um arsenal de saber hegemônico disposto em relações de poder por diferentes marcadores, como classe, idade, raça, e gênero (GOMES, 2010, p. 437-38).

Considerando a ínfima quantidade de referências a racial, raça, feminismo negro, feministas negras, aos resultados da localização regional dos núcleos e grupos de pesquisa, podemos levantar o quanto a produção de conhecimento é atrelada a geopolíticas moldadas pela colonialidade do poder-saber, entendida no processo de racialização em que formou o sistema-mundo-moderno-colonial de gênero em que as mulheres negras e indígenas são mais invisibilizadas em suas produções, numa complexa junção de apagamentos de suas obras, corporalidades e atuações.

Pelo fato de os Estudos Feministas e de Gênero no Brasil terem nascidos vinculados à luta Feminista e/ou à luta pela consolidação de um Estado Democrático, eles mantiveram, em sua maioria, um compromisso político acadêmico, ao realizar pesquisas que dão visibilidade aos problemas sociais ligados às relações de gênero (SCAVONE, 2011, p. 2).

(..) entendendo a academia como um espaço privilegiado de produção do saber científico sob a égide da racionalidade ocidental moderna e que, ao mesmo tempo, é espaço de expressão da branquitude podemos levantar um questionamento: quais são as possibilidades e perspectivas reais da universidade, enquanto espaço acadêmico, vir a desempenhar o papel de instituição capaz de articular os saberes oriundos de outras tradições e universos sócio-raciais, sem hierarquias e discriminações (ABID: 2005) ? A universidade e sua estrutura organizacional, curricular e de poder nos permite isso? Ela é capaz de redefinir-se por dentro? (GOMES, 2010, p. 436)

5. Conversas e controvérsias: as entrevistas como espelho da Plataforma Lattes

Conjunto a análise dos núcleos e grupos de estudo, via Diretório de Núcleos e Grupos de Pesquisa do CNPq, foram analisadas sete entrevistas junto a textos e informações presentes nas páginas oficiais dos núcleos: Núcleo de Identidade Gênero e Subjetividade (NIGS/SC), Núcleo de Família, Gênero e Sexualidade, (FAGES/PE); Núcleo de Pesquisas em Gênero e Masculinidades (GEMA/PE); Núcleo de Estudos em Gênero (PAGU/SP); Núcleo de Estudos

Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM/BA); Núcleo de Estudos e Pesquisa em Gênero e Sexualidade, (Ser-tão/GO) e o Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre a Mulher e Gênero (NIEM/RS), em que foram entrevistadas nove mulheres e dois homens, correspondentes as regiões sul, nordeste, norte e centro-oeste.

A escolha por esses núcleos, e não outros grupos e núcleos, aconteceu mediante retorno aos e-mails de contato enviado e acabaram por representar a dificuldade de entrar em contato com pesquisadoras de outros estados e regiões para a realização da entrevista durante a escrita da dissertação, e mais uma vez colocou em risco a representação das regiões. As entrevistas também foram realizadas apenas com núcleos de pesquisa por fatores relacionados a tempo de entrega da dissertação e verba para sua realização. Mas, ao mesmo tempo, as entrevistas com estes núcleos indicam que existe a solidificação maior de núcleos do que grupos de pesquisa, assim como a maior atuação dos primeiros em função do seu caráter interdisciplinar em sua base, pois, os núcleos são formados por pesquisadoras e pesquisadores de distintas faculdades/áreas, diferente dos grupos de pesquisa que são formados apenas por uma pesquisadora ou pesquisador e estudantes.

Mesmo com essas dificuldades de acesso a mais pesquisadoras e grupos a quantidade de pessoas entrevistadas é representativa da atuação do feminismo brasileiro a partir do surgimento dos núcleos e grupos de pesquisa, porque os sete, aqui referendados, representam alguns dos processos de entrada e estruturação feminista nas universidades em âmbitos de escala nacional de 1980 até 2010, tal como demonstram as pesquisas de Eva Blay e Albertina Costa (1991), Heloá Vicentine (2009) e Sardinha (2012). Alguns foram criados em 1980 e ainda tem a atuação das fundadoras e fundadores, é o caso do NEIM, FAGES e NIEM; alguns foram criados em 1980 e reeditados em 1990 e 2000, é o caso do NIGS; alguns foram criados em 1990, quando acontece o boom de criação de núcleos e grupos de pesquisa como é o caso do Pagu; outros, por fim, surgiram no fim de 1990 até começo de 2010 e podem ser pensados como grupos com liderança mista, homens como fundadores e produção em temáticas de sexualidade, masculinidade e feminismo, é o caso do Ser-tão e do GEMA.

O Quadro 3 traz essa localização dos núcleos considerando o ano em que foram fundados, o estado e as pessoas que foram entrevistadas, maioria mulheres. O FAGES e o Pagu tiveram três pessoas entrevistadas em função da disponibilidade, no caso do Pagu, e na realização de uma entrevista coletiva, no caso do FAGES.

Quadro 3 – Núcleos de pesquisa universitários e pessoas entrevistadas

NEIM		
1984	Núcleo de estudos Interdisciplinares sobre a mulheres Alda Brito Motta	(BA)
NIEM		
1984	Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre a Mulher e Gênero Jussara Prá Reis	(RS)
PAGU		
1990	Núcleo de Estudos em Gênero Adriana Pscitelli Iara Beleli Angela Carneiro Araújo	(SP)
NIGS		
1991	Núcleo de Identidade Gênero e Subjetividade Miriam Pillar Grossi	(SC)
FAGES		
1993	Núcleo de Família, Gênero e Sexualidade Russell Perry Scott Judith Chambliss Hoffnagel Marion Teodósio de Quadros	(PE)
GEMA		
1997	Núcleo de Pesquisas em Gênero e Masculinidades Benedito Medrado	(PE)
Ser-tão		
2006	Núcleo de Estudos e Pesquisa em Gênero e Sexualidade Eliane Gonçalves	(GO)

Fonte: Quadro elaborado a partir do relatório da pesquisa Estratégias de Transmissão intergeracional no Feminismo Brasileiro coordenada por Eliane Gonçalves (2014)

Elaboração: Própria

As entrevistas foram realizadas, com roteiro aberto, priorizando perguntas sobre transmissão geracional do feminismo no Brasil a partir da atuação dos núcleos e grupos de pesquisa, ONGs e movimentos sociais. Podem ser divididas em três blocos pensados junto a transmissão do ideário feminista no tempo: 1) primeiros contatos e referências de inserção no feminismo; 2) fundação e atuação do núcleo; 3) arsenal e metodologia feministas usadas no núcleo e nas universidades; 4) conflitos e inovações geracionais.

Ainda que algumas perguntas sejam voltadas para transmissão geracional, o roteiro aberto auxiliou na demonstração do quanto esse tema é referendado pela discussão sobre produção de conhecimento feminista, não sendo por acaso o surgir de questões vinculadas a metodologia e epistemologia feministas durante as entrevistas, assim como perguntas sobre suas trajetórias individuais no feminismo, e a partir dessas narrativas foi possível repensar os capítulos três e quatro. Assim, ainda que as entrevistas não tenham sido realizadas somente por mim, não tivessem uma proposta fechada de roteiro para esta dissertação, a análise delas se mostrou de extrema importância ao indicar o quanto núcleos de pesquisa são complexos em sua atuação, apontando para a afirmativa de Esmeraldo (2010) sobre os grupos e núcleos atuarem como a base sólida de inserção e sustentação do feminismo nas universidades brasileiras.

Nesse pequeno número frente aos 161 grupos e núcleos analisados, os sete núcleos representam a vasta atuação feminista na produção de eventos nacionais e internacionais, publicações, redes feministas, linhas de pesquisa, programas de pós-graduação e graduação e parcerias com ONGs. A atuação deles nos programas de pós-graduação é nas áreas de sociologia, ciência política, antropologia e psicologia em que estão vinculados em suas universidades, seja em linhas de pesquisa com arsenal feminista, seja vinculado ao próprio programa de pós-graduação, que é o caso do NEIM que criou em 2005 o Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo.

São núcleos importantes também na manutenção e circulação de publicações feministas em revistas, como é o caso do *Cadernos Pagu* e da *REF* e em livros como a *Coleção Bahianas* (SCAVONE 2011). Demonstrem ainda em suas trajetórias de atividades e surgimento a construção de parcerias e apoios com movimentos sociais diversificados e movimento feminista, várias ONGs importantes em suas regiões e na história do feminismo brasileiro construíram atividades coletivas com os núcleos ou foram importantes na construção destes, essa relação é ainda mais explícita no caso do FAGES, pela relação de proximidade com o Instituto Papai¹⁹, e o Ser-tão pela relação de parceria com o *Colcha de Retalhos*²⁰ e o *Transas do Corpo*²¹.

¹⁹ O Instituto Papai foi fundado em 1997, como um projeto de extensão coordenado por Bendito Medrado e Jorge Lyra, se tornando um Instituto independente em 1998, se fortalecendo como uma das ONGs mais importantes do Brasil nas discussões sobre sexualidade, e direitos reprodutivos correlacionados a

A análise dos núcleos de pesquisa a partir das entrevistas mostra enfim a influência dos núcleos e do feminismo nas universidades por outras instâncias além da pesquisa, extensão e orientação. Aponta que existe um fluxo do ideário feminista que passa pela militância na graduação, em grupos de estudantes; pela formação e inserção do ideário feminista nos currículos e disciplinas e passa; pelo requerimento, financiamento e apoio de atividades dentro das universidades em que estão. A partir dessa atuação ampla muitas narrativas recorrentes sobre feminismo nas universidades e feminismo nas universidades brasileiras é posta em desconstrução como ‘as etapas do feminismo a partir das décadas’ e o ‘atraso do feminismo brasileiro em relação ao feminismo europeu e norte-americano’. A seguir esses pontos são apresentados numa proposta que tenta complementar as entrevistas com informações sobre os núcleos presentes em seus sites oficiais.

5.1. Militantes desde a graduação: feministas gestadas pela resistência

A visão dos núcleos de pesquisa apenas pela análise dos Currículos Lattes e pela produção textual feminista brasileira não aponta as relações de contato e atuação diária das pesquisadoras e pesquisadores nas universidades, invisibilizando a atuação fundamentada no arsenal feminista, que é anterior aos núcleos e exterior a eles, como acontece durante a formação de estudantes. Nesse sentido, as entrevistas de Adriana Piscitelli (2013)²² e Jussara Prá (2014) afirmam que a institucionalização do feminismo nas universidades brasileiras

masculinidades, mais informações podem ser obtidas no site. Disponível em: <http://institutopapai.blogspot.com.br/>. Acesso em: dez.2014.

²⁰ O Colcha de Retalhos foi criado por estudantes de vários cursos de graduação da Universidade Federal de Goiás em 2004, e atuou na instituição e em Goiás na promoção da igualdade e combate a violência a lésbicas, gays, travestis e transexuais. Foi encerrado em 2014 e parte de seus integrantes compõe atualmente o Coletivo Todaxs, mais informações podem ser obtidas no site. Disponível em: <https://www.facebook.com/coletivotodxs?fref=ts>. Acesso em: dez. 2014.

²¹ O Grupo Transas do Corpo - Ações Educativas em Gênero, Saúde e Sexualidade é uma ONG, criada em 1987 com atuação feministas nas áreas de saúde e direitos sexuais e reprodutivos das mulheres por meio de ações educativas, culturais e de pesquisas, mais informações podem ser encontradas no site do grupo. Disponível em: <http://www.transasdocorpo.org.br/>. Acesso em: dez. 2014.

²² O ano em parênteses nesse capítulo significa o ano em que a entrevista foi realizada e menciona o que não foi possível trazer transcrito de suas próprias palavras.

aconteceu e ainda acontece a partir de disciplinas, cursos e grupos de pesquisa como espaços de transmissão e reivindicação do feminismo.

Para além dessa atuação nas disciplinas, Ângela Carneiro Araújo (2013) e Jussara Prá (2014) apontam em suas entrevistas que existe uma formação feminista anterior às universidades e que teria atualmente formas próprias de se transmitir, pois enfatiza as redes sociais, que são mais efetivas do que as estratégias de ONGs que atuam desde a década de 1980:

Uma coisa que eu percebo é essa das redes sociais, e essa é uma estratégia que a gente não tinha acesso, e hoje os grupos mais antigos que perduram como União de Mulheres, SOS corpo de Recife enfim, apesar delas terem um site elas não tem uma presença tão forte nas redes sociais como tem as vadias, as blogueiras feministas, são grupos que tem uma difusão uma repercussão nas redes que é muito importante e os outros grupos não tem, não consegue, difundir as suas bandeiras sua atuação e etc (Angela CANEIRO; PAGU, 2013).

Essa reflexão de Araújo durante a entrevista sobre um uso maior e mais popular de redes sociais por feministas jovens chega às universidades. Estudantes de graduação têm outras maneiras de aprender e militar sobre feminismo que são levadas para o espaço universitário e influenciam na formação de grupos de atuação. Às vezes, antes de entrar em contato com disciplinas e docentes, que tratem o tema, elas já tiveram contato com feminismo ou mesmo são militantes em espaços anteriores, sendo a mais citada, nas entrevistas, a participação e organização, em estados diferentes, da Marcha das Vadias²³.

A atuação recente de estudantes na Marcha das Vadias faz referência a um processo anterior mais complexo que deu origem aos núcleos e grupos de pesquisa nas universidades: a formação de coletivos dentro das próprias universidades como instâncias de militância feminista. Esses coletivos nascem a partir de distintas demandas e atuações conjugadas: lidar com processo de hierarquia de fala e participação de mulheres nos espaços acadêmicos; combater a violência institucional que vai da ausência de autoras nas disciplinas ministradas

²³ A Marcha das Vadias é uma manifestação em marcha pelo combate à violência contra mulheres, justificada pela diferença hierárquica dos usos da sexualidade. Inspirada na manifestação *Slut Shaming*, que aconteceu em Toronto no Canadá, contra um policial que acusou uma vítima de estupro de ter ‘provocado por se vestir como uma vadia’, a Marcha das Vadias acontece também desde 2011 por diversas capitais do Brasil durante o primeiro semestre do ano e é reconhecida pela alta participação de jovens mulheres brancas.

até assédio moral e sexual; elaborar estratégias de acolhimento e reconhecimento de suas identidades em relação à sexualidade e negritude; ampliar o uso do espaço universitário para a população no entorno das universidades.

Essa amplitude de possibilidades na atuação dos grupos estudantis foi retirada de informações das entrevistas de Adriana Piscitelli, Ângela Maria Carneiro Araújo, Jussara Prá e Miriam Grossi, quando mencionavam a atuação militante de discentes, mas também é encontrada nos manifestos e materiais produzidos por grupos de graduação feministas e em produções acadêmicas sobre a conquista das mulheres ao espaço universitário, como o texto de Adriana Marrero (2012) que estuda a subjetivação e participação de mulheres em salas de aulas. Mas também está presente na descrição de formação dos núcleos de pesquisa, apontando que a relação dos núcleos com a graduação foi um pontapé inicial na existência de alguns, como é o caso do Pagu, que surgiu e se fortaleceu sob essas duas bases: movimento feminista de estudantes e orientadoras feministas que proporcionavam discussão com arsenal feminista em encontros, grupos de estudo e atividades conjuntas com ONGs de São Paulo.

Adriana Piscitelli (2013), Ângela Araújo (2013) e Iara Beleli (2013), em entrevista, afirmam que participaram do Coletivo Feminista de Campinas, atuante de 1978 até 1986. Segundo Carneiro (2013), isso ocorreu quando as três foram mestradas e doutorandas da UNICAMP e participavam do grupo de estudos de Mariza Corrêa. De acordo com Araújo e Beleli (2013), a participação e a militância no Coletivo Feminista de Campinas, por meio da organização de eventos em parceria com grupos militantes de São Paulo, como o Grupos Somos, de lésbicas, travestis e gays, e União das Mulheres de São Paulo, assim como a participação nos grupos de estudos coordenados por Mariza Corrêa e em atividades com Beth Lobo e Heleieth Saffioti, na época docentes da Universidade de São Paulo (USP), são as bases de fundação do Pagu, influenciando em sua criação. Quando o Coletivo Feminista de Campinas acaba, alguns anos depois, o Pagu surge, em 1990, como Centro de Pesquisa sob a coordenação de Luzia Margareth Rago (BLAY; COSTA, 1991), mudando depois para núcleos de pesquisa e produzindo, já em 1993, os Cadernos Pagu.

A história de atuação do Ser-tão se aproxima em alguma medida da história do Pagu. O Ser-tão é o grupo mais recente, registrado no Diretório do CNPq em 2010, mas tem um contexto de formação datado a partir de 2000, quando começam a ser criadas diversas ações e intervenções pelo grupo de estudantes Colcha de Retalhos. Depois, com a abertura de

contratação de docentes para trabalharem com a temática ‘gênero e diversidade sexual’, o grupo de estudantes passa a não ser o único da instituição, é criada a ‘primeira versão do Ser-tão’, o núcleo de pesquisa Núcleo de Referências em Direitos Humanos e Cidadania Homossexual em 2006, vinculado ao Núcleo de Direitos Humanos (NDH/UFG), que mudou para Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Diversidade Sexual (NUPEDS /UFG), mudando novamente, em 2007, para Núcleo de Pesquisa em Gênero e Sexualidade (NUPEGS/UFG). Em 2008, há a alteração final para Ser-tão: Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade, momento em que passa a ser vinculado à Faculdade de Ciências Sociais (FRANÇA; RODRIGUES; FREITAS; PERILO; AVELAR; BRAZ; GONÇALVES; MELLO E SOUZA, 2013).

Quando em 2010 o grupo é cadastrado no CNPq, tendo por líder Luiz Mello, o Ser-tão já existia em parcerias e cursos de extensão, realizados e articulados com estudantes do Colcha de Retalhos e com ONGs do estado, como a Transas do Corpo, parceria essa que caminhou para atual liderança de uma das fundadoras do Transas, desde 2014, Eliane Gonçalves. A presença de integrantes do grupo Colcha de Retalhos e do Transas do Corpo demonstra, além da participação importante de estudantes no processo de formação dos núcleos, uma parceria comum entre grupos de temáticas feministas e grupos com temática centrada num tema reconhecido como ‘diversidade sexual’, que, como apontam Miriam Grossi (1998) e Adriana Piscitelli (2005), remete a discussão de ampliação do arsenal feminista a mais sujeitos, a partir da inserção da categoria gênero. Mas aponta ainda para uma última relação presente nos coletivos de estudantes: a extensão de atividades universitárias para distintos campos sociais, com influência e peso na promoção de políticas públicas, ou seja, a ‘atuação nas universidades é facilitadora de uma maior atuação do feminismo no estado’.

Por anos, o Colcha de Retalhos atuou na preparação da Parada LGBTTTTI²⁴ em Goiás e no Conselho Regional de Diversidade Sexual, enquanto o Transas do Corpo, como pode ser

²⁴ A Parada LGBTTTTI de Goiânia, assim como as paradas pelo Brasil afora, passou por vários processos de construção e desconstrução do nome e propostas, indo de Parada Gay para Para GLS (Gay, Lésbica e Simpatizante). Depois para Parada LGBT e então LGBTTT, até chegar em LGBTTTTI, graças ao processo de visibilidade e representação de distintos sujeitos ao longo da construção histórica dos movimentos sociais que lutam pela visibilidade lesbo/homo/trans/travesti/intersex/afetiva. Discussões e críticas às nomeações podem ser encontradas na produção do Ser-tão Movimentos sociais, direitos humanos e cidadania: um estudo sobre o movimento LGBT em Goiás, disponível para acesso no site do Ser-tão :< <https://www.sertao.ufg.br>.> .

visto em seu site, não só administrou atividades feministas do grupo com projetos de financiamento internacional, como atuou e atua na representação feminista em esferas públicas de gestão, principalmente em ações vinculadas à área de saúde, visando a promoção dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres (TRANSAS, 2014). Nesse contexto, as parcerias do Ser-tão com esses dois grupos têm influência nas atividades propostas pelo núcleo e estão listadas na produção coletiva em que pesquisadoras e estudantes do Ser-tão, Matheus França, Igor Fernandez, Fátima Regina, Maracelo Perilo, Eliane Gonçalves, Camilo Braz, Maria Luiza e Luiz Mello (2013), narram sua história e descrevem suas atividades. Todas em extensão e em sua maior parte em parceria com o Transas do Corpo e execução com estudantes do Colcha de Retalhos que compõem o núcleo.

O Coletivo Feminista de Campinas, anterior ao Pagu, também demonstra, de acordo com Ângela Araújo (2013), em entrevista, essa atuação, seja com mais grupos feministas, enquanto referências e parcerias, como a Associação de Mulheres de São Paulo, o Coletivo Feminista do Rio de Janeiro e a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), seja na proposta de atividades:

(...) fizemos a primeira semana da mulher em 1978. Eu estava no mestrado. Essa primeira semana da mulher foi muito interessante porque tanto professoras aqui participaram e a gente conseguiu reunir algumas pessoas desse grupo de estudos junto com as estudantes pra organizar a semana e a gente trouxe a representante do feminismo de São Paulo. Trouxemos duas meninas que eram vinculadas naquela época grupo de Somos-transsexuais, lésbicas. Então, a discussão foi muito interessante e a partir daí, depois da semana, como ela foi muito bem sucedida, fizemos uma reunião pra avaliar e resolvemos criar um coletivo a partir dessa experiência e criamos o Coletivo Feminista de Campinas. Isso em 1978. No coletivo feminista nós não só líamos muitas coisas, discutíamos e etc, como a gente começou a participar de eventos em São Paulo, mais amplo, feminista, manifestação com o oito de março. Em 1979 foi organizado o primeiro (ou segundo) congresso da mulher paulista e fomos convidadas a participar da organização. Isso aqui em São Paulo. Parte do grupo, desse coletivo que organizava, tivemos contato com vários dele (Angela CARNEIRO, PAGU, 2013).

Mas as formações do Pagu e do Ser-tão não são as únicas que contam com a presença de estudantes durante o processo de formação, ou demonstra essa relação de parceria com ONGs. Nas entrevistas de Miriam Grossi (2014), Jussara Prá (2014) e Adriana Piscitelli (2013), aparecem referências a coletivas feministas e de sexualidade de estudantes que

participaram de suas disciplinas, grupos de estudos, ou são orientadas por elas. A atuação dos estudantes também pode ser visualizada no ‘retornar’ à universidade como parte do corpo docente, como é o caso do FAGES, que segundo Parry Scott (2014), é composto por duas estudantes que fizeram disciplinas durante mestrado e doutorado e estavam vinculadas ao grupo, hoje o integrando como docentes. Elas, Judith Chambliss Hoffnagel e Marion Teodósio de Quadros, nos deram entrevistas sobre o FAGES junto com Scott.

Essa faceta dos grupos é importante porque coloca em realce os enfrentamentos cotidianos dos núcleos feministas nas universidades, apontando caminhos de parceria e enfrentamentos. Nesse contexto, a militância de estudantes nas universidades, muitas vezes anterior aos grupos, é por um lado a demonstração de que o feminismo é, como aponta Celi Pinto (2003), maior e mais amplo que as ‘poucas militantes que o fazem pauta importante em distintas áreas sociais’. Mas, isso demonstra também a violência institucional das universidades, as demarcando como lugares de difícil acesso e permanência para pessoas que não sejam de famílias tradicionais, brancas e de classes altas, mesmo depois de um século em que foi instituído no Brasil, como apontam os dados no capítulo 3 do GT Racismo (MORAES, 2013), o acesso universitário a grupos de faixas etárias e corporalidades negras, indígenas e quilombolas é extremamente restrito. Esse panorama muda no Brasil apenas nos últimos anos a partir de políticas afirmativas de cotas e propostas de expansão de quantidade de vagas, mas é um processo ainda em transição.

Nesse contexto também de conflito e exclusão proporcionado pelas universidades, a formação dos núcleos acontece por redes de identificação e parcerias, mesmo quando não está inicialmente vinculada a estudantes, como é o caso do NEIM, NIGS, NIEM, GEMA e FAGES, que são formados por um traço mais marcantes em relação a formação de rede: pelo reconhecimento e amizade entre docentes que atuavam com arsenal feminista nas mesmas universidades, ou se conheciam, graças à formação universitária, antes de atuarem como docentes. Assim, quando se reencontram na mesma instituição, passam a se encontrar, propondo atividades e disciplinas juntas, até optarem pela formação dos núcleos, como veremos adiante.

5.2. Disciplinas, orientações curriculares e o reconhecimento de parcerias

O NEIM, o NIGS e o NIEM surgem da construção de uma rede de apoio entre feministas que trabalhavam nas mesmas universidades e se encontravam, formando os núcleos. A atuação conjunta delas foi importante para os grupos perdurarem no tempo, mesmo que às vezes mudando de nome e tomando novos rumos. Deste modo, assim como o Ser-tão, o NIGS já foi o Núcleo de Estudos de Gênero (NEG/UFSC), que durou de 1984 até 1990 (SCAVONE, 2011), ou seja, antes da formação do NIGS, a atuação da maior parte das feministas que o compõem era realizada no NEG. Quando o grupo se desfez, foi criado, em 1991, o Núcleo de Identidade de Gênero e Subjetividades (NIGS/UFSC), que dura até hoje, e formou conjunto à docentes da Universidade Estadual de Santa Catarina (UDESC), da UNISUL e da UNIVALE, o Instituto de Estudos de Gênero (IEG), em 2005 (IEG, 2015), uma rede que mantém a execução do Fazendo Gênero há dez anos, e da Revista Estudos Feministas (REF).

Já o FAGES foi criado em 1983, mas com configurações diferentes, como grupo de estudo com tema família e sociedade, tendo Eraldo Souto Maior e Conceição Lafayette como coordenadoras, que, no entanto, não permaneceram por muitos anos, segundo Parry Scott, em sua entrevista em 2014. O FAGES é referência no Brasil em estudos de família e masculinidades.

O GEMA, por sua vez, nasce da relação de parceria e reconhecimento entre pesquisadores que se conheceram durante sua formação, Jorge Lyra e Benedito Medrado, e elaboraram juntos o projeto de extensão do Instituto Papai, um projeto na área da psicologia que para além do atendimento à população, atuava com recorte do arsenal feminista, na promoção dos direitos sexuais e reprodutivos, com ênfase nas discussões de paternidade e masculinidade (PAPAI, 2014). Quando o Instituto Papai passa de projeto de extensão em 1997 para ONG em 1998, é criado o Núcleo de Pesquisa em Gênero e Masculinidades, o GEMA, como apontado por Benedito Medrado (2014) em entrevista, sendo a relação do Instituto Papai com o GEMA de parceria em projetos de pesquisa e estágio para estudantes da UFPE ainda hoje.

Conjunta a participação de estudantes com a ação dos núcleos e grupos de pesquisa, ministrar disciplinas com arsenal feminista era um identificador de possíveis parcerias. Alda Brito da Motta (2013) cita as dificuldades de estudantes e docentes em aceitar disciplinas que tinham por tema o arsenal feminista, e cita uma disciplina ministrada por ela na Sociologia da

UFBA em 1970 sobre as ‘relações desiguais entre mulheres e homens’, em um momento em que só as ‘relações de desigualdade de classe’ eram validas. Mas ela também aponta, durante sua entrevista, o quanto a existência dessas disciplinas feministas auxiliavam no encontro com mais feministas que também ministravam disciplinas em outras áreas. O surgimento do NEIM é dessa experiência.

Em sua entrevista, Alda Motta (2013) afirma que o começo do NEIM é o encontro dela, na Sociologia, com Ana Alice Alcântara, na Ciência Política, e Cecília Sardenberg, na Antropologia. Juntas, além de trocarem experiências sobre as disciplinas que ministraram, resolvem fundar o NEIM, depois de uma visita da Fanny Tabak a Bahia, que na época era líder do Núcleo de Estudos Sobre a Mulher (NEM/SP), o primeiro núcleo de estudos feministas do Brasil, fundado na Universidade Católica do Rio de Janeiro em 1981. Assim se expressa Alda Motta (2013):

O que acontece do Neim é que nós nos encontramos. A Alice tinha vindo do México, ainda do mestrado. Cecília de Boston, também ainda do mestrado. Depois que todo mundo foi fazer doutorado. Cada uma tinha feito o concurso para um determinado departamento. A Alice de Ciência Política, Cecília de Antropologia e eu já estava com Sociologia, desde 71. O Neim nasceu em 83 (30 anos este mês). Fizemos até uma comemoração essa semana. Então, nós tivemos uma visita na ocasião de Fanny Tabak que tinha o NEM no Rio que era o primeiro núcleo estruturado no Brasil e Fani incentivava o intercâmbio. Ela ficou um pouco como madrinha nossa porque ela veio pra uma visita ao programa de pós-graduação e nessa visita, na reunião do colegiado, a gente resolveu fundar o núcleo. Então, Alice tinha a pesquisa dela, Cecília tinha a dela e eu tinha a minha. De repente, a gente foi pensar interdisciplinaridade, né? Então, o NEIM nasceu assim, com poucas professoras. Então vieram algumas de outras áreas, umas poucas. (ALDA MOTTA, NEIM, 2013).

A descrição de ‘parceria e encontro’ é indicativa da formação de redes feministas a partir da amizade e do reconhecimento de um projeto com pouca aceitação nas universidades: o projeto feminista, até então reconhecido apenas em pautas de instituições fora das universidades. Assim como o NEIM, vários grupos e núcleos de pesquisa são formados por docentes que já ministravam disciplinas sobre o tema, ou vinham de outros processos de militância, ou se conheciam e se formaram com feministas. É o caso dos núcleos formados principalmente a partir de 1990 e 2000. O GEMA e o Ser-tão são desse contexto, seus

fundadores, Benedito Medrado, Jorge Lyra e Luiz Mello, tinham cursado pós-graduação em São Paulo e no Rio e lá conheceram feministas que coordenavam grupos de estudos e ministravam disciplinas.

A formação de redes não é só regional ou local nas faculdades de ciências humanas, mas nacional, pois, a partir de parcerias e amizades, a estadia de brasileiras fora do país influenciou na criação e atuação em intuições internacionais ao mesmo tempo em que elas davam um retorno ‘em formação’ para grupos feministas do país, como aponta Celi Pinto (2003) sobre o Grupo Latino Americano de Mulheres em Paris e o Círculo de Mulheres, na mesma cidade. Esta descrição de troca de experiências entre feministas brasileiras, durante o exílio, em meados de 1970 e 1980, e durante a formação universitária no exterior, com feministas que estavam no Brasil, remete, a partir da entrevista de Miriam Grossi (2014) e da produção de Celi Pinto (2003), para uma inversão na lógica ‘do feminismo brasileiro atrasado’, quando comparada ao feminismo europeu e norte-americano.

Miriam Grossi cursou doutorado e mestrado na França e participou do Círculo de Mulheres em Paris, mas afirmou, durante a entrevista, que sua formação feminista, aulas com mulheres já reconhecidas no feminismo em disciplinas com arsenal feminista, não foi a realidade encontrada na França:

quando eu fui pro doutorado, aí eu cheguei na França e na universidade me surpreendeu muito. Não tinha uma professora mulher que pudesse me orientar, não tinha orientadora, só tinha homens, porque lá em Porto Alegre, antes de eu ter ido pra Paris, ainda no primeiro ano de faculdade, eu fui aluna da Maria Noemi Brito que tinha feito o mestrado dela na UNICAMP. Tinha sido aluna da Mariza Corrêa, da Suely Kofes, então já ali eu já tinha assim me beneficiado de uma aproximação, assim com a temática feminista, de gênero, com essas leituras e com a Noemi, quando eu voltei eu ainda tive aula com a Claudia Fonseca, que também tava chegando em Porto Alegre naquela época, que deu também um curso sobre... não sei se era antropologia da mulher, uma coisa assim, então eu já tinha, digamos, essa aproximação, também assim de antropologia e naquele ano que eu tinha ficado em Paris em setenta e oito e setenta e nove eu tinha feito mil disciplinas, tinha estudado teatro. Foi aí que eu estudei com o Boal, e ia muito nas... e assim, e comecei a frequentar as disciplinas na École des Hautes Études en Sciences Sociales. E lá eu tive aula com (Touraine 10:27) com Castells, que tavam no auge daquela discussão, movimentos sociais, novos movimentos sociais. Então lá eu também tive, tava nessa coisa do feminismo como um novo movimento social e foi, frequentei aulas também de antropologia da mulher com uma professora lá que nem sei quem é, anos depois eu achei as

notas, mas era alguém que não tinha escrito na carreira (Miriam GROSSI, NIGS, 2014).

Ainda que a experiência de Grossi (2014), quando comparada a mais experiências sobre as trocas feministas entre o Brasil e o exterior, seja reflexo de uma minoria, ela é mais interessante que a narrativa comum, dessa história. Apontar a existência dessa atuação que demonstra um feminismo brasileiro já estruturado com possibilidade de disciplinas e referências feministas na década de 1980, é indicativo do histórico de inserção do feminismo nas universidades brasileiras, indicando a autonomia em relação a essa produção de conhecimento que passa a ser gestada no Brasil por meio dessa rede de acessos com lutas feministas no exterior, mas a partir da presença efetiva de feministas que ‘trouxeram esse saber’, compartilharam, levaram e criaram outras possibilidades de sua existência nas redes que foram formadas aqui e por elas no exterior.

Como apontam Spivak (2002) e Mohanty (2007), a questão não é apenas o discurso de que o ‘acesso ao conhecimento feminista teria vindo apenas, ou seria melhor formulado, de países da Europa e EUA’, mas o silenciamento e o apagamento das produções de feministas do Terceiro Mundo, que vistas como ‘locais, são inferiorizadas’. A questão é, portanto, evidenciar a construção de redes autônomas que levaram de disciplinas à construção de eventos o reconhecimento para o arsenal feminista a partir de ações de visibilidade cada vez maiores e para públicos mais amplos no sistema acadêmico de ensino.

Ao passo em que as redes foram formadas, surgiram produções e participações em encontros e eventos que possibilitaram cada vez mais um maior reconhecimento de parcerias, feministas mais próximas que estavam no mesmo departamento, faculdade ou universidade. Esse reconhecimento e parceria influenciou na participação em encontros como a ANPOCS, SBPC, como vimos nas produções de Figueiredo (2002), Costa (2002) e Sardenberg, Alcântara e Vani (2010). A expansão de redes feministas se fortaleceu com a criação de núcleos e grupos de pesquisa, ainda que não acabasse com os conflitos com corpo docente ampliado e problemas com financiamento e sustentação dos grupos. Essa construção de redes possibilitou o fortalecimento de uso do arsenal feminista e foi cada vez mais ‘preparando caminho’ para as pessoas que ainda viriam.

Mediante essas questões, a relação entre estudantes, disciplinas, grupos de pesquisa e orientação é importante por demonstrar três processos: a violência institucional das universidades e atuação de interesse militante de estudantes que formam seus próprios grupos; o retorno da formação institucional dos núcleos, disciplinas e docentes feministas, que culmina em ações e participação nos núcleos e corpo docente da universidade, mesmo que em outras regiões; e, por último, aponta que a relação entre universidade, políticas públicas e participação social é mais ampla que o discurso de ‘separação entre teoria e prática’ pode supor nesse dualismo hierárquico, pois a atuação de estudantes nesse espaço de certa forma é mobilizadora e anterior aos núcleos.

Os processos de interdição e conflito sempre atuaram nesse processo de formação das redes e dos núcleos, principalmente quando baseados na concepção dualista de movimento social feminista x universidade (SARDENBERG, 2014), resultando na guetização (SARTI, BARROSO, COSTA, 1985; COSTA, 1994; COSTA, 2006) de pesquisas e docentes que tivessem o arsenal feminista como carro chefe de suas produções, como veremos a seguir.

5.3. Limites e resistências à institucionalização dos grupos: atuação docente e financiamento

Como apresentado nos grupos e núcleos de pesquisa o CNPq, algumas relações entre região e entre países aparecem na formação do feminismo brasileiro e fomentam hierarquias que podem ser discutidas pensando o financiamento e a formação feminista no exterior, problemas que afetam toda a estruturação do feminismo nas universidades atuando ainda hoje.

Os problemas mais comuns ainda são financiamento, plano de carreira e a sobrecarga de atividades. Jussara Prá (2014) aponta que só passou a orientar na pós-graduação em 2014 em função do descrédito que os estudos de gênero têm em sua área de trabalho a Ciência Política, e por outro lado Iara e Miriam falam do trabalho extra ainda mais evidente quando a questão é o financiamento dos grupos e revista, pois grande parte dos financiamentos vem de pesquisas que não são exclusivas para o financiamento das revistas ou das atividades dos núcleos Pagu e NIGS, o que leva ao duplo trabalho de atividades que são desenvolvidas exclusivamente pelos Núcleos e atividades e pesquisas de interesses próprios que servirão de angariação de fundos também.

Os Cadernos Pagu são financiados pela UNICAMP, numa verba específica e por pesquisas que são aprovadas nas reuniões de quem compõe o núcleo de estudos, Iara (2014) explica em entrevista que o Pagu tem contratações de pesquisadoras que não precisam dar aulas, nem orientação, mas elaborar e executar pesquisas para angariar financiamento que é remanejado em atividades para o Núcleo. Já a REF, segundo Miriam (2014), em entrevista, tem parte do financiamento da Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFSC (GROSSI, 2014), curso que concentra no Brasil grande parte dos estudos sobre gênero, mulheres e feminismo graças a importância do IEG no departamento e na pós-graduação da UFSC.

Já o NEIM é mantido de forma semelhante ao Pagu, por pesquisas, pois, com órgão independente desde 1995 é constituído como uma unidade orçamentária, não está vinculada nem depende de outros departamentos (COSTA, SARDENBERG, VANIN, 2010) o que gerou autonomia na ampla formação superior e de extensão do Núcleo: a partir de 2001 oferecem o Curso de Especialização em Mulher, Gênero e desenvolvimento regional; em 2004 O curso de especialização em metodologia do ensino de Gênero e outros temas transversais; em 2005 criou o PPGNEIM, Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, e; em 2009, por implementação do REUNI²⁵, criou o curso de graduação em Bacharelado em Gênero e Diversidade o primeiro e único curso de graduação com arsenal feminista no Brasil. Costa, Sardenberg e Vanin (2010) apontam que as intenções do Núcleo são aprovar um curso de Licenciatura para a graduação e a criação de um Instituto de Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, proposta revolucionária que também seria única nas universidades brasileiras.

As informações sobre os grupos NIEM, GEMA, Ser-tão e o FAGES não são tão detalhadas nas entrevistas e produções mapeadas, o financiamento desses grupos é apontado como provindo de pesquisas na universidade, representações e propostas de cursos de extensão ora vinculados a universidades ora vinculados a ONGs. O Ser-tão realiza esse ano conjunto as ONGS Transas do Corpo, Madalenas e ao Pimep a segunda edição do curso

²⁵ O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais foi lançado em 2003, mas colocado em vigor por decreto presidencial em 2007, com data de conclusão para 2012, compondo parte do Plano de Desenvolvimento da Educação o programa visava promover a expansão de vagas, estrutura e corpo docente na intenção de melhorar também a permanência nas universidades federais (REUNI, 2014). Foi implantado em meio a muitas contradições e opiniões contrárias mas acabou resultando em uma boa aceitação no fim do processo.

Tramas e Redes para Mudar o Mundo, assim como ações entre Instituto Papai e GEMA são constantes, a página inicial do Instituto Papai leva ao link do GEMA, existem laços de criação entre ambos, assim como a participação dupla de pesquisadores e ativistas.

De forma geral todas as entrevistas são marcadas por problemas com financiamento, seja pelo pouco espaço, pela falta de verba específica, de pessoas para trabalhos especializados nos grupos. Miriam Grossi (2014) fala dos problemas de espaço-físico para REF, não existe uma sala própria para alojar as revistas, nem mesmo para o IEG,

(..) o espaço físico que nós temos não cabe, no instituto, não cabe o que nós já fazemos, a gente trabalha em condições péssimas, assim, é de chorar o espaço que a gente tem, tá, fora de que quando chove alaga tudo e aí se você tem qualquer caixa de REF no chão elas estraga, então tem sempre que ver onde ficava, sabe assim, um espaço super pequeno, é horrível, sabe assim, é muito complicado, muito, muito, e um complicado praticamente sem nenhuma possível abertura, a curto, médio, longo prazo, sabe assim, né, eu vejo assim, as engenharias lá ganham dinheiro da Petrobras, tem prédios imensos.. (Miriam GROSSI, NIGS, 2014.)

Grossi (2014) aponta ainda, durante a entrevista, que não tem pessoas pra trabalhar na secretaria da REF, a única pessoa que trabalha exclusivamente com a REF, Carmem Vera, trabalha desde que ela passou da UFRJ para a UFSC, em 1998, num processo narrado por Miriam em que podemos observar as redes de construção feminista pelo Brasil, regada a confiança e continuidade de atividades:

A Albertina [Costa] me ligou e tal e fez toda uma negociação para a REF ir pra Santa Catarina, porque tinha acabado o dinheiro do financiamento da Ford, já não tinha mais dinheiro lá, era só o que tinha que ser na universidade, e Florianópolis que já tinha feito então, o Fazendo Gênero um, o dois, o três que tinha sido em 1998, e isso foi em 1999, então a Albertina era uma que sempre vinha todos os anos, era sempre convidada, até hoje. (Miriam GROSSI, NIGS, 2014)

Miriam (2014) aponta que mesmo com a atuação de uma reitora feminista, que fez parte do IEG, não aconteceram melhorias em relação ao espaço, e a contratação de mais pessoas para trabalhar na REF, sobre a pergunta de porque então não constroem um espaço para REF, com as pesquisas que poderiam angariar, a resposta demonstra que ela percebe um descaso com produções feministas:

Mas não é nem a questão do dinheiro, porque assim, o problema é nós não termos autorização, a reitoria não nos dá um terreno pra gente fazer um projeto, pra gente pedir recursos pra alguém, porque "não é possível, tá proibido construir mais no campus, não tem lugar, não sei o que.. (Miriam GROSSI, NIGS, 2014)

Essa postura de falta de espaço para inserção e falta de financiamento para pesquisas feministas é indicada também a partir da quantidade de financiamentos de pesquisas feministas de programas e plataformas norte-americanas. Dos sete Núcleos todos fazem referência a Fundação Ford e alguns a Fundação Carlos Chagas, como uma relação decisiva em vários projetos e pesquisas na formação de todos esses grupos. A REF começa como um projeto financiado pela Fundação Ford, e o Instituto Papai começa com financiamento da Fundação Carlos Chagas que segundo Benedito teve influência também na transformação do Papai em Instituto:

Como carreira docente e aí reestruturando a configuração do GEMA e agora mantendo um diálogo com o Papai já como sujeito autônomo, então acho que é isso, a gente precisava de um espaço, a universidade ofereceu essa sala, a gente precisava de equipe, aí tinha a formação como espaço então o estágio era uma excelente passo pra isso, e depois aos poucos com o crescimento do grupo e o crescimento dos projetos chegou um momento que a fundação Carlos Chagas que era quem apoiava muito projeto naquela época, final de noventa, propôs um projeto, num diálogo num primeiro momento, sobre a possibilidade de fundar uma organização mesmo, aí na época a gente também já tava começando a sentir o peso da universidade, porque a universidade no seu cotidiano é extremamente difícil a burocracia (...)(Benedito MEDRADO, GEMA, 2014)

Mesmo com uma postura de autonomia de quem ‘propunha o projeto’ a relação com a Fundação Carlos Chagas é vista como importante e mais acessível que a relação burocratizada com a universidade. Mas a atuação das fundações não se limitou a pesquisas, elas também financiavam seminários, boa parte dos seminários históricos sobre grupos e núcleos de pesquisa no Brasil na década de 1980 e 1990 são financiados por elas. Em produção sobre a institucionalidade do feminismo nas universidades, Gema Esmeraldo (2010) cita que essas parcerias entre os núcleos e as fundações Ford e Carlos Chagas estimularam os núcleos e pesquisa em suas áreas, vários seminários de 1984 até 1990 foram financiados por ambas,

incluindo o primeiro seminários de núcleos e grupos de pesquisa de 1991, organizado por Albertina Costa e Eva Blay (1991), financiado pela Fundação Ford.

A relação com a Fundação Ford, Fundação Carlos Chagas e Fundação Macarthur, as mais expressivas no Brasil (SORJ, HEILBORN, 1999) demonstram por um lado as dificuldades dos núcleos feministas em se estabelecer nas universidades, por outro o desenvolvimento de um sistema autônomo de financiamentos de pesquisas no Brasil e por último o investimento interessado em causas sociais nos países colonizados por fundações estrangeiras, não isento de interesses ou suficientes para amenizar os problemas socioeconômicos e ambientais que a presença das empresas que mantinham essas organizações acarretavam com suas instalações. No entanto cabe ressaltar ainda que o contato entre feministas e essas agências financiadoras acarretou em infiltrações que mudavam o foco das organizações e fortificava pesquisas e ações feministas.

Existem trabalhos sobre a atuação da Fundação Ford como os de Sérgio Miceli (1993) que apontam a importância e as relações de complexidade entre o desenvolvimento das ciências sociais e do Brasil em relação as expectativas e demandas com a Fundação Ford, há também autores que estudem sobre o tema apontando os interesses e o impulsionar dessa instituição nas questões demográficas do país, esse indicativo é interessante ao pensarmos que boa parte dos financiamentos estavam nas áreas da sociologia e da demografia, nos começos de 1970 e 1980.

Bila Sorj e Maria Heilborn (1999) apontam nesse sentido que a Fundação Ford é uma ‘agência de desenvolvimento’ com interesses explícitos em mudar as políticas de financiamento de acordo com diagnósticos que elas mesmas fazem do país, assim a prioridade, estabelecida pela Fundação Ford em 1970 para o Brasil era o controle da população. Nesse contexto o financiamento de atividades feministas é em função da prioridade no desenvolvimento da educação, que impediria o crescimento populacional, os estudos feministas brasileiros eram escolhidos por serem apontados, por essa mesma agência, como os mais desenvolvidos da América Latina, e por isso passam a receber financiamento que impulsionasse a produção de pesquisas que melhoraria a qualidade de ensino e por fim atuaria no controle da população (SORJ, HEILBORN, 1999).

Sorj e Heilborn (1999, pag. 6) apontam ainda que a Fundação Carlos Chagas se “destacava pela reputação e boa infra-estrutura organizacional e de comunicação, era a

instituição mais bem informada sobre as pesquisas que estavam sendo realizadas no país nesta área temática”, o resultado dessa relação entre Fundação Ford e Carlos Chagas é que por vezes grupos do sudeste e mais especificamente São Paulo e Rio de Janeiro tiveram maior facilidade de financiamento, ora porque a sede de ambas estava localizada na mesma região, ora porque as integrantes da Fundação Carlos Chagas eram feministas já reconhecidas.

Ao fim, se por um lado o financiamento das Fundações foi importante na institucionalização do feminismo nas universidades, por outro não há trabalhos suficientes que considerem a relação de desigualdade que esses financiamentos fomentam em impacto na geopolítica do conhecimento feminista, ora influenciando num maior acesso e produção de feministas do sudeste ou em redes diretas com essas feministas. De várias formas todos os grupos entrevistados tiveram contato entre si em algum momento de suas trajetórias, muitas delas no começo, Alda Brito fala da Fanny Tabak e de uma conversa com ela na criação do NEIM, na época ela era pesquisadora da PUC de São Paulo, assim como o Instituto Papai, ter conseguido financiamento de pesquisas via Fundação Carlos Chagas porque Benedito e Jorge estudaram em São Paulo e no Rio de Janeiro, e conheceram lá feministas, e as fundações, assim como Luiz Mello primeiro Líder do Ser-tão que fez doutorado na UNICAMP e lá também conhece feministas do Pagu, como demonstram em suas entrevistas ao recuperar pontos de suas trajetórias. Na complexa relação de formação e pesquisa com as fundações de financiamento importa ressaltar que feministas importantes para a trajetória brasileira passaram por essas fundações e converteram suas estadias em trabalhos consolidados de transmissão geracional, dentre elas estão Albertina Costa, Fúlvvia Rosenberg, Carmen Barroso, Chyntia Sarti, Cristina Bruschini dentre várias outras.

A questão não é que os grupos do sudeste tenham, e apenas eles, influenciado os grupos pelo Brasil, que ao contrário demonstram histórias e processos de militância próprios em suas regiões, mas é que a discussão sobre financiamento aponta pra outra relação interna de hierarquia já apontada, as desigualdades e silenciamentos de produção entre regiões. Benedito Medrado (2014) ao responder uma questão sobre quantas pessoas compõem o GEMA, faz uma reflexão a cerca do assunto:

Eu entrei em dois mil e quatro, é, vamos colocar aí nos últimos oito anos, mas a maioria inclusive é dos últimos três, quatro anos, que tem uma

trajetória de discussão de gênero e feminismo, então hoje eu acho que no nosso curso já tem essa mudança, eu acho que é o reflexo da história da formação, que eu acho que a minha geração, foi uma geração que foi fazer mestrado e doutorado, que no Brasil é interessante os núcleos de pesquisa da década de oitenta marcam o retorno das feministas que foram pra Europa e pra outros países, em outros lugares, voltando pro Brasil, redemocratização e talalá, então elas montam os grupos de gênero e as ONGs feministas, que são muito próximos os períodos, eu acho que a nossa geração é o retorno dos nordestinos que foram pro Sul e Sudeste e voltaram. (Benedito MEDRADO, GEMA, 2014)

A reflexão de Benedito Medrado sobre o tema é importante por apontar os problemas já tratados nessa dissertação das relações do Brasil com o exterior, em que nosso contexto de país colonial da América Latina inferioriza é considerado inferiorizante, ao mesmo tempo em que dependendo da região em que estamos mais hierarquias serão construídas via financiamentos, representação e participação, e não por acaso essas narrativas se encontram e fortalecem por meio da crença em que 'as universidades que surgiram primeiro são melhores porque tem maior vinculação com o que há de mais avançado em descobertas e discussões científicas, também localizadas fora do Brasil'²⁶.

Essa relação colonial afeta as produções e a maneira em que pensamos a produção de conhecimento como um todo, mas também afetam as maneiras de 'contar histórias feministas', no mapeamento e nas entrevistas uma das formas coloniais que mais aparecem é a narrativa sobre o feminismo brasileiro como tardio em relação as conquistas norte-americanas e de alguns países da Europa, que é englobada na narrativa das 'ondas feministas', uma grande narrativa que acaba por mascarar o nosso desconhecimento sobre feministas negras nacionais.

5.4. Feminismo negro e representação nos núcleos

Nas entrevistas, diferente dos resultados dos grupos, aparecem mais referências ao movimento negro feminista, ou a questão de raça, no entanto essas reflexões por vezes são amplas demais; ou permeiam o campo da intersecção entre raça e feminismo a partir da

²⁶ Muitas vezes essas crenças são alimentadas por várias formas de narrativas sociais, como por exemplo, nos rankings de universidades pelo mundo, mas contam dentro das universidades as políticas de referência: quem podemos citar, ou quem devemos citar. Muitos trabalhos existem sobre o tema, e citar o artigo daquele cara.

representação, do lócus de enunciação apenas e não de uma inserção mais ampla, que como aponta Sueli Carneiro (2013) enegreça o feminismo.

Chamo de ‘narrativa mais ampla’ as citações ao feminismo negro que são de cunho geral, a citação da ‘existência de um movimento feminista negro’ sem explicitar categorias, pesquisas ou pesquisadoras em específico. Nas entrevistas a narrativa ampla aparece no discurso do movimento negro feminista como ‘representante da segunda onda feminista’ que lutou pela expansão do feminismo. Como aponta Clare-Hemmings (2009) por mais que a ‘narrativa do feminismo’ em ondas seja validada por diversas produções, afirmação que é estendida ao Brasil, essa contagem por vezes se aproxima de uma ‘narrativa sobre o desenvolvimento do feminismo em etapas’, desconsiderando as confluências e reconstruções (CLARE-HEMMINGS, 2009, HESSE-BIBER, 2012). Clare Hemmings (2009) aponta que essa forma de narrar o feminismo em ondas tem dado legitimidade a uma forma única de narrar o feminismo a partir da: primeira onda de feministas liberais sufragistas; depois das radicais, incluindo feministas lésbicas e feministas negras e por último; o feminismo pós-estruturalista, ou então o pós-feminismo, numa relação em que passamos de ‘demandas de feministas brancas de elite, para demandas de identidades múltiplas até chegarmos no fim do feminismo e sua retomada’.

O problema dessa referência em ondas é não só o apagamento de mais grupos feministas e distintas possibilidades de confluências entre correntes e vertentes feministas (HESSE-BIBER, 2012), mas também um enquadramento ao movimento feminista negro que passa a ter, dentro dessa perspectiva, duas possibilidades geralmente narradas a partir de feministas ou homens brancos: são o grupo que desbancou o feminismo na década de 1980, ou o grupo que ainda luta por espaços de representação, tendo essa luta de visibilidade dentro do movimento feminista, que seria majoritariamente branco, um dos aspectos mais importantes de sua militância. Ou seja, as duas possibilidades de leitura ao movimento feminista negro são amplas demais para de fato entrar em contato com pautas e conquistas do movimento negro feminista brasileiro.

Ambas possibilidades são semelhantes às dos resultados da análise dos Currículos Lattes, o movimento feminista negro é pensado por muitas vezes no passado e a partir da narrativa em ondas, assim o movimento negro feminista aparece na perspectiva de ‘ampliação do feminismo’, tal como a categoria gênero. Mas poucas são as lembranças ou apontamentos

de vivências e influências de feministas negras brasileiras, numa resposta sobre as intersecções que os estudos feministas atualmente tem, principalmente em relação a raça e sexualidade, Benedito Medrado reflete:

(..) eu acho que duas aberturas dentro da discussão feminista foi que permitiram a gente pensar os homens, acho que primeiro foi aquela máxima de que nem toda mulher é igual, essa ideia de que havia dentro do feminismo uma construção de um certo sujeito político mulher e que foi questionado por aquelas mulheres que diziam que aquela noção de sensibilidade e fragilidade não se adequava a vida delas, mulheres negras, mulheres de comunidades rurais, mulheres lésbicas que diziam "olha a gente tem outras formas de pensar e de viver o feminino e aí você tá falando de que mulher?" em geral o feminismo da década de oitenta, especialmente no começo de noventa, foi atacado criticamente por outros movimentos inclusive por ser um movimento classista, de classe média especialmente, de mulheres intelectualizadas e brancas, e aí você tem desde como eu falei, das rurais, das negras, mas você tem mulheres domésticas, que diziam "olha, pera um pouquinho vamos requalificar essa ideia do feminino" então um sujeito passou a ser considerado na sua pluralidade não mais no específico, então o sujeito mulher passa a ser pensado no plural, com isso a gente abre possibilidade de falar a mesma coisa sobre os homens, por isso que eu tava falando dos homens no plural, e pra mim a leitura que o Robert Connel faz no masculinities, é de inspiração feminista (...) (Benedito MEDRADO, GEMA, 2014)

Essa é a maior citação nas entrevistas dos núcleos sobre movimento negro feminista. Por vezes tocamos na categoria raça em relação as perguntas e em muitos casos a questão era sobre a representação de pesquisadoras e pesquisadores negros nos grupos e núcleos, e mais uma vez todas as pessoas entrevistadas eram brancas, assim como declaravam as fundadoras dos Núcleos como pessoas brancas. Os Núcleos que têm exceção são os grupos e núcleos do nordeste e centro-oeste, como é o caso do NEIM e do GEMA, assim como a participação de estudantes aumenta a proporção de participação de pesquisadoras e pesquisadores negras e negros que participam dos grupos e núcleos. No entanto a questão da representação negra ser maior na proporção de estudantes e não de docentes e pesquisadores demonstra um problema de 'participação em representação', que é pensado nas entrevistas muitas vezes em relação as intersecções de categorias e representações no feminismo pensando principalmente entre as categorias: raça, classe, gênero, língua e idade e pode ser visto por todo o ensino superior brasileiro de acordo com Fernanda Moraes (2013).

A relação entre gênero e raça, vinculadas a idade etnia, língua e classe social renderia discussões de maior e menor representação das sujeitas no sistema-mundo-moderno-colonial de gênero, e embora existam muitos estudos e pesquisas que tentem considerar ao menos a junção das três primeiras: gênero, raça-etnia e classe social, a discussão ainda paira na ‘representação imediata’, ou seja, a participação social de sujeitos marcados se restringe ainda na composição de falas, na presença que não pode faltar, mas que não é lembrada, a relação com os Núcleos entrevistados não é diferente.

A representação a partir da interseccionalidade é pontuada nas entrevistas na sinalização da ausência de pesquisadoras e estudantes negras quando estão organizando eventos e atividades e se dão conta de que as convidadas, mesmo de eventos com muitas mesas e temas, não são mulheres negras, indígenas ou quilombolas, ou não têm pesquisadoras e estudantes negras e negros que representem os núcleos de pesquisa, ou seja, por vezes é uma demanda que vem de um questionamento exterior sobre ‘quem forma o grupo, quem são vocês, quem vai falar’.

Também apontam a questão da representação quando questionadas sobre todas essas ausências e justificam as universidades como um espaço branco institucionalmente, que teria interdições para a presença de estudantes negras ou o movimento negro como um movimento de luta pela raça e não pela mulher negra, o que indica a invisibilização da mulher negra no movimento negro, mas o que justificaria também estarem invisibilizadas em alguns âmbitos do feminismo na universidade é pensado como correlação à universidade enquanto espaço institucionalmente racista e não um problema dos núcleos.

A questão da participação de feministas negras, assim como a promoção de atividades com temas de raça e gênero é pensada como resolvida pela presença, ou seja, pessoas que possam representar o feminismo negro e estejam presentes, ou pela ‘invisibilização de mulheres negras seja nas universidades, seja dentro do próprio feminismo negro’, ambos discursos não incluem uma reflexão sobre a atuação dos núcleos nessa baixa representação, ou na escassez de temas voltados para questões étnico-raciais, e parece informar que o lócus de enunciação, tal como citam as feministas negras, não é só sobre representação, mas também sobre a invisibilidade de temas que não existirão caso sujeitos marcados não existam para os pautar.

Nesse contexto por vezes a conquista de espaços para pesquisadoras e pesquisadores negros nas universidades é vista como semelhantes a conquista dos espaços por mulheres. Miriam Grossi fala do trabalho como Comitê Técnico Científico (CTC) na Capes, compondo a comissão por área de conhecimento do Periódicos-Qualis²⁷, o sistema de avaliação de periódicos no Brasil, e lembra-se do representante da área de ciências sociais aplicadas era composto por um pesquisador jovem negro da Bahia, de acordo com ela ambos eram vistos como ‘militantes no espaço’, ela por trazer a REF e a produção feminista em pauta e ele as pautas e publicações sobre raça e do movimento negro:

É, e como eu também tava no CTC que era uma coisa difícilíssima o embate e tal, mas lá eu fazia assim, trabalho político direto assim, era só homem, eu lembro de eu chegando no CTC distribuindo folders da REF para todo o CTC ((risos)) sabe, eles olhavam assim, "Revistas de estudos feministas, o quê que isso?" mas eu fazia, eu era super militante assim, "não, esses caras aqui tem que entender" né, até eu lembro, tinha dois representantes por área, por grande área né, eu era da antropologia mas no CTC eu representava a área de humanas e tinha um representante das áreas das Ciências Sociais Aplicadas da Bahia, que era também um rapaz jovem e negro, e nós éramos super militantes e aquilo ali a gente não deixava passar nada e tal, e aí eles começaram a nos chamar "o movimento estudantil"... (Miriam GROSSI, NIGS, 2014)

A interseccionalidade é dada, portanto na abordagem dos temas e das corporalidades como ‘ainda não pertencentes a esse lugar’, não pertencentes às universidades, e a contextos amplos de citação sem que ocorra a agregação ampla e nos processos, a passagem do feminismo negro é de entrada e participação, não de permanência. Dessa forma as relações da produção de conhecimento estão vinculadas a geopolítica do conhecimento do sistema-mundo-moderno-colonial de gênero que fazem da categoria étnico-racial de cor junto a sexualidade e o lugar de escrita possibilidades de representação social: se mulheres brancas, as mulheres negras serão invisibilizadas e o processo de participação acontece por outras vias que não estão presentes de forma explícita nas instituições.

A inserção da categoria raça é por vezes vista como a inserção da categoria gênero no feminismo, com uma proposta de ampliação, no entanto a ausência de uma discussão mais

²⁷ O Qualis-Periódicos é um sistema de 'estratificação' de 'qualidade' dos periódicos mantidos pelos programas de pós-graduação na divulgação de pesquisas e produtos, é, portanto, a classificação de periódicos, mas também de livros e 'obras artísticas', a partir de vários critérios dentre os quais: periodicidade,

restrita sobre o tema impede que aconteçam avanços efetivos nessa inserção ou mesmo seu reconhecimento e consequências da adoção. Nesse sentido a invisibilidade de alguns temas feministas sequer é pontuada nas produções feministas, ou foram abordadas por mim ao decorrer da análise dos grupos de pesquisa.

Assim como a análise das entrevistas permeou mais questões, que as quatro abordadas nesta breve síntese do capítulo cinco, várias questões sobre a discussão de sexualidade e de diversidade sexual, ou de autoras feministas lésbicas, sequer aparecem nas produções ou nomeações. As referências a participação de homens e a masculinidades ultrapassa a referência a mulheres lésbicas, apontando que por vezes as questões de sexualidade a partir do viés da masculinidade consideram apenas as afetividades homoeróticas, o que deveria ser comum nas discussões de masculinidades, mas incomum aos grupos que se propõem a estudar gênero, já que esse seria mais amplo segundo boa parte das autoras referenciadas. Mais a questão passa por outras instâncias desta pesquisa, seja nos mapeamentos dos textos, na construção dos núcleos ou na epistemologia feminista não é pontuado um locus de enunciação lésbico feminista.

Nesse sentido mais uma vez é evidenciada a instabilidade das categorias e pesquisas feministas, tal como aponta Sandra Harding (1993), essa instabilidade acarreta dois caminhos de armadilha entre o querer ampliar a produção de conhecimento e estar sujeita a reproduzir aspectos de silenciamento já presentes nas teorias patriarcais que fundamentam a produção de conhecimento científica, processo que acontece não apenas nos núcleos mais também em nossas produções cotidianas, como nesta dissertação. É preciso evidenciar por último que existe uma tensão de representação entre o ‘disciplinar, o locus de enunciação e o interdisciplinar’, pois por muitas vezes faltam intersecções nas pesquisas e às pesquisadoras feministas em relação a temas que elas ‘dizem não poder representar’ ou que ‘esperam que alguém venha representar por si’, o que acaba por invisibilizar temas e pessoas.

De modo geral, as reflexões contidas neste trabalho se fundamentam numa visão do feminismo como movimento de resistência que origina — ao mesmo tempo em que impulsiona — novas políticas, linguagens, atitudes, descobertas científicas e filosofias, sendo as publicações feministas uma das ações mais importantes no sentido da sua divulgação (MINELLA, 2010, 132).

Essas tentativas nos fizeram entender que nem as atividades das mulheres, nem as relações de gênero (dentro dos gêneros e entre os gêneros) podem ser simplesmente acrescentadas aos discursos sem distorcê-los e sem deturpar nossos próprios temas (HARDING, 1993, p.8).

Feminismo brasileiro a construção de redes e confluências

6.1. Trajetórias da pesquisa e considerações sobre o ideário feminista

Ilze Sirbel (2007) defendeu a dissertação sobre os ‘Estudos feministas e os estudos de gênero no Brasil’ tendo em conta um amplo mapeamento de referências feministas brasileiras sobre o tema; Karla Galvão Adrião, em 2008, defendeu a tese sobre o que chama de ‘campo feminista brasileiro’, estudando eventos e encontros a partir de 2000, nas esferas do

movimento feminista, da universidade e do governo; e Cláudia Pons Cardoso (2012) defendeu a tese sobre o “Feminismo na perspectiva de mulheres negras brasileiras”, por meio da história oral de 22 ativistas, dentre as quais, feministas negras que atuam em universidades. São essas três produções recentes as pesquisas mais semelhantes à proposta desta dissertação, de estudar a ‘produção de conhecimento feminista em universidades brasileiras’, embora sejam tão diferentes em metodologias, resultados e execução.

Assim como essas produções, outras tantas existem e foram executadas para abordar o mesmo tema, tão complexo: como o feminismo adentra as universidades brasileiras? Qual o recorte possível em relação à quantidade de tempo; quais décadas abordar? E área de atuação: movimento social, governo, universidades, associações, agrupamentos; como desvinculá-las na estreita relação que todas as áreas têm com o movimento social feminista? Diante da amplitude desses problemas ao início dessa pesquisa, o único recorte era estudar o feminismo a partir das universidades, dos Currículos Lattes de pesquisadoras e pesquisadores, mas a partir das dificuldades a proposta restringiu-se aos currículos de líderes de grupos e núcleos de pesquisa cadastrados no Diretório de Núcleos e Grupos de Pesquisas do CNPq, e no fim, no estudo e análise de apenas algumas categorias desses currículos: 1) cor; sexo; 2) formação; 3) realização de eventos; 4) área de atuação; e 5) orientadora/orientador.

O recorte do tempo foi construído com base no acesso a produções feministas sobre o tema, a partir da década de 1970, e dos grupos e núcleos que aparecem no mapeamento por palavras-chave feminista, feminismo, mulher, gênero e raça, tendo em conta todos os grupos, desde a existência do Diretório, criado em 1992, que estivessem atualizados ou não. Finalizada a escolha do caminho, o problema passou a ser na execução das buscas por palavras-chave: a) o acesso aos currículos não foi via sites de busca completa, mas cada campo foi copiado e colado; b) ocorreu uma alta variação nas buscas com as mesmas palavras-chave e na mesma base, por várias vezes, além de a análise trazer apenas dois núcleos que pesquisam raça, enquanto existem mais de 80 núcleos de pesquisa sobre raça e gênero encontrados numa publicação do Senado, de pesquisa realizada em 2010, sobre os núcleos que estudam gênero e raça no Brasil (SENADO, 2015), e que não puderam ser analisadas nessa dissertação.

Por fim, sobre a relação entre feminismo nas universidades e movimento social feminista, com base nos estudos feministas e descoloniais, minha questão foi contestar o

‘porque desvincular’ o movimento feminista dos estudos feministas nas universidades, se ambos não existem um sem o outro e se estão fundamentados na transformação feminista do mundo, com base na emancipação e autonomia das mulheres. Assim como as dissertações citadas acima, que tentam, pela junção de algumas categorias, dar conta dessa relação ampla: realizar essa separação seria uma estratégia para pesquisa, não uma correspondência exata às recorrências do feminismo brasileiro.

Em 2003, Celi Regina Pinto (2003) faz um trabalho em conjunto a uma equipe sobre ‘Uma história do feminismo no Brasil’, em que traz com mais detalhes as lutas do movimento feminista brasileiro desde o século XIX até a formação de grupos e núcleos de pesquisas nas universidades e a entrada significativa de feministas no governo, todas parte de um mesmo movimento de ‘conquista de espaços’, que não se desvencilha do que é a produção de conhecimento.

Embora essa relação seja extremamente complexa, tentei, vez por outra, sinalizá-la como compulsória não só ao feminismo, mas à produção de conhecimento científica, que, como apontam Donna Haraway (1995), Stephan Gonzalez (1996), Ilana Lowy (2001), Chandra Mohanty (2003), Walter D. Mignolo (2003), Anibal Quijano (2005), Zulma Palermo (2007), Jurema Werneck (2013) e Nilma Lino Gomes (2010), é localizada a interesses político-econômicos sociais, dados em dinâmicas de hierarquia, contradições e alianças entre grupos sociais distintos.

Se o feminismo é uma ética ou uma estética (VARCÁCEL, 2003), uma metodologia, um arsenal epistêmico teórico-metodológico de transformação social (LORO, 2010), importa saber que toda produção de conhecimento é, porque é legitimada com um potencial de gerenciamento em que foi construída no sistema-mundo-moderno-colonial de gênero, tendo função por primeira gerenciar a governabilidade (CASTRO-GOMEZ, 2005) e representação dos sujeitos no mundo.

Essa pesquisa foi elaborada, portanto, a partir de etapas e considerações de forma feminista autocrítica, que consistiu em reconstruir a pesquisa, dadas as possibilidades e impossibilidades dos campos escolhidos para estudo, sendo por várias vezes reelaborada em relação às ferramentas usadas e resultando na análise, via construção de tabelas e sistematização de textos, como principal técnica de análise.

O resultado dessa proposta foi a análise de 545 páginas de sistematização dos ‘códigos’, via Atlas-TI, dados aos campos dos Currículos Lattes analisados; 165 páginas de análise e sistematizações das entrevistas; e de 50 tabelas com gráficos e dados de núcleos e grupos de pesquisa, mapeados desde a década de 1980, fora a análise dos textos feministas, ou seja, essa dissertação é fruto da sistematização de uma vasta quantidade de material, e nessa amplitude tende a problemas como o apagamento ou a homogeneização de algumas questões, sendo apenas, e de forma localizada, uma das narrativas possíveis sobre o feminismo nas universidades brasileiras.

6.2. Formas de narrar: epistemologia feminista e epistemologia na ciência

Na dissertação de Ilze (2007) e Karla Adrião (2008), assim como nas produções de Lucila Scavone (1998; 2011) e Marlise Matos (2005), é usada a teoria de ‘campos’ de Pierre Bourdieu, apontando para existência de um ‘campo feminista em disputa e configurações de reconhecimento com os demais campos científicos das distintas áreas sociais’. Também é comum, no estudo de epistemologia científica, utilizar autores amplamente citados em discussões sobre epistemologia da ciência, tais como Karl Popper (1975) e Thomas Khun (1969) e Imere Lakatos (1979) com o intuito de dar conta de pesquisas sobre o funcionamento interno da ciência na formação de grupos a partir de comunidades e paradigmas (KUHN, 1969), ou na formação de programas de pesquisa (LAKATOS, 1979). A ausência desses autores nessa dissertação é apontada a partir da adoção de uma proposta teórico-metodológica feminista descolonial, que pauta a existência da produção de conhecimento como resultado de convergências e confluências (LINCOLN & GUBA, 2006) organizados geopoliticamente (MIGNOLO, 2003).

O ponto de partida foi estudar uma proposta epistêmica que considere não só as relações de poder, mas os diálogos entre grupos que elaboram teorias, e estudar os resultados entre as margens internas e externas da produção de conhecimento, apontados por Mignolo (2003), considerando as margens também dentro da produção de conhecimento feminista, a partir de Spivak (2002), Chandra Mohanty (2003) e Cláudia Pons (2012), na proposta de elaborar, visibilizar e traduzir conhecimentos de feministas não norte-americanas e européias,

policinando conceitos usuais que também adentram a produção de conhecimento feminista em seu potencial etnocêntrico europeu.

Para fugir das armadilhas coloniais, me atentei à não reprodução da narrativa feminista de ‘ondas feministas’, pois tal como aponta Clare-Hemmings (2009), é uma narrativa usual que culminou na ideia de etapas do feminismo, ora ingênuo-branco-elitista, do século XIX até a década de 1970, para radical, com a inserção de feministas negras, lésbicas e marxistas em 1980, para então chegar à crise das lutas de identidade com o pós-estruturalismo em 1990, o ápice do feminismo, beirando ao fim do político e do social que apontaria para a retomada das lutas por identidade ao fim da década (CLARE-HEMMINGS, 2009).

Essa forma de contar o feminismo é usual também no Brasil, e adicionada a diferença colonial, em que ‘estariamos atrasadas em relação as ondas nos EUA e Europa’, já que no Brasil o feminismo adentra as universidades ainda a partir de 1970, e só passaria a produzir suas próprias teorias e movimentos em grande escala em 1990. Esse ponto de vista é apontado em vários textos que mapeiam a produção de conhecimento feminista brasileira, reproduzindo a concepção que Clare-Hemmings (2009) questiona, de ‘um feminismo em etapas, descontínuo, e mais sofisticado ao passar do tempo’. Essa relação é reforçada até no arsenal de conceitos feministas, apontando etapas entre ‘estudos da mulher, das relações de sexo, e por fim das relações de gênero’, como o ápice da produção feminista brasileira (MACHADO, 1998; SORJ e HEILBORN, 1999).

Atenta a essas relações, aponte que não existe a substituição ou a ‘melhora’, em relação às categorias, tal como aponta Cecília Sardenberg (2010), mas uma reorganização e inserção da categoria gênero como parte do arsenal feminista, embora esse argumento de ‘maior ou menor neutralidade e sofisticação’ seja atribuído a pesquisas com arsenal feministas no intuito de torná-las menos importantes, ou direcionar financiamento. Atenta, portanto, às confluências feministas, aponto a criação de redes como características fundamentais para a existência do feminismo nas universidades e seu fortalecimento no Brasil, mas não sem identificar a existência de hierarquias internas na produção feminista brasileira, não só em relação aos estudos feministas norte-americanos e eurocentrados, mas também regionais.

Embora tenhamos críticas aos estudos pós-coloniais, norteamericanos e eurocentrados, tal como no texto de Larissa Pelúcio (2012) e outras produções, apresentadas por Susana Borneo Funck, durante o Colóquio Feminista no Distrito Federal em 2013, e Cláudia Pons

(2012), Nilma Lino Gomes (2009) e Jurema Werneck (2010), poucas são as produções que discutem amplamente as hierarquias entre regiões, zonas rurais e urbanas, que afetam a produção de conhecimento brasileira em financiamentos, divulgações e construção de redes e acessos.

Essa geopolítica colonial das margens internas e externas da produção de conhecimento deixa invisibilizadas as relações internas entre regiões no sistema-mundo moderno-colonial de gênero, em que acontece a nomeação de sujeitas como brancas, negras, pardas e indígenas, mulheres, homens, transexuais e travestis, lésbicas e gays, para indicar quais delas tem direito e acesso aos espaços de representação, tal como questiona Jurema Werneck (2010), a própria existência de ‘mulheres negras’, ao que podemos estender a mulheres negras feministas não existiria se não fosse o aparato patriarcal heterossexual de extrema exclusão (WERNECK, 2010), se não fosse como aponta Maria Lugones (2008) o sistema-mundo-moderno-colonial de gênero e a reorganização das quatro esferas da vida: autoridades locais, recursos, produtos e relações de trabalho, a partir da hierarquia entre sujeitos por critérios de raça e gênero.

6.3. A trama feminista em redes

Diante do estabelecer desse sistema colonial, como, por fim, se formam as redes? O que a análise dos núcleos e grupos de pesquisa demonstra em relação à história de inserção e amplificação do feminismo nas universidades? A partir de o todo levantamento, a produção de conhecimento feminista no Brasil nas universidades é amplamente motivada e gestada por grupos e lutas, desde o século XIX, no fim de 1880 (PINTO, 2003) e está vinculada ao movimento feminista em suas conquistas de espaços de representação para as mulheres, ou seja, a conquista de ‘participar e compor lugares de fala’ com legitimidade, proporcionando a mudança social das desigualdades. O sistema-mundo-moderno-colonial de gênero em que vivemos e construiu o Brasil, por meio das complexidades da colonialidade do poder-saber, construiu a concepção de que os lugares de fala estavam centralizados e localizados nas instituições do estado-nação Brasil.

Como aponta Stephan (1996) e Castro-Gomez (2005), todo o processo de construção do estado-nação e de pessoas aptas a ele, ou seja, cidadãos, é feito com base na produção de

conhecimento, começando com a escrita alfabética, e nela a construção e execução das instituições e legislações, e do armazenamento do próprio conhecimento a ser repassado. É construída uma rede de organização formal de ensino nas escolas, capacitações técnicas e pós-graduações em que por muitos séculos as mulheres não eram aptas a frequentar, ao mesmo tempo em que eram construídos como os únicos lugares do saber. Em função dessa construção, uma vez que as mulheres começaram a adentrar a rede de instituições do estado, elas começam a dar passos em relação à produção de conhecimento em que elas fossem sujeitas.

Foram necessários três séculos de luta, após a colonização, para que as mulheres fossem reconhecidas como sujeitos que pudessem frequentar o sistema de ensino, mediante protestos, confederações, produções de textos que vinculavam ‘o estudo como importante para as mulheres se reconhecerem e melhorarem suas vidas’, tal como mostra as publicações no livro de Celi Pinto (2003) sobre os manifestos feitos desde o século XIX, ou seja, o caminho para a universidade é um caminho de construção da representação e de tomada de espaços; se o boom acontece em 1970, ele não precisa ser lembrado como o começo do processo, mas como continuidade de um processo anterior.

Como traz Celi Pinto (2003), uma vez que as conquistas foram atingidas pelas primeiras mulheres que tinham se formado fora do Brasil já desde o século XIX, mais mulheres começam a entrar nas universidades brasileiras na década de 1970 e 1980, estabelecendo núcleos de pesquisa aliados a metodologias feministas de publicações feministas fora das universidades, como citam Amélia Teles (1993), Amélia Teles e Cruz (2013) e Celi Pinto (2003) os jornais, os folhetins e os grupos de teatro. Em pouco tempo a proliferação de grupos e núcleos de pesquisa fortalece a rede informal de construção de eventos, orientações, publicações e de citações, criando e fortalecendo as Redes REDOR, REDFEM e Rede Saúde. Os grupos e núcleos feministas são, portanto, como aponta Esmeraldo (2010), a base dessa rede feminista, informalmente estabelecida, diante de toda a trama de ligações atuais do feminismo nas universidades: grupos de pesquisa, seminários, publicações, disciplinas temáticas, concursos sobre o tema, linhas de pesquisa na pós-graduação, curso de graduação, institutos e plataformas de armazenamento de produções.

Mas todo esse processo é marcado por dificuldades de ascensão, de realização de pesquisas, e legitimação do tema em distintas áreas do conhecimento, sendo desigual ainda

hoje: a maior parte é da grande área de humanas, sendo o máximo de diferença a presença em áreas de saúde, ou seja, as mulheres ainda permanecem nas áreas de cuidado (TABAK, 2002), de todos os currículos e grupos estudados nenhum era de outra grande área, a única exceção é uma graduação em Engenharia Mecânica.

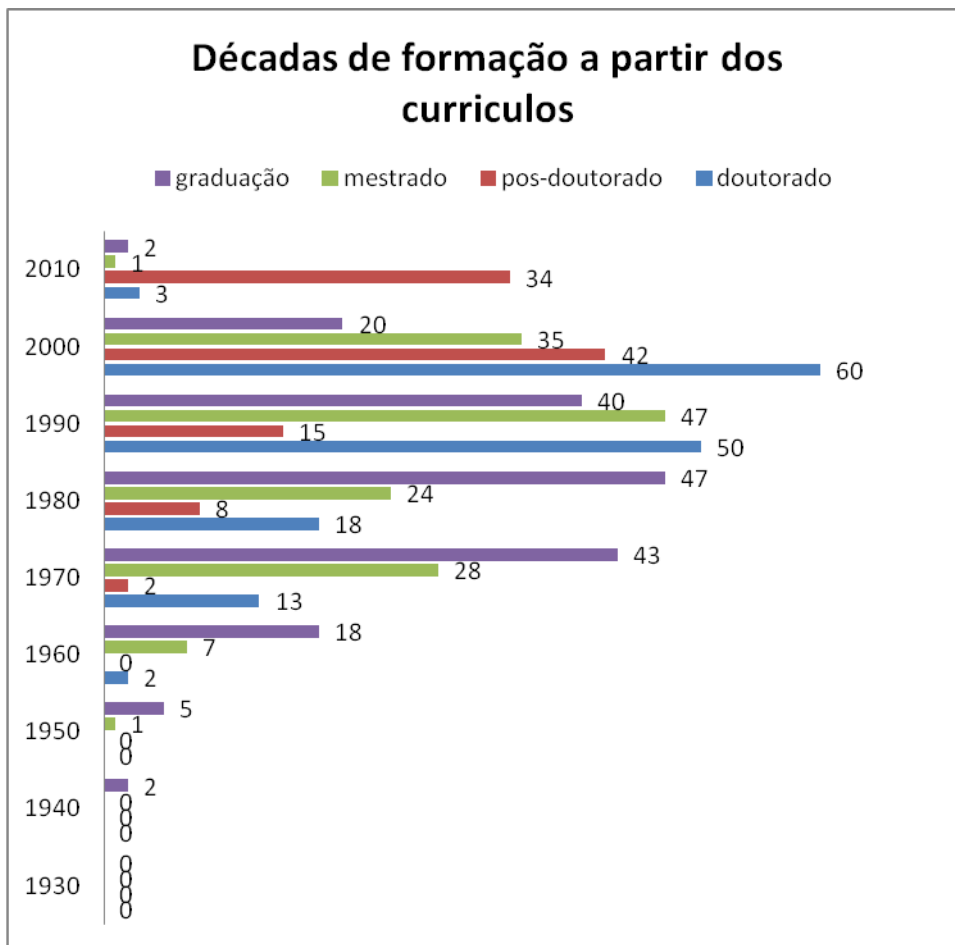
Esse trajeto mostra os rumos seguidos ao longo das décadas na produção feminista e da formação e estruturação do sistema de ensino superior no Brasil também: 1) o início sem respaldo e financiamento nacionais, que demonstra a vinculação a fundações no exterior para a fomentação de eventos, pesquisas e publicações, a entrada do financiamento nacional para a maior parte dessas atividades é das últimas duas décadas; 2) a concentração nas regiões sudeste e sul, e nas últimas décadas tendo o nordeste como a região de referência nacional em atividades e realizações acadêmicas feministas; 3) a concentração exacerbada nas áreas de humanas, evidenciando problemas de sub-representação das mulheres em cursos que existem há mais tempo no Brasil, e do qual elas são subjetivamente preparadas como incapazes de cursar (TABAK, 2002; MELO, 2010).

Por fim, a formação da rede feminista de atuações conjuntas tem seus lados positivos no estabelecimento de laços, fortalecimento de ações e da forma feminista de atuar, mas seu alcance pode ser restrito a poucas feministas, ainda que de algumas regiões, resultando na formação de poucas matrizes; sejam feministas referenciadas em produções escritas, orientações e grupos de estudos. O sistema de matrizes é evidenciado na amplitude do arcabouço feminista e nos problemas de invisibilização dessa produção: os temas feministas ainda são mais estudados por mulheres, e os homens que participam da temática são vinculados a gênero/masculinidades, gênero/sexualidade, ou não tem nenhum vínculo de estudo solidificado com o tema, orientaram ou realizam alguma atividade em parceria, mas não tem participação nem formação de envolvimento com a temática tal, como apontavam as pesquisas realizadas desde 1995 por Sônia Miguel e Miriam Grossi até as mais recentes de Elóia Vicentite em 2009.

A baixa participação de pesquisadores, agregada ao desinteresse de estudo do ‘gueto’ (COSTA, 2006), não explica a sub-representação de mulheres negras e indígenas, mas acentua que a institucionalização do feminismo nas universidades dá margem a adequações da produção de conhecimento feminista ao racismo sexista institucional, em que quanto maior o grau de representação, maior a sub-representação de mulheres brancas, e maior ainda a sub-

representação de mulheres negras e indígenas. Fator que não justifica a ausência quase completa de referências a raça, feminismo negro e pesquisadoras negras nos grupos e núcleos, mas demonstra que os sujeitos nas universidades, esses que mantêm os grupos, ainda correspondem a um tempo-espaço da universidade em que a produção de conhecimento universitária trata a ciência como único conhecimento válido, universal, e acessível de homens-brancos-letrados-cristãos-com renda, tal como aponta Stephan Gonzalez (1996), sobre a formação de pessoas para espaços de representação no estado-nação. Como aponta o gráfico abaixo, em relação às décadas de formação das lideranças dos grupos e núcleos de pesquisa:

Gráfico 8: Distribuição de líderes por conclusão de curso de 1900/2010



Fonte: Gráfico criado com o ‘campo de formação’ de líderes dos Grupos e Núcleos de pesquisa no Diretório do CNPq. As buscas de 1900 até 1940 não rendem resultados.
Elaboração: Própria.

6.4. Tramas, redes e ampliações da produção de conhecimento feminista

A descrição dos objetivos dos grupos e núcleos mapeados no Diretório de Grupos e Pesquisas que o CNPq aponta se identificam como interdisciplinares e interseccionados, e propõem intervenções nas universidades na construção de seminários, colóquios, simpósios e mais atividades em universidades, assim como sua atuação e auxílio como assessorias para instituições fora das universidades. Esse resumo do campo de ‘objetivos’, analisado a partir dessa dissertação, aponta a amplitude da produção de conhecimento feminista enquanto produção de conhecimento interessada e posicionada, mais comuns entre cursos de humanas, dentre os quais a Sociologia tem destaque.

Ramificações de antropologia feminista e ‘sociologia feminista’ tem sido pensadas: a da sociologia ocorre desde a década de 1970, com produções de Heleieth Saffioti (1969), Anette Goldberg (1989), Elizabeth Lobo (1991) e mais autoras, mas, recentemente, trabalhos como o de Miriam Adelman (2009), e o número temático *sociologia e feminismo* da Revista de Estudos Feministas (2008), trazem uma contribuição sobre a construção do saber científico, enquanto saber localizado e interessado; e da sociologia, em específico, ao tratar a categoria gênero, enquanto válida na análise das várias relações sociais.

Lucila Scavone (2008), Eleonora Menicucci (2008), Silvana Mariano (2008) e Lourdes Bandeira (2008) pontuam que, para além das disputas entre campos de conhecimento, a produção feminista traz para a sociologia o ‘pensar as relações de poder e subalternização entre mulheres e homens nas diferentes esferas sociais’, levando em consideração também as vivências de classe, raça e etnia de quem pesquisa e de quem é pesquisado. A contribuição feminista para a sociologia, nesse contexto, é evidenciar mulheres como sujeitos de representação social e conhecimento. Ao mesmo tempo em que oferece mais eficácia para análises sociais de áreas como saúde, trabalho, violência e vários outras (BANDEIRA, 2008; SCAVONE, 2008).

Ainda que não apareçam as categorias raça, classe, etnia, indígena durante o processo de formação das líderes e dos líderes, sua presença na produção de eventos aponta uma nova guinada na produção feminista brasileira, aponta o que essas autoras Lourdes Bandeira (2008), Lucina Scavone (2008) afirmam, de que a produção de conhecimento feminista é multifacetada também em sua atuação nas universidades, impulsionando respostas criativas diante de sistemas de hierarquia e homogeneização do espaço universitário.

Mesmo que essa produção ainda seja feita por poucas feministas, o ideário feminista atinge proporções amplamente maiores na mídia e na mudança cultural do País (PINTO, 2003), que não é acompanhada pelos núcleos e grupos de pesquisa de forma imediata, mas tem um efeito direto na formação da confluência de circuitos de produção de conhecimento feminista, também vinculado a eles. A produção de conhecimento feminista demonstra, assim, pela quantidade e variedade de produções: fanzines, sites, textos, blogs, manifestos, marchas, artigos, pesquisas, rádios, encontros, boletins, revistas e ativismos feminista²⁸, um potencial

²⁸ Ativismo feminista é um conceito usual para a nomeação de performances e intervenções artísticas autoidentificadas como feministas.

descentralizador, desestabilizador e reorientador da produção de conhecimento das universidades.

6.5. Um lugar no mapa também é um lugar na história²⁹

As dificuldades de construção dessa dissertação me fizeram pensar e desistir da proposta em três momentos: 1) a dificuldade de acesso e tabulação de dados significativos da produção feminista brasileira; 2) a escolha de um caminho de estudo pelo ‘feminismo institucional das universidades’, que inviabilizaria a discussão inicial pretendida por mim: demonstrar o quanto a produção de conhecimento feminista é ampla e transgride o processo de colonização, provocando quebras no sistema-mundo-moderno-colonial de gênero, ao fazer da produção de conhecimento não só acessível, mas ‘comum’ a todas as pessoas.

A produção de conhecimento feminista, mesmo nas universidades, seria transgressora por trazer a discussão do contexto, da política e de fatores socioeconômicos para a produção de conhecimento. Por trazê-la, como aponta Gloria Anzaldúa (2000), para a vida das mulheres comuns, fazendo da produção acadêmica uma produção comum. No entanto, os primeiros apontamentos de análise dos currículos e do mapeamento de referências sobre o tema apontavam recorrências na institucionalização acadêmica através de hierarquias de classe social, região e declaração racial. Não só as universidades brasileiras eram indicadas como um lugar fundamental na construção da colonialidade do poder-saber, ensinando a diferença colonial entre saberes mais ou menos legitimados (MINGOLO, 2007; PALERMO, 2007), como também, e esse é o terceiro ponto: 3) a escolha teórico-metodológica tinha falhado no percurso, eu teria acesso mais às ausências que às resistências da construção feminista universitária.

Mas o uso do arsenal teórico metodológico descolonial, feminista negro brasileiro, dos estudos subalterno e da epistemologia feminista indicaram uma saída, uma interpretação não tão comum a maior parte das produções mapeadas: apontaram o sistema-mundo-moderno-colonial de gênero, um país que ainda tem a terceira geração após o fim das relações coloniais

²⁹ Título criado a partir da citação do tópico do texto “Encuentros feministas: situar la política de lá experiência” de Chanda Mohanty (MOHANTY, 1996, p. 93).

explícitas com Portugal, e indicaram a importância da localização da produção brasileira frente à geopolítica desse sistema. Foi possível delimitar a produção de conhecimento brasileira na formação das instituições de fomento e a relação com países do exterior, ao mesmo tempo em que a produção de conhecimento feminista era considerada. Nessa dissertação, foram visualizadas as “três rodas do poder”³⁰ da produção de conhecimento, a global, nacional e a regional, que desdobram em outras tantas hierarquias e construções a partir das rotas de construção das redes feministas por afeto, amizade, reconhecimento e reprodução, mostrando que não são de fato separadas, mas que estão interligadas e produzem um processo de exclusão, resistência e participação social a partir da produção de conhecimento.

A produção de conhecimento feminista brasileira precisa, assim como a sociedade brasileira, ‘enegrecer’, como afirma Sueli Carneiro (2001) em sua proposta de enegrecer o feminismo brasileiro, ao desconstruir a força de silenciamento da matriz euro e norte-americana centrada e se aproximar da história de resistência e independência das feministas negras e de mulheres indígenas. Isso nos possibilita enxergar que por mais que essa posição pareça ‘militante panfletária’ ela é na verdade uma posição que leva a contextualização e a localização da produção de conhecimento como importantes em tomadas de decisão e análise social.

Esse trabalho se encerra, portanto, na instabilidade da produção de conhecimento feminista e da produção de conhecimento em si pontuada por Sandra Harding (1993). As recorrências de representação de sujeitos a partir da análise dos Currículos Lattes e das Entrevistas pontuam que a produção de conhecimento feminista é espelhada na produção científica brasileira. As mulheres estão em sua maioria nos cursos de humanas, recebem os menores salários, tem maior acolhimento em redes de trocas de referência entre mulheres e são em maior parte da região Sudeste, região que recebe maior financiamento nacional e estrangeiro. Como aponta Mingolo (2004), a maior parte da produção de conhecimento é produzida e localizada nos países que falam as cinco línguas de impérios coloniais: inglês, alemão, francês, espanhol e português.

³⁰ Roda do poder é uma metodologia feminista, encontrada no manual de metodologias do SOS corpo, organizado por Taciana Gouveia, a qual tive acesso durante o curso de formação Tramas e Redes para Mudar o Mundo Pelo Feminismo, do Transas do Corpo, em 2012.

A indicação do texto de Chandra Mohanty (1996) de que a ‘história local também é uma história’ faz referência a essa relação de hierarquias sobrepostas que se espelham. Por isso, é preciso localizar a geopolítica do conhecimento para, a partir dessa produção, desconfigurar recorrências, mas a indicação de ‘histórias locais’ também fala dos processos de autonomia e independência, a partir da localização. A metodologia feminista de me situar e situar esta dissertação poderia ter sido mais específica, como situar o processo de tradução dos textos, mapeando assim processos de construção de conceitos a partir das vertentes de conhecimento. Mas a questão levantada é que propostas teórico-metodológicas bem semelhantes são gestadas em lugares diferentes, por vertentes epistêmicas diferentes: a realização de uma plataforma de armazenamento para as produções feministas brasileiras aparece em propostas no Centro-Oeste, com a criação da Universidade Livre Feminista, no Nordeste, com a proposta de criação do NEIM como um Instituto de pesquisas, e no Sul, na realização do projeto de criar uma Plataforma Feminista de acervos das produções.

A relação entre mostrar os circuitos de tradução e publicação dos textos mostraria por último que a ‘crítica à ciência e maior representação social de mulheres’, populações negras, indígenas e quilombolas é parte de um projeto social de mudança, que recebeu nos últimos 10 anos um novo fôlego, como demonstram, especialmente as produções sobre racismo institucional de Jurema Werneck (2013) e Fabiana Moraes (2013), apontando um processo de transição e de políticas públicas em curso que influenciarão os próximos anos em relação a participação de mais sujeitos na produção de conhecimento. Nesse sentido, essa dissertação é um retrato com data para espirar, que permanecerá atual e passível de revisão enquanto a crítica feminista epistêmica for uma crítica ao modelo de sociedade capitalista global moderna, ou em outras palavras, que considerem a colonização, enquanto vivermos no sistema mundo moderno colonial de gênero.

Escrevam com seus olhos como pintoras, com seus ouvidos como músicas, com seus pés como dançarinas. Vocês são as profetisas com penas e tochas. Escrevam com suas línguas de fogo. Não deixem que a caneta lhes afugente de vocês mesmas. Não deixem a tinta coagular em suas canetas (ANZALDÚA, 2000, p.235).

Referências

ADRIÃO, Karla Galvão Bueno. *ENCONTROS DO FEMINISMO: Uma análise do campo feminista brasileiro a partir das esferas do movimento, do governo e da academia* 2008, 300 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas Interdisciplinas) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

ANZALDÚA. Glória. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do Terceiro Mundo. Trad.: Édna de Marco. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 229-236, 2000.

BANDEIRA, Lourdes. A contribuição da crítica feminista à ciência. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 207-228, 2008.

BLAY, Eva. Núcleos de Estudos da Mulher X Academia. Pensando Gênero e Ciência. *Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisa, Brasil, Presidência da República*. Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2006, p. 63-71.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 26, p. 329-376, jan.-junh. 2006.

BROOKS, Abigail. 'Feminist Standpoint Epistemology: Building Knowledge and Empowerment through Women's Lived Experiences'. In: HESSE-BIBER, Sharlene Nagy; LEAVY, Patrica Lina (Org.). *Feminist Research Practice - A Primer*, Thousand Oaks: Sage Publications, 2007. p.53-82.

CAMARGO, Michelle Alcântara. *Manifeste-se, faça um zine!:* uma etnografia sobre "zines de papel" feministas produzidos por minas do rock. *Cadernos Pagu*, Campinas v.36, p. 155 - 186, 2011.

CARDOSO, Cláudia Pons. *OUTRAS FALAS: Feminismo na perspectiva de mulheres negras brasileiras* 2012. 383 f. Tese (Doutorado em Antropologia) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: Seminário Internacional sobre Racismo, Xenofobia e Gênero. Durban, África do Sul, ago. 2001, s.p.

CFEMEA, Centro Feminista de Estudos e Assessoria. In: *Quem somos; O que fazemos*, CFEMEA. Disponível em: <<http://www.cfemea.org.br/>> Acesso em: 2 mai. 2014.

CORREA, Mariza. Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 16, p. 13 -30, 2001.

COSTA, Albertina de Oliveira. É viável o feminismo nos trópicos? Resíduos de Insatisfação. In: COSTA, Ana Alice Alcântara; SARDENBERG, Cecília Maria B (org.). *O feminismo no Brasil: Reflexões teóricas e perspectivas*. Salvador, Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher FFCH/ UFBA, 2008. p. 69-98.

_____. Os estudos da Mulher no Brasil ou a estratégia da corda bamba. *Revista Estudos Feministas*, n. especial, França-Brasil-Québec, p. 401-409, 1994.

COSTA, Albertina de Oliveira; BARROSO, Carmen; SARTI, Cynthia. "Pesquisa sobre a mulher no Brasil: do limbo ao gueto?" In: *Cadernos de Pesquisa*, Revista de Estudos e Pesquisas em Educação - Fundação Carlos Chagas, São Paulo, n. 54, p. 5-16, ago. 1985.

COSTA, Albertina de Oliveira; BLAY, Eva Alterman (Org.). *Gênero e Universidade: I Encontro Nacional de Núcleos Universitários de Estudos sobre relações Sociais de Gênero*. São Paulo, NEMGE-USP, 1992.

COSTA, Ana Alice Alcântara; SARDENBERG, Cecília; VANIN, Iole. A institucionalização dos estudos feministas e de gênero e os novos desafios. In: *Pensando Gênero e Ciência*. II Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisa, Brasil, Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2010, p. 55-71.

CURIEL, Rosa Inés Curiel Pichardo (Ochy). Crítica poscolonial desde las prácticas políticas del feminismo antirracista. *Nómadas*, Colombia, n. 26, p. 92-101, 2007.

d'ADESKY, Jacques. A ideologia da democracia racial: no limiar do anti-racismo universalista. *Anti-racismo, liberdade e reconhecimento*. Rio de Janeiro: Dautt, 2006, p.65-84.

ESCOBAR, Arturo. Mundos y conocimientos de otro modo, El programa de investigación de modernidad / colonialidad latinoamericano. *Tabula Rasa*, Colombia n.1, p. 51-86, jan-dez, 2003.

ESMERALDO, Gema Galgani S. L. Marcas de Novas Institucionalidades nas Universidades criadas por Núcleos e Redes Acadêmicas e Feministas. In: *Pensando Gênero e Ciência*. II Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisa, Brasil, Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2010, 91-101.

FEMINISTA, Universidade Livre. In: *Quem somos*; Plataforma de Cursos, Universidade Livre Feminista. Disponível em: < <http://www.feminismo.org.br/livre/>> Acesso em: 02 mai. 2014.

FIGUEIREDO, Mariza de Athayde. Feminismo No Brasil: retrospectivas. In: COSTA, Ana Alice Alcântara; SARDENBERG, Cecília Maria B (Org.). *O feminismo no Brasil: Reflexões teóricas e perspectivas*. Salvador, Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher FFCH/UFBA, 2008. p. 51-68.

FONOW, Mary Margaret; COOK, Judith A. *Beyond methodology, feminist scholarship as lived research*. Indiana University Press, 1991, s.p.

FRANÇA, Matheus Gonçalves; RODRIGUES, Igor Nilton de Araujo; FREITAS, Fátima Regina Almeida de; PERILO, Marcelo; AVELAR, Rezende Bruno; BRAZ, Camilo; GONÇALVES, Eliane; MELLO, Luiz; SOUZA, Maria Luiza Rodrigues. Margens e Centros, pensando os cinco anos do Ser-tão. In: NICOLINO, Aline da Silva; LEITE, Jaciara Oliveira;

WANDERLEY, Lara (Orgs.). *Educação Sexual em Goiás*. Goiânia: Editora da PCU Goiás, 2013. p. 75 – 86.

GOMES, Nilma Lino. Intelectuais negros e produção do conhecimento: algumas reflexões sobre a realidade brasileira. In: SOUSA-SANTOS, Boaventura de; MENESES, Maria Paula (Orgs.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010. p. 492-516.

GOMES, Nilma Lino. O movimento negro no Brasil: ausências, emergências e a produção dos saberes. *Política e Sociedade*, Florianópolis, v. 10, n. 18, p. 133-154, 2011.

GOMES, Nilma Lino. Intelectuais negros e produção do conhecimento: algumas reflexões sobre a realidade brasileira. In: SOUSA-SANTOS, Boaventura de; MENESES, Maria Paula (Orgs.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010. p. 492-516.

GOMES, Nilma Lino. O movimento negro no Brasil: ausências, emergências e a produção dos saberes. *Política e Sociedade*, Florianópolis, v. 10, n. 18, p. 133-154, 2011.

GONÇALVES, Eliane. *Relatório da Pesquisa: Estratégias de transmissão intergeracional no feminismo brasileiro (1980-2010)*, Goiânia, 2014.

GROSGOUEL, Ramón. Entrevista a Ramón Grosfoguel. *Polis*, Santiago, n. 018 [2007]. Entrevista concedida a Angélica Montes Montoya e Hugo Busso.

GROSSI, Miriam. Pilar. Identidade de Gênero e Sexualidade. *Antropologia em Primeira Mão*, Florianópolis, p. 1-18, 1998.

GROSSI, Miriam Pillar; MIGUEL, Sônia Malheiros. Mapeamento dos grupos e organizações de mulheres / gênero / feministas dos anos 90 no Brasil. *Antropologia em primeira mão*. Ilha de Santa Catarina, SC: UFSC/Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. n. 05, 1995.

GROSSI, Miriam Pillar. Feministas Históricas e Novas feministas no Brasil. *Antropologia em primeira mão*. Ilha de Santa Catarina, SC: UFSC/Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. n. 28, 1998.

GRUPO LATINOAMERICANO DE ESTUDIOS SUBALTERNOS, Introducción. Manifiesto Inaugural. In: CASTRO-GOMÉZ, Santiago; MENDIETA, Eduardo (Ed). Tra.: Santiago Castro-Gómez e Eduardo Mendieta. *Teorías sin disciplina, latinoamericanismo, poscolonialidad y globalización en debate*. México: Miguel Ángel Pottúa, 1998. p. 31-36.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org.) *Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 8ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 103-133.

HARAWAY, Donna. Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 5, p. 7-41, 1995.

HARDING, Sandra. Existe um método feminista?. In: BARTRA, Eli. (org.). *Debates en torno a una metodología feminista*. Casa Abierta al Tiempo, México, 2002. p. 9-34.

HARDING, S. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. *Estudos Feministas*, São Paulo, v.1 (1), 1993, p. 7-31.

HEILBORN, Maria Luiza; SORJ, Bila. “Estudos de gênero no Brasil”. In: MICELI, Sérgio (org.) *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*, ANPOCS/CAPES. São Paulo: Editora Sumaré, 1999, p. 183-221.

HEMMINGS, Clare. “Telling Feminist Stories”. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v.17, n. 1, p. 115-139, 2009.

HESSE-BIBER, Sharlene Nagy. Feminist research: exploring, interrogating, and transforming the interconnections of epistemology, methodology, and method. In: HESSE-BIBER, Sharlene Nagy (Org.). *Handbook of feminist research* Sage publications, 2012, p. 2-25.

hooks, bell. Linguagem: ensinar novas paisagens/novas linguagens. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 857-864, dez. 2008.

HUANACUNI, Fernando. *Nosso Modelo não é comunista mais comunitário*. Disponível em: <<http://www.sunnet.com.br/home/Noticias/Nosso-modelo-nao-e-comunista-mas-comunitario.html>>. Acesso em: 27 out. 2009.

IBGE, Mapas temáticos, pretos e pardos no Brasil. Acesso em: ftp://geoftp.ibge.gov.br/mapas_tematicos/mapas_murais/brasil_pretos_pardos_2010.pdf
IBGE, Mapas temáticos, pretos e pardos no Brasil. Acesso em: <ftp://geoftp.ibge.gov.br/mapas_tematicos/mapas_murais/brasil_pretos_pardos_2010.pdf>.

IEG, Instituto de Estudos em Gênero. *Quem somos?*. Disponível para acesso em: <<http://www.ieg.ufsc.br/>>. Acesso em: nov. 2014.

KUHN, Thomas S. Pós-fácio – 1969. In: *A estrutura das revoluções científicas*. Tradução: Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. 9ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2005. p. 219-260.

LAKATOS, Imere. O falseamento e a metodologia dos programas de pesquisa científica. In: LAKATOS, Imere. e MUSGRAVE, Alan. (Ed.). *A crítica e o desenvolvimento do conhecimento*. São Paulo: Cultrix, 1979, s.p.

LAQUEUR, Thomas. La construcción del sexo. Cuerpo y género desde los griegos hasta Freud. Madrid, Gótica [Colección Feminismos], 1994.

LINCOLN, Yvonna S.; GUBA, Egon G. Controvérsias paradigmáticas, contradições e confluências emergentes. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. *O planejamento da pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Artmed, 2006, p.169-192.

LINTON, Rhoda. Rumo a um método feminista de pesquisa. In. *Gênero, corpo, conhecimento*. Trad.: LEMMOS, Britta de Freitas. Org: JAGGAR, M Alison; BORDO, R. Susan. Rio de Janeiro, Ed. Rosa dos tempos, 1997. p. 293-314.

LOBO, Elizabeth Souza. A classe operária tem dois sexos. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

LÖWY, Ilana. Universalidade da ciência e conhecimentos “situados”. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 15, p. 15-38, 2000.

LORO, Guacira. Uma epistemologia feminista. In: *Corpo, Gênero e Sexualidade: Um debate contemporâneo na educação*. Orgs. Guacira Lopes Louro, Jane Felipe, Silvana Vilodre Goellner. 6 ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2010. p. 142 – 160.

LUGONES, María. Colonialidad y Género: hacia un feminismo descolonial. In: MIGNOLO, Walter (Org.). *Género y descolonialidad*. Buenos Aires: Del Signo, 2008. p. 13-54.

MACHADO, Jorge Alberto Silva. Acesso à base LATTES Completa: o cerco está se fechando ao CNPq. In: *Blog: Rede pelo conhecimento livre, Open Knowledge Brasil*, postado em junho, 2013. Disponível em: <http://br.okfn.org/2013/06/06/acesso-a-base-lattes-completa-o-cerco-esta-fechando-ao-cnpq/>. Acesso em: 02, mai. 2014.

MAFFIA, Diana. Crítica feminista à ciência. In: COSTA, Ana Alice Alcântara; SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar (Org.). *Feminismo, Ciência e Tecnologia*. Salvador: REDOR/NEIN-FFCH/UFBA, 2002. p. 25-38.

MALDONADO-TORRES, Nelson. “Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto”. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago e GROSFUGUEL, Ramón (ed.), *El giro decolonial*, Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global, Bogotá: Iesco-Pensar-Siglo del Hombre Editores, 2007. p. 127-167.

MARIANO, Silvana Aparecida. Modernidade e crítica da modernidade: a Sociologia e alguns desafios feministas às categorias de análise. *Cadenos Pagu*, Campinas, v. 30, p. 345-375, 2008.

MARRERO, Adriana. Sobre los proyectos de vida, la necesidad de saber y la conversación interna: la conquista femenina de las aulas universitarias. *Labrys Estudos Feministas*, Brasília, julh-dez., 2012, s.p. Disponível para acesso em: <<http://www.labrys.net.br/labrys22/sumarios/sumariogeral.htm>>. Acesso em: dez. 2012.

MATOS, Marlise. A institucionalização do feminismo no Brasil. Os Núcleos de estudos de relações de gênero e o feminismo como produtores de conhecimento: a experiência da REDEFEM. In.: *Pensando Gênero e Ciência*. Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisa, Brasil, Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2006, p. 91-106.

MELO, Hildete Pereira. ANEXO 4, Um olhar de gênero sobre o sistema de concessão de Bolsas de Pesquisa do CNPQ – 2001 / 2008, *Pensando Gênero e Ciência*. In.: *II Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisa*, Brasil, Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2010, p. 176-191.

MENICUCCI, Eleonara de Oliveira. O feminismo construindo e desconstruindo o conhecimento. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 16, n. 1, jan. 2008, p. 229-245.

MIES, Maria. Investigación sobre las mujeres o investigación feminista? El debate en torno a la ciencia y la metodología feministas. In: BARTRA, Eli. (org.). *Debates en torno a una metodología feminista*. Casa Abierta al Tiempo, México, 2002. p. 63-102.

MIGNOLO, Walter. El lado más oscuro del Renacimiento. Trad.: GARCÍA, Martha Cecilia V. *Universitas Humanistica*, Bogotá, n. 67, p. 165-203, 2009.

_____. Palavras pronunciadas com el corazón caliente: teorías del habla, del discurso y de la escritura. PIZZARO, A. (Org.). *América Latina Palabra, literatura e cultura*. Vol. 1. São Paulo : Memorial, 1993. p. 528-562.

_____. *Histórias locais / Projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Trad.: Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

_____. Os esplendores e as misérias da “ciência”: colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluri-versalidade epistêmica. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). *Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado*. São Paulo: Cortez, 2004. p. 667-709.

_____. WALTER MIGNOLO: Una vida dedicada al proyecto decolonial. *Nómada*, Colombia, n. 26, p. 188-195, [abr. 2007]. Entrevista concedida a Maldonado Torres.

MINELLA, Luzinete Simões. Publicações feministas no contexto da globalização: diálogos ‘locais’ e globais’ sobre políticas e avaliação. Pensando Gênero e Ciência. In: *II Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisa*, Brasil, Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2010, p. 131-152.

MOHANTY, Chandra Talpade. "Under Western Eyes" Revisited: Feminist Solidarity through Anticapitalist Struggles. *Sings Journal of Women in Culture and Society*, v. 28, n. 2, p. 499-535, 2003.

MOHANTY, Chandra Talpade. Bajo los ojos de occidente. Academia Feminista y discurso colonial. In: NAVAZ, Liliana Suárez; HERNÁNDEZ, Aída (Orgs.). *Descolonizando el Feminismo: Teorías y Prácticas desde los Márgenes*. Trad.: María Vinós, Madrid, Cátedra, 2008. p. 1-23.

MOHANTY, Chandra Talpade. Encuentros feministas: situar la política de la experiencia. In: BARRET, Michèle; PHILLIPS, Anne. (Orgs.). *Desestabilizar La Teoría: debates Feministas contemporáneos*. Paídos. México, 2002, p. 89-106.

MORAES, Fabiana. *No país do racismo institucional: dez anos de ações do GT Racismo no MPPE*. Recife: Procuradoria Geral de Justiça, 2013.

MUNDURUKU, Daniel. *A escrita e a autoria fortalecendo a identidade*. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/c/iniciativas-indigenas/autoria-indigena/a-escrita-e-a-autoria-fortalecendo-a-identidade>>. Acesso em: 30 dez. 2009.

NARAYAN, Uma. O projeto de epistemologia feminista: perspectivas de uma feminista não ocidental. Trad: FREITAS, Britta Lemos de. In: JAGGAR, Alison M.; BORDO, Susan R. (Org.). *Coleção Gênero, Gênero, Corpo, Conhecimento*. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1997. p. 241-275.

NAVARRO, Márcia Hoppe. Entre o acadêmico e o popular: os rumos do feminismo atual. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 243-249, 2009.

NYE, Andrea. *Teoria Feminista e as Filosofias do homem*. Trad: CAIXEIRO, Nathanael, C. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1988.

ORTNER, Sherry. “Está a mulher para o homem assim como a natureza para a cultura?”. In Rosaldo, M. E Lamphere, Louise. *A mulher, a cultura e a sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

PALERMO, Zulma. Es posible descolonizar la universidad? Algunos ensayos de aproximación. *Worlds e Knowledges otherwise*, Durham, p. 1-10, 2007.

PAPAI, Instituto Papai. *Disponível para acesso em*: <<http://institutopapai.blogspot.com.br/>>. Acesso em: jan. 2014.

PÉLUCIO, Larissa. Subalterno quem, cara pálida? Apontamentos às margens sobre pós-colonialismo, feminismos e estudos queer. *Contemporânea*, São Carlos, v. 2, n. 2, p. 395-418, jul.-dez. 2012.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma História do Feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

PISCITELLI, Adriana. In: MORAES, Maria Lygia Quartim. *Gênero nas fronteiras do sul*. Campinas, Pagu/ Núcleo de Estudos de Gênero, Coleção Encontros, 2005, 143-163.

POPPER, Karl. *Lógica da pesquisa científica*. São Paulo: Cultrix, 1975, capítulos I a V.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgar (Org.). *A colonialidade do saber, eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 227-278.

RAMA, Angel. *A cidade das Letras*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

RODRÍGUEZ, Ilena. "Hegemonía y dominio: subalternidad, un significado flotante". In: CASTRO-GOMÉZ, Santiago; MENDIETA, Eduardo (Ed.). *Teorías sin disciplina, latinoamericanismo, poscolonialidad y globalización en debate*. México: Miguel Ángel Pottúa, 1998, p. 66-70.

ROSASLDO, Michelle. O uso e o abuso da antropologia: reflexões sobre o feminismo e o entendimento intercultural. In. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre: UFRGS, 1995.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *Profissionalização Feminina: Professoras Primárias e Operárias*. Araraquara: F.F.C.L. de Araraquara. Mimeo, 1969.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna. *Estudos Avançados*, São Paulo, vol. 2, n.2, p. 46-71, 1988.

SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. Da crítica feminista à ciência a uma ciência feminista? In: COSTA, Ana Alice Alcântara; SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar (Org.). *Feminismo, Ciência e Tecnologia*. Salvador: REDOR/NEIN-FFCH/UFBA, 2002, p. 25-38.

SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. Migrações Perigosas: As (des)venturas semânticas do conceito de gênero nos projetos e políticas para mulheres no Brasil. In: GONÇALVES, Eliane; VANNUCHI, Maria Lúcia; TRÓPIA, Patrícia Vieira; TOSTA, Tania Ludmila Dias (Org.). *Iguais? Gênero, trabalho e lutas sociais*. Goiânia: Editora da PUC Goiás, 2014, p. 19-38.

SARDINHA, Márcia. *Levantamento na Plataforma Lattes de Grupos de Pesquisa de 2000 a 2012 sobre Feminismos*. 2012. 5f. Trabalho de Graduação (Graduação em Ciências Sociais /Políticas Públicas) – Faculdade de Ciências Sociais, UFG, Goiânia, 2012.

SCAVONE, Lucila. Estudos de gênero: uma sociologia feminista? *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 173-186, 2008.

SCAVONE, Lucila. Ciência e Militância: os estudos de gênero no Brasil. Anais de eventos: 35º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 2011.

SCHIEBINGER, Londa. *O feminismo mudou a ciência*. Trad.: FIKER, Raul. Bauru, São Paulo: Editora da Universidade do Sagrado Coração, 2001.

SCHUMAHER, Shuma. Panorâmica dos 30 anos de feminismo no Brasil. *Sexualidade, Gênero e Sociedade*, Brasília, n.23/24/25, p.1. out. 2006.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma Categoria Útil de Análise Histórica*. *Educação e Realidade*, Rio Grande do Sul, v. 16 (2), p. 5-22, 1990.

SENADO, Senado Federal, Núcleos de Estudo em Gênero e raça – Programa Pró-equidade de gênero e raça. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/senado/programas/pro_equidade/nucleos.asp>. Acesso em: nov. 2014.

SENA, Custódia Selma. *Interpretações dualistas do Brasil*. Goiânia: Editora UFG, 2003.

SEPPIR, Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. In: *Sobre a Secretaria*, Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial, Publicações. Disponível em: <<http://www.seppir.gov.br/>> Acesso em out. 2014.

SOARES, Vera Lúcia Ramos. Somos todas feministas? In: COSTA, Ana Alice Alcântara; SARDENBERG, Cecília Maria B (Org.). *O feminismo no Brasil: Reflexões teóricas e perspectivas*. Salvador, Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher FFCH/ UFBA, 2008, p. 235- 245.

SOS CORPO, Instituto Feminista para a Democracia. In: *Quem somos; Áreas de Trabalho; Multimídia*, SOS Corpo. Disponível em: <<http://www.soscorpo.org.br/>> Acesso em: 02, mai. 2014.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. La política de traducción. In: BARRET, Michèle; PHILLIPS, Anne (Org.) *Desestabilizar La Teoría, Debates Feministas contemporáneos*. Paídos Mexicana: México, 2002, p. 189-211.

SPM, Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres. In: *Sobre; Ações e programas*; Publicações, Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres. Disponível em <<http://www.spm.gov.br/>> Acesso em out. 2014.

STEPHAN, Beatriz González. Economías fundacionales, diseño del cuerpo ciudadano. In: STEPHAN, Beatriz González (Org.). *Cultura y Tercer mundo*, 2. Nuevas ideades y ciudadanías. Caracas: Nueva Sociedad. 1996, p. 17-47.

TABAK, Fanny. *Associações Femininas como grupos de pressão política*. Anais de eventos: III Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 1979.

TABAK, Fanny. Estudos substantivos sobre mulher e ciências no Brasil. In: COSTA, Ana Alice Alcântara; SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar (Org.). *Feminismo, Ciência e Tecnologia*. Salvador: REDOR/NEIN-FFCH/UFBA, 2002, p. 39-49.

TABAK, Fanny. Sobre Avanços e Obstáculos. Pensando Gênero e Ciência. In: *Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisa*, Brasil, Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2006, p. 27-40.

TAPIRAPÉ, Fabíola Mareromyo. *Situação Sociolinguística entre os Tapirapé*. 2009. 1f. Trabalho de Graduação (Graduação em Licenciatura Intercultural Indígena) – Núcleo Takinahakỹ de Formação Superior Indígena, Licenciatura Intercultural. UFG, Goiânia, 2009.

TELES, Maria A.; CRUZ, Rosalina. *Da Guerrilha à Imprensa Feminista: a construção do feminismo pós-luta armada no Brasil (1975-1980)*. São Paulo: Editora Intermeios, 2013.

TELES, Maria Amélia de Almeida. *Breve história do feminismo no Brasil*, Editora Brasiliense, 1993.

VALCÁRCEL, Amelia. Es el feminismo una teoría política o una ética? *Debate Feminista*, México, vol.12, ano. 6, p.122-140, 1995.

TRANSAS, Grupo Transas do Corpo, Ações Educativas em Gênero, Saúde e Sexualidade. In: Quem somos; Oferecemos; Artigos. Disponível em: < <http://www.transasdocorpo.org.br/>>. Acesso em: 2 mai. 2014.

VARGAS VALENTE, Virginia. Los feminismos latinoamericanos en su tránsito al nuevo milenio. (Una lectura político personal). In: MATO, Daniel (org.). *Estudios y Otras Prácticas Intelectuales Latinoamericanas en Cultura y Poder*. Caracas: CLACSO y CEAP, 2002, p. 307-316.

VICENTINI, Ana. Vislumbrando novos espaços: anotações para um debate feminista. In: COSTA, Ana Alice Alcântara; SARDENBERG, Cecília Maria B (org.). *O feminismo no Brasil: Reflexões teóricas e perspectivas*. Salvador, Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher FFCH/ UFBA, 2008, p. 227- 234.

VICENTINI, Cabrini Heloá. Tendências dos estudos de Gênero e feministas nos grupos de pesquisa do CNPq. 19 SIICUSP Simpósio de iniciação Científica de 21 a 25 de novembro de 2011. Acesso em: 02, mai, 2014.

WALLERSTEIN, Immanuel. O sistema mundo moderno. Trad.: LEITE, Carlos; MARTINS Fátima; LISBOA, Joel. Carlos Leite. Porto, Afrontamento, 1990.

WERNECK, Jurema (org.). *Desigualdades raciais em números*, volume. 2. Criola, Rio de Janeiro, 2003.

WERNECK, Jurema (org.). Racismo Institucional: uma abordagem conceitual. Geledez e CEFEMEA (Cord.), Rio de Janeiro: Gelédes, 2013.

WERNECK, Jurema. *Nossos Passos vêm de longe!* Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. Boletim Gênero, Raça e Etnia - ed. 7, mar. p. 1-13, 2010.

MACHADO, Lia Zanota. Gênero, um novo paradigma? *Cadernos Pagu*, Campinas, vol. 11, p. 107-125, 1998.

ZIRBEL, Ilze. *Estudos Feministas e Estudos de Gênero no Brasil: um debate*, 2007, 212 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

Anexos

Anexo 1 – Roteiro de entrevista aberta realizada com os Núcleos de Pesquisa durante 2013 e 2014.

- 1) Como você conheceu o feminismo? Com que pessoas, materiais?
- 2) Como você começou a atuar aqui no núcleo / instituição / ong / movimento? Qual é o seu envolvimento com esta instituição/grupo?
- 4) As atividades, ações feministas, que vocês planejam têm, já tiveram um tema central? Se sim, por que vocês acreditam que este (tema) é/foi importante?
- 5) As ações e atividades são, ou já foram de alguma forma elaboradas para públicos específicos? Se sim, por quê? (marcadores de raça, classe, etnia, idade)
- 6) O que o feminismo precisa para se manter no tempo, em termos de reprodução? São as ideias, as pessoas, os recursos, as redes, a paixão? Fale sobre o que pensa acerca do futuro do feminismo.
- 7) Quando você olha na sua experiência pessoal, quais caminhos, estratégias você tem utilizado para reproduzir o ideário feminista?
- 8) Em qual espaço você acha mais produtivo a transmissão do feminismo?
- 9) Você acha que as/os jovens trazem algo de particular para a renovação do feminismo? Isso realmente passa pela categoria geração?
- 10) Quais as principais tensões e contradições no processo de transmissão do feminismo?

Anexo 2 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-
GRADUAÇÃO**



COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário(a), de uma pesquisa. Meu nome é Eliane Gonçalves, sou a pesquisadora responsável e minha área de atuação é Ciências Sociais, linha de pesquisa Diferença, desigualdade e cidadania, do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFG.

Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Em caso de recusa, você não será penalizado(a) de forma alguma.

Em caso de dúvida **sobre a pesquisa**, você poderá entrar em contato com pessoas da equipe: Profa Eliane Gonçalves (coordenadora), Tel. (62) 32557994 e (62) 81473506, com possibilidade de ligações a cobrar; Profa. Joana Plaza Pinto; Mestranda Fátima Freitas e bolsista Márcia Sardinha nos telefones (62) 35211100 e (62) 3209-6382. Em casos de dúvidas **sobre os seus direitos** como participante nesta pesquisa, você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Goiás, nos telefones: 3521-1075 ou 3521-1076.

INFORMAÇÕES IMPORTANTES SOBRE A PESQUISA

A pesquisa “Estratégias de transmissão intergeracional no feminismo brasileiro” pretende investigar a possibilidades e limites da transmissão de um ideário – princípios, valores, metodologias, saberes, etc. – através do tempo e suas implicações nas relações sociais e tem por objetivo geral: Investigar como os diversos movimentos identificados como “feministas” – ONGs ou grupos informais, redes e fóruns e núcleos acadêmicos – enfrentam o problema da passagem do tempo, como investem na formação técnica, intelectual e política de pessoas, visando a sua “transmissão”.

A pesquisa qualitativa será desenvolvida no período de 24 meses, divididos em: 1) mapeamento das organizações; 2) aplicação de questionários *on line* ou enviados por correio e 3) entrevistas *in loco* com representantes das instituições selecionadas.

A pesquisa não envolve custos a quem dela concorde em participar e não haverá nenhum tipo de pagamento ou gratificação financeira pela sua participação. Todas as informações recolhidas são sigilosas, assegurando a privacidade dos sujeitos quanto aos dados confidenciais envolvidos na pesquisa. Cada participante possui garantia expressa de liberdade de se recusar a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma e sem prejuízo ao seu cuidado.

Nome e Assinatura do pesquisador _____

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO DA PESQUISA

Eu, _____, RG/ CPF/ n.º de prontuário/ n.º de matrícula _____, abaixo assinado, concordo em participar do estudo _____, como sujeito. Fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) pelo pesquisador(a) _____ sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade (ou interrupção de meu acompanhamento/ assistência/tratamento, se for o caso).

Local e data: _____

Nome e Assinatura do sujeito: _____